



IV Legislatura
Sessão legislativa

Número: 46
Horta, Quinta-Feira, 29 de Novembro de 1990

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Valadão e Manuel Goulart

S U M A R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

No **Período da Ordem do Dia**, procedeu-se à continuação da discussão da proposta de Decreto Legislativo Regional, sobre "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1991".

Intervieram nos debates a diverso título os seguintes Deputados: Carlos Mendonça (PS), Manuel Serpa (PS), João de Sousa Braga (PS), António Gomes (PS), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS), Paulo Araújo (PS), Paulo Casaca (PS), Hélio Pombo (PS), Luís Filipe Cabral (PS), António Silveira (PSD), Renato Moura (PSD), Rui Melo (PSD), Carlos César (PS), Madruga da Costa (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Gaspar da Silva (PSD), Lisete Silveira (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Regina Cunha (PSD), Francisco Sousa (PS), Luís Bastos (PSD), José Gabriel Lopes (PS), Rogério Serpa (PS), Francisco José Silva (PSD), Paulo Valadão (PCP), Albano Pimentel (PS), Ricardo Barros (PS), Fernando Fonte (PS), José Carlos Simas (PSD), António Varão (PSD), Victor Ramos (PS), Artur Martins (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado; da Administração Interna, Costa Neves; da Educação e Cultura, Aurélio da Fonseca; da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros; o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, Joaquim Machado; e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, Paulo Casaca, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 48 dos Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Vamos continuar o debate sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1991.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça, na sequência da intervenção proferida ontem, pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

V. Exa., na sua intervenção, defendeu uma vez mais a temática geral que o Governo apresentava esta Câmara, com o realismo e a transparência dos documentos que estão em discussão.

Nesse entendimento e, no contexto do sector que está à sua responsabilidade neste executivo, eu pôr-lhe-ia a seguinte questão:

O Plano de 1989, aprovado nesta Câmara, previa uma dotação, no sector da educação e em relação à Ilha Graciosa de 30 mil contos, dividido em duas acções. Uma passo a citar: "construção dum edifício escolar na Vila de Santa Cruz da Graciosa (15.000 contos), construção dum edifício escolar na localidade das Fontes (15.000 contos)".

O que se constata hoje é que, destes 30 mil contos e, deixe-me dizer-lhe que a globalidade deste programa eram 36 mil contos,

portanto destes 36 mil contos e destes 30 mil contos, não foi gasto 1 escudo.

Não foi construída a escola na Vila de Santa Cruz da Graciosa, não foi construído o edifício escolar, na localidade das Fontes.

Face a essa circunstância e tramitando agora para o Plano para 1990, verificamos que existe tão só, no sector da educação, no seu programa 1, uma verba de 10 mil contos e que se diz destinar a um edifício escolar em Santa Cruz da Graciosa.

Eu gostaria que o Sr. Secretário esclarecesse esta Câmara, se este edifício escolar não está localizado, justamente, no âmbito do concelho, ou se é para a Vila de Santa Cruz da Graciosa? O que é que foi feito do que se previa dos 15 mil contos para o edifício das Fontes? E, portanto, onde é que reside, de facto, a realidade deste programa e deste Plano do Governo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa, também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu ontem não voltei a insistir nas perguntas que tinha formulado, porque estava na hora regimental de terminar a Sessão.

Gostaria de fazê-lo de novo, perguntando-lhe e, esperando uma resposta da sua parte, como sempre sincera e cuidada, se houve projectos para a escola da Madalena? Ou se houve um projecto para a escola da Madalena?

Projectos ou projecto, foram abandonados. Pergunto: Quanto custou o projecto que agora é abandonado ou projectos que agora são abandonados?

2ª pergunta:

Este é um Plano de rigor e um Plano de realismo - estou plenamente de acordo.

Depreendi das suas palavras, que no ano de 1991, vai fazer-se um novo projecto para a escola da Madalena. Estes 130 mil contos são para pagar esse projecto, ou seja, o projecto custa 130 mil contos? Ou o que é que se vai fazer com 130 mil contos?

Eu quero é saber! Isto é muito importante.

E digo isto, com toda a sinceridade, porque nós deputados também ficamos em "maus lençóis" como os Membros do Governo.

Porque diz-se: "a escola foi ao ar!" "Não há mais escola!"

E depois diz-se: "Calma! Há sim Senhor! O Governo vai fazer. O Governo tem uma verba.

Depois a verba não se executa e continuamos na mesma.

Eu preciso saber se os 130 mil contos, vão ser ou não gastos em 1991? E em quê?

Porque esse projecto não custa 130 mil contos, penso eu. Portanto, o que é que se vai fazer com 130 mil contos, durante o ano de 1991, em relação à escola da Madalena?

E quanto custou o projecto ou projectos que foram abandonados?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João de Sousa Braga.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, sobre o problema do plano de salvaguarda de Vila do Porto.

Portanto, foi retirado do Plano para 1991, faz parte de uma recomendação da Comissão de Política Geral.

Tendo em conta, ser discutida nesta Assembleia, a proposta de decreto legislativo regional, apresentada pelo PS, no que respeita à salvaguarda e a protecção da zona antiga de Vila do Porto, queria saber porque razão não aparece o plano de salvaguarda de Vila do Porto, no Plano de 1991?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

No Programa nº 1 e no que concerne à construção de edifícios escolares, este programa apresenta para S. Jorge e para a Escola da Boa Hora, bem como para a obtenção de um edifício escolar nas Velas, 10 mil contos, para cada uma destas acções.

Considerando que, no Plano do ano em curso, ou seja, no Plano de 1990, as importâncias para estas obras eram de 15.000 contos;

Tendo em vista que a construção civil em S. Jorge não está em saldo, a pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é a seguinte:

O que é que se pretende construir, a este nível, com 10 mil contos para cada uma dessas acções?

- Outra pergunta que eu também lhe queria fazer, prende-se com a construção da Casa Etnográfica de S. Jorge.

Tendo em vista que esta obra já está em execução há mais de 5 anos, que os trabalhos de construção civil estão - suponho eu praticamente concluídos, que finalidade terão esses 15 mil contos?

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta que eu queria fazer ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, era exactamente sobre o mesmo tema, há pouco exposto pelo Sr. Deputado António Gomes. De modo que a resposta que o Sr. Secretário dará, naturalmente, que já serve para a pergunta que eu lhe ia fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Sabemos que todos nós estamos apostados em que a Universidade dos Açores, seja uma das instituições principais e fundamentais, que garantam o desenvolvimento sócio-económico da nossa Região.

Também sabemos que uma instituição do ensino superior, só poderá, cabalmente, desempenhar o seu papel, se tiver autonomia científica para além daquilo que se encontra estatuído no contexto da legislação nacional, relativo às instituições do ensino superior.

Como estou ligado a essa instituição e, por razões de ética, não vou discutir aqui, nem suscitar discussões que dizem respeito à vida eterna dessa instituição de ensino. Todavia e, na parte que diz respeito ou que poderá dizer respeito ao Governo, eu coloco a seguinte questão:

Sabendo-se que um dos problemas principais da Universidade dos Açores é, exactamente, não ter conseguido ainda, reunir um corpo docente estável que permita à escola ter a já citada "Autonomia Científica", se o Governo Regional - e esta é a pergunta - estará disposto a encarar a possibilidade de tomar medidas específicas, de definir programas, que permitam a fixação permanente de um quadro docente estável, de investigadores que possam, nos Açores, conferir a "Autonomia Científica" a uma instituição indispensável para o desenvolvimento e para o progresso dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Quando esta Assembleia aprovou, ou melhor, adaptou à Região, o Estatuto da Carreira dos Docentes do Ensino Pré-Primário, Básico e Secundário, numa sessão recente, foi aqui ventilada a questão da adopção de medidas pela Secretaria, para a fixação de docentes, em ilhas carecidas desses mesmos docen-

tes.

Nessa altura, o Sr. Secretário informou esta Câmara que essa era uma das prioridades da Secretaria.

Foi, portanto, com alguma surpresa que ontem não ouvi na sua intervenção, fazer referência expressa à adopção dessas medidas.

Na realidade, o Sr. Secretário na intervenção que aqui deixou ontem, considerou preocupações primeiras da Secretaria, a construção de escolas e a formação de docentes capazes.

Esqueceu, contudo, a questão da fixação imediata de docentes, em ilhas carenciadas.

A questão que eu lhe deixo é, portanto, no sentido de expor a esta Câmara, o que pensa a Secretaria fazer, em relação a essa questão específica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria perguntar ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, se nos poderia explicar um pouco melhor, a que é destinada a verba de 1 milhão 613 mil e 38 contos que este Orçamento se propõe gastar, no seu gabinete.

Ouvimos ontem aqui ser referido este Orçamento como um orçamento de transparência, entre outros factos, pouca transparência que o caracteriza e que aí o diferencia do Orçamento Nacional, está o facto de que os gabinetes dos Secretários e, portanto, todas as despesas, não têm, em anexo apresentadas, as despesas por pessoal, os quadros com as despesas de pessoal, despesas extraordinárias, despesas com viagens, despesas com todos esses gastos que não são de facto, essenciais, cuja essencialidade não é a de várias escolas e, portanto, esses documentos anexos que são, aliás, semelhantes àqueles que depois aparecem nas contas e que são fornecidos aos Deputados na Assembleia da República, não o são aqui na Assembleia Regional, mas são documentos fundamentais, para nós apreciarmos este Orçamento.

E, portanto, o Sr. Secretário propõe-se gastar, praticamente, mais 20% no seu gabinete do que constava no orçamento do ano passado, que ao que consta também vai ser aumentado e eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, se me poderia especificar, o melhor possível, qual o destino destas verbas do seu Gabinete?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Em relação à Ilha do Corvo, no seu Programa P1, "Construções Escolares", tinha escrito em 1989, 10 mil e 500 contos.

Em 1990 15 mil contos e para 91 prevê-se 10 mil contos.

Parecendo ser esta verba, muito exígua, prevê-se o início da construção da Escola do Corvo, em 1991?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

A minha pergunta vem na sequência da resposta que o Sr. Secretário deu ontem, a uma pergunta, também por mim formulada.

Gostaria que o Sr. Secretário fosse mais explícito na resposta que me deu ontem, no que diz respeito às instalações e às verbas que são solicitadas aos utentes das instalações desportivas das Laranjeiras.

Penso que o Sr. Secretário ontem, interpretou mal a minha pergunta, quando eu dizia que, neste momento são pedidas ou são praticadas às pessoas que utilizam a piscina do Complexo das Laranjeiras, tabelas que podem ir até aos 300 \$00, mas por sessão e não por mês. Não percebi o que é que o Sr. Secretário na altura queria dizer.

Portanto, o que eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna).

O Orador: ... e não é consigo que eu estava a falar... gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o seguinte:

Se o Sr. Secretário considera que esta verba praticada com os jovens e, única e exclusivamente, praticada na modalidade de natação, se é uma verba simbólica ou se isso se poderá considerar uma verba simbólica?

Na sequência disto, uma 2ª questão que é a seguinte:

Perguntaria ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no âmbito do desporto, quantos técnicos desportivos foram formados, uma vez que na sua intervenção fez referência a isso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultu-

ra (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a custos de projecto da Escola Secundária da Madalena - custo de projecto 35 mil contos.

130 mil contos para quê? Para novo projecto e para completar a aquisição de terrenos que como todos sabem, não está ainda completamente terminada.

Quanto a S. Jorge e Graciosa, os problemas são idênticos, no que respeita às escolas do 2º ciclo do Básico.

Algumas das escolas de algumas das localidades, não foram efectuadas e ainda bem que não o foram, porque, neste momento, são as próprias forças locais, é a própria comunidade que, em conjunto com os nossos técnicos, nos pedem para se ter uma abordagem diferente, na construção desses edifícios do 1º ciclo do Básico.

Há localidades destas que, face à diminuição do número de alunos, não se justifica neste momento a construção duma escola e isso faz parte de uma alteração, na demografia e na natalidade que leva a que, efectivamente, se opte por outras soluções que obtêm consenso da comunidade.

São Jorge e Graciosa terão (e isso já foi dito nos Conselhos de Governo) escolas, nomeadamente nas Velas e Sta. Cruz da Graciosa, que contemplarão as outras localidades não abrangidas, com a melhoria de se introduzir instalações para ensino especial e para a educação pré-escolar.

O problema dos transportes e dos alunos, será equacionado atempadamente.

Quanto à possibilidade de fixação de quadros de investigadores na Universidade e de outros apoios nessa área, a Universidade dos Açores, com a sua autonomia, através dos seus órgãos de gestão e de administração, dará o melhor e devido encaminhamento às verbas que são solicitadas e que têm sido atendidas, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. Saliento que este ano, como disse na minha intervenção, só o ensino superior, foi beneficiado com mais 41.9%. Caberá ao Magnífico Reitor, ao Conselho Científico ou ao Senado, dar o uso que melhor entenderem, dentro dos pedidos de encaminhamento que nos foram solicitados.

Fixação de Docentes de Autarquia, é algo que eu não referi, porque tem sido, constantemente, alvo de perguntas e de respostas da minha parte e não queria tornar-me repetitivo, quanto a isso. Todos sabem das diligências feitas pela Secretaria nesse campo, todos sabem como pioneiros fomos, em relação a determinadas medidas, como o subsídio

de fixação para determinados grupos, subgrupos, disciplinas ou especialidades, do ensino preparatório e secundário e todos sabem das diligências que, em conjunto com as autoridades nacionais, se vêm efectuando, para se encontrarem outros mecanismos que conduzam a uma eventual fixação, nessas localidades que são menos atractivas, à partida.

Determinadas diligências não têm colhido, junto de quem de direito, a resposta que gostaríamos de ter, nomeadamente, em relação a bonificações de tempo de serviço, a que a Caixa Geral de Aposentações não concorda e, portanto, temos de encontrar outras vias.

Quanto à Secretaria da Educação encontrar casas para docentes, isso está fora de questão. Já o disse e reafirmo: neste momento, com outras prioridades que se nos levantam, caberá sim às autarquias, dar um contributo válido e positivo, como elementos fundamentais dentro das comunidades, para a resolução do problema e acho que algumas autarquias estão dando muito bom exemplo, nesse aspecto e há exemplos anteriores de autarquias que o fizeram, com bons resultados. Portanto, vamos continuar a explorar esse caminho.

Quanto a verbas de custo de gabinete, pois o relatório que foi entregue há pouco tempo, tem custos por gabinete, dos vários departamentos do Governo Regional.

Diria que em relação ao meu, este aumento deve-se ao facto de, o Gabinete do Secretário ter as rubricas correspondentes às das Direcções Regionais, com a agravante de ter a sua repartição de serviços administrativos, que é a repartição que administra todo o pessoal das diferentes secretarias, incluído nas verbas do Gabinete do Secretário Regional.

Neste momento, com a centralização, nas diferentes direcções regionais, de todo o pessoal que estava em condições de destacamento e que passou a estar requisitado, isso traduz-se num aumento de serviço extremamente significativo que implica, nomeadamente, mais pessoal, na repartição dos serviços administrativos, dotação de meios informáticos para tratamento dos respectivos processamentos e dados para a efectiva e eficiente gestão desse mesmo sector.

Quanto ao Corvo, a Escola com certeza que está no Plano, dotada com uma verba idêntica a tantas outras do 1º ciclo do Básico. Temos o projecto-tipo aprovado, portanto, a verba em si, destina-se efectivamente a um arranque de obras. Com certeza que nos empenharemos, para que tal aconteça.

Quanto ao problema das verbas cobradas, nas instalações desportivas no Parque Despor-

tivo de Ponta Delgada, nomeadamente, no caso da natação, eu esclarecia que há um conjunto de preços que incluem, para os praticantes assíduos, para aqueles que, efectivamente, precisam de treinar a modalidade, incluem-se nessa gama de preços, a variante caderneta que dá um acesso muito mais facilitado e a custos muito diferentes.

Quanto a cobrar-se 300 \$00 para quem quiser ir lá tomar um bom banhinho, pois quem quiser utilizar aquilo como um "Health Club", eu acho que ainda devia pagar mais.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral)

O Orador: Formação de técnicos desportivos. A Direcção Regional de Educação Física e Desportos tem desenvolvido acções para as diferentes modalidades, têm sido convocados os técnicos responsáveis pelas diferentes modalidades, têm participado nessas acções de formação.

O Plano de Salvaguarda de Vila do Porto, não conta, efectivamente, do Plano de 1991, que dentro dos reajustamentos que foi preciso fazer, não foi possível chegar à inclusão desta medida. Não quer dizer que, ele não constitua nossa preocupação. Oportunamente, será dado o devido tratamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a explicação do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, mas fiquei sem compreender uma coisa que lhe queria perguntar.

Em primeiro lugar é que no Plano para 1991, V. Exa. inscreve, exactamente para a construção duma escola na Fajã de Santo Amaro, a verba de 10 mil contos. E, também inscreve a verba de 10 mil contos para a ampliação da Escola das Velas.

Tanto quanto eu estou informado o que, efectivamente, modificou e, isso não me causa estranheza nenhuma, dado que nós devemos sempre alterar os projectos, sempre que eles correspondam a uma melhoria de concepção, mas tanto quanto estou informado é que, efectivamente, neste momento, as comunidades não pediram já a ampliação da escola das Velas, mas pediram sim, um novo edifício, uma nova construção, para a Vila das Velas.

Ora V. Exa. tem exactamente 10 mil contos para isso. Se, efectivamente, está posta de parte a ampliação da Escola das Velas, como é que V. Exa. vai, com 10 mil contos,

transferir verbas, no sentido de construir uma nova escola nessa mesma ilha?

Mas, em relação a Santo Amaro, há aí um problema, Sr. Secretário. E que V. Exa. tem aí uma escola muito pequena e vai ter que construir uma escola, naturalmente, com a mesma dimensão e isso, pela verba de 10 mil contos, eu penso que não vamos assistir, para o ano, a nenhum sistema de deflação e essa verba é, efectivamente, reduzida e temo que lhe suceda o que sucedeu no Plano de 1990. E que essas verbas foram desviadas e não foi feito o investimento previsto na Ilha de S. Jorge e muito particularmente, nestes dois lugares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu congratulo-me com o facto do Sr. Secretário ter trazido este assunto, na sua resposta a um pedido de esclarecimento, a esta Câmara. E congratulo-me, realmente que, dentro daquelas possibilidades que o Governo tem, tenha aceite a sugestão dos Deputados do PSD, depois de falarem com os responsáveis pela área de Educação em S. Jorge, ou seja, a de fazer na Vila das Velas uma escola nova.

Se é preciso que a Escola da Boa Hora espere um ano e que essas verbas sejam incluídas para a construção dessa nova escola, julgo que estamos todos de parabéns, isso vem de encontro a uma necessidade que se fazia sentir e julgo que essa atitude só é de louvar e só vai beneficiar aquela comunidade.

Santo Amaro e a escola que estava prevista, podem esperar mais algum tempo, se isso for necessário.

A Vila das Velas é que tem uma escola que está saturada e cada vez mais, há a afluência de alunos para essa zona e, portanto, que essa decisão seja tomada. Estamos de acordo e congratulamo-nos por isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço-lhe os esclarecimentos que acabou de prestar, devo contudo, dizer-lhe que as suas informações são ainda bastante vagas e portanto, não substituem aquilo que eu considero, de facto, essencial, que é a disponibilização de mapas, suficientemente, discriminados, quanto às várias despesas das várias repartições governamentais e registo que as

verbas do seu Gabinete, (segundo informação que o Sr. Secretário agora deu) servirão para - entre outras coisas - pagar salários de funcionários das direcções regionais. Foi o que eu ouvi aqui dizer.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura)

O Orador: ...mas foi, de facto, aquilo que o Sr. Secretário disse. Eu fiquei bastante surpreendido com isso, porque não percebo como é que se poderia fazer uma transferência dessa natureza.

Para além disso, ouvi o Sr. Secretário dizer que isto era devido às verbas necessárias para os serviços administrativos e também para o pessoal que estava requisitado. Ficou, portanto claro, que estas verbas não são, nem para escolas, nem para os seus profissionais.

Isto era um esclarecimento fundamental, porque no nosso entendimento, são essas as verbas essenciais, aquelas que urge preservar e reforçar e, portanto, nós estamos esclarecidos pelo menos nesse ponto.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: Sr. Secretário da Administração Interna, eu vou ter oportunidade de me pronunciar sobre o Orçamento do seu Gabinete.

(Risos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para informar o Sr. Deputado Paulo Casaca de que, realmente, esses quadros foram distribuídos com o Relatório de Execução Financeira e já agora, para completar, as verbas (porque tenho aqui os números nas mãos) do Gabinete do Secretário Regional da Educação e Cultura, têm um peso estrutural no conjunto das despesas correntes e de capital, que não chega sequer a 4%.

A maioria das verbas, ou seja, cerca de 93% de todas as verbas do Gabinete, destinam-se de facto, a escolas, a professores, a isso tudo.

~~Por conseguinte, a verba só para o funcionamento é muito pequena.~~

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa Braga.

Deputado João Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Falando do Plano de Salvaguarda de Vila do Porto, as razões que levaram à retirada

deste, do Plano para 1991, não são nada convincentes, porque os planos de salvaguarda constantes do Plano de 1991, são uns míseros 5.000 contos, para algumas vilas, portanto, não se compreende que seja Vila do Porto a ser retirada, quando na verdade, há uma grande urgência em serem feitas obras de recuperação naquela zona, pois já há edifícios que estão a desabar.

Eu queria saber quais foram os critérios que foram estabelecidos, para que coubesse, a Vila do Porto, ser excluída do Plano de 1991.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para dizer, rapidamente, que o Sr. Deputado António Silveira, deu uma achega valiosa, completando a resposta que eu já tinha incluído na minha intervenção.

Efectivamente, eu neste momento, tenho a equipa da Direcção Regional Escolar em S. Jorge, a estudar localmente o problema. Foram para lá ontem e aquilo que se pretende efectuar, é uma escola nova. Tal como o Sr. Deputado António Silveira disse, estas são as prioridades que se verificam na ilha e são essas prioridades que devemos atender, se queremos bem servir a comunidade:

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Casaca, suponho que não entendeu aquilo que eu disse.

A minha repartição de serviços administrativos do Gabinete do Secretário Regional, tem a gestão do pessoal de todas as direcções regionais e, portanto, não é transferência para as direcções regionais que têm as suas próprias verbas de pessoal, trata-se da gestão de pessoal, que é feita pela repartição de serviços administrativos que está no Gabinete do Secretário Regional.

Quanto ao problema de inclusão ou exclusão de um ou outro plano de salvaguarda, o que está em causa neste caso é o Plano de Salvaguarda de Vila do Porto e esses tais míseros contos somados a tantos outros míseros contos... "grão a grão enche a galinha o papo" e de facto, quando há necessidade de fazer reajustamentos, eles têm que se fazer em qualquer parte, doa a quem doer. Efectivamente, quem não fica contemplado, é natural que apresente uma exposição do género da que o Sr. Deputado apresentou.

Também lhe disse que não é assunto que esteja posto de parte pela nossa Direcção Regional. Constitui nossa preocupação e oportunamente tentaremos ir ao encontro dessa lacuna.

Presidente: Voltamos então agora às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não saúdo a meio desta manhã, o Sr. Presidente do Governo, na medida em que, ainda se não encontra presente.

Vou iniciar a minha participação na discussão das propostas do Plano e Orçamento, por problemas que mais directamente têm a ver com a Ilha das Flores. É um dever que gostosamente cumpro. Fui primeiro eleito pelo círculo eleitoral das Flores e só depois de instalada a Assembleia fui deputado de toda a Região. **Aceito a qualidade de deputado dos Açores, mas jamais esquecerei o compromisso que nas Flores e pelas Flores aceitei.**

A Ilha tem o direito de aqui ver transmitidas a suas potencialidades, mas também os seus bloqueios; **eu tenho o dever não só de os transmitir, mas de lutar pelo aproveitamento das capacidades da Ilha e de exigir a resolução dos seus problemas.**

Era-me bem mais fácil aqui estar **aceitando pacificamente todas as decisões governamentais**, ou a ausência de decisões, conforme é mais frequente. Mas como disse Mota Amaral em relação ao Governo da República, também o digo em relação ao Governo Regional: **"mas não foi para isso que fomos eleitos!"**.

E nem tão pouco retira dimensão regional a este debate trazer aqui os problemas, ainda que aparentemente pequenos, das ditas pequenas ilhas, em dimensão física ou populacional. Por um lado, porque na relatividade local o que poderia parecer pequeno é por vezes muito importante e por outro lado porque, na nossa realidade insular, não há Região se não considerarem as ilhas na sua diversidade de características exigindo soluções específicas.

Longe vai o tempo das medidas iguais para todas as ilhas. Se é a especificidade que constitui um dos fundamentos para a existência de um governo próprio nos Açores, dentro do arquipélago **são as condições especiais de cada ilha que aconselham soluções diferentes**, ou, pelo menos, faseadas de modo diferente. É a tarefa mais difícil e por isso mais nobre de um governo: optar; é isso Sr. Presidente e Srs. Secretários: optar.

É evidente que quando há dinheiro para tudo, é fácil, ou seja não é preciso optar, porque se pode fazer tudo. Mas quando não há,

porque se gastou demais, ou porque se falou de mais, ou pelas duas coisas, é então aí que está o verdadeiro desafio. Já não é, como alguns julgam, na execução, pois executar, se se programou com realismo e sem demagogia, tendo em conta os recursos financeiros ao alcance e os meios humanos e materiais disponíveis, nem chega a ser desafio; é tão somente cumprir honradamente um dever.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto de autonomia justifica-se por ser o modelo de desenvolvimento mais adequado à correcção do nosso atraso de décadas no desenvolvimento. **A Assembleia Legislativa Regional é o principal garante da autonomia e como tal tem o direito de exigir de todos os agentes do poder que na concretização dessa autonomia, o desempenho do poder assente num conhecimento completo da realidade, se exerça com capacidade, expurgado de tentativas de afirmação de poder pessoal, tendo em conta a diferença e respeitando a justiça num quadro de desenvolvimento harmónico.**

Tenho aqui de dizer, com toda a frontalidade e em nome da verdade, que a **Ilha das Flores tem sido tratada com muita injustiça**, no processo de desenvolvimento dos Açores.

Nas Flores sente-se que ali nada se deve ao regime autonómico por causa da pista de aviação que já antes existia, por conta do hospital que já antes servia, por conta da central hidroeléctrica que já estava ao serviço. A pista não cresceu um metro que fosse, nem uma gota mais sequer de água se aproveitou dos recursos para a produção de energia! Têm infelizmente razão os que pensam que o que havia antes do 25 de Abril não cresceu nem melhorou e que quanto não existia, continua a não existir.

É justo que as pessoas se indaguem nas Flores sobre os frutos da autonomia. Só que o problema não está na autonomia, o problema está na má distribuição dos recursos que não têm bafejado aquela parcela. E tenho de dizer que os investimentos não se têm realizado nas Flores, não por simples esquecimento ou dificuldade inultrapassável. Não se fez porque quem usa e abusa do poder absoluto de decidir, se comprometeu e não cumpriu. O mais grave é pois porque se poderia ter feito, mas não se quis!

É assim que a Ilha das Flores está na cauda do desenvolvimento da Região. Digo-o, mas comprovo-o. E nem é por se comparar o que se fez em algumas ilhas com o que não se fez nas Flores, que se quebrará a unidade. A unidade não é disso que se faz. **Construir**

a unidade não é estar quieto e calado aceitando com cumplicidade as injustiças que traiçoeiramente uns executam sob as ordens de quem os manda.

E preciso que se diga que em 12 anos, de 1977 a 1989, nas Flores se executou menos de 59%, repito: menos de 59% do que se havia programado para esse período. Todas as outras ilhas têm em igual período execuções iguais ou superiores a 95%, excepto a Terceira com 94% e o Corvo com 90%. No mesmo período houve ilhas com altíssimas execuções de que são exemplo S. Miguel com 102% e o Faial com 112%.

Em nada contestamos que as coisas se tenham realizado nessas ilhas. Ainda bem que se fizeram porque as populações delas usufruem há muito. **O que se contesta é que as Flores seja a enteada desta autonomia e a vítima deste Governo.** E que não se diga que não há razão para dizê-lo porque neste momento, finalmente, depois de muita luta, algumas obras avançaram. Se hoje se está a construir o hotel-residencial, há muitos anos que outros idênticos se fizeram no Pico, em S. Jorge, na Graciosa; se neste momento se amplia a escola preparatória, é depois de há uma dezena de anos funcionar em desdobramento, logo desde a inauguração.

Louva-se que no Plano se contemplem, finalmente, projectos como o da fábrica da União de Cooperativas que já deveria estar a laborar, ou o lar de idosos (que já existe praticamente em todas as ilhas).

Mas nem tudo isto repõe a justiça para com a Ilha das Flores. **A teoria de que por estarem os Açores atrasados justifica atribuição de mais verbas para investimento, tem de ter aplicação interna também. Hoje nas Flores é preciso investir mais e executar muito mais depressa.**

Há coisas que neste Plano não se podem explicar.

Será que os cerca de 50 mil contos destinados aos **empreendimentos turísticos** chegarão para alguma coisa, atento ao facto de que o Governo chama a este sector prioritário e nas Flores uma residencial está em execução e outra a iniciar-se?

Mas mais importante do que tudo isto são três questões fulcrais que não posso deixar de abordar.

São elas o **aproveitamento dos recursos hídricos** para a produção de energia, o programa de **polivalentes para as casas do povo** e a cooperação com as autarquias tendo em vista a **fixação de técnicos, designadamente professores e médicos.**

O Governo Regional aprovou e fez publi-

car no Jornal Oficial em 31 de Dezembro de 1987 a Resolução nº 477/87 onde se comprometia a, utilizando as verbas constantes do Plano para 1988, encomendar um estudo sobre o **aproveitamento dos abundantes recursos hídricos da Ilha**, em resultado do qual empreenderia as acções consequentes tendo em vista o aproveitamento dos recursos naturais e a redução da dependência externa em matéria de energia.

E sabido que essa abundância de água nas Flores, num passado longínquo, quando os recursos financeiros eram poucos e quando nem dominávamos a escolha dos investimentos a realizar, permitiu um aproveitamento hidroeléctrico, com excelentes resultados. Todos sabemos que os Planos presentes à Assembleia e aprovados, consideram como opção fundamental o aproveitamento dos recursos naturais e a redução da nossa dependência externa e ultimamente cada vez mais se referem as preocupações com o impacto ambiental.

E neste enquadramento que não se encontra explicação plausível para o facto de o projecto de aproveitamento, volvidos que são quatro anos, ainda não estar concluído e é absolutamente incrível que do Plano para 91 não constem verbas para se dar início à concretização da ampliação do aproveitamento hidroeléctrico. Como explica o Governo porque deixa correr água para o mar, obrigando ao consumo de combustível que frequentemente falta e constantemente sobe de preço, desgastando grupos térmicos a poluir o ambiente que se diz proteger? Como justifica o Governo o facto de não cumprir o que ele próprio decidiu e fez publicar, particularmente tratando-se de investimento cofinanciado pela Comunidade?

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da referida resolução 477/87 também constava a decisão de mandar elaborar o projecto para o polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada e a respectiva construção, processo que seria igualmente adoptado para a Fajã Grande. Visitando as Flores este ano o Governo decidiu autorizar a abertura de concurso público para a adjudicação da empreitada de construção do polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada e declarou a utilidade pública de um terreno necessário à implantação da Casa do Povo das Lajes.

Todavia no Plano para 1991 não consta um escudo para o efeito!

Como explica o Governo que confrontado com as populações promete, para depois não cumprir? Será que é aceitável que um Governo que se honre não cumpra as suas próprias

resoluções? Ou será que isto de anunciar concursos públicos para este ano ou para o ano que vem, se tornou um "folclore político" para o qual nem se despende dinheiro?

Mas da Resolução 477/87, de que tanto falta inexplicavelmente cumprir, só me vou referir a um ponto mais. Tratava-se de um programa de cooperação com as autarquias através do qual se construiriam habitações visando a fixação de pessoal especializado, designadamente médicos e professores. Aplicado experimentalmente nas Flores, zona especialmente carenciada e particularmente difícil em termos de fixação, ele poderia no futuro vir a ser aplicado, com as devidas correções, adaptações e aperfeiçoamentos, a outras ilhas. Porém nisto, também, embora assinada pelo punho do seu Presidente a decisão, ficou-se pela falta de cumprimento. Hoje o Governo já não é o mesmo, mas é do mesmo partido e tem o mesmo Presidente que se outrora aceitou o mérito de tudo fazer, hoje tem de ter, correspondentemente, o demérito de tudo esquecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É esta a situação com que nos defrontamos numa parcela da nossa Região. Ilha das Flores, **parcela tão longínqua quanto esquecida de alguns**. Essa Ilha de **importância estratégica**, não apenas porque **internacionalmente importante**, mas também por quanto acrescenta à dimensão da terra e do mar açoriano. Trata-se afinal de uma ilha que tão pouco tem beneficiado dos recursos regionais, mas que contribuiu só para os cofres da Região e só por conta do Acordo Luso Francês, **na última meia dúzia de anos com mais de três milhões de contos**.

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que se vai discutir e decidir na apreciação destes documentos é se a Assembleia Legislativa, perante quem o Governo é responsável, quer continuar a avalizar esta política de injustiça. O que se vai discutir e decidir é se os Srs. Deputados entendem ou não que o Governo Regional deve cumprir o que sob a sua própria responsabilidade decidiu e anunciou. O que se vai discutir e decidir é se os Srs. Deputados entendem que o Governo deve honrar os seus próprios compromissos e reparar as injustiças, ou se a Assembleia quer dar cobertura a compromissos verbais sem a correspondente tradução no conteúdo dos programas e a adequada dotação financeira.

É por estes julgamentos que nos cabem, como directos representantes do Povo, que seremos responsáveis. E não seremos responsáveis apenas pelo que fizermos, mas também pelo que poderíamos ter feito e não fizemos.

E assumindo por inteiro essa responsabilidade, em nome da verdade, em respeito pelo Povo dos Açores, que continuaremos a participar neste debate, com outros temas e outras reflexões.

Muito obrigado.

(Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para referir que, neste momento, o Sr. Presidente do Governo, bem como alguns dos Srs. Secretários Regionais estão a receber empresários, que se deslocaram até nós, numa visita organizada pela Associação Industrial do Porto, que é, obviamente, como todos reconhecerão, uma questão importante.

Tanto mais, que é possível outros Membros do Governo aqui estarem e que garantivos que farão chegar tudo o que aqui se passa, neste momento, a cada um dos Secretários Regionais que está ausente, aplicando-se isto também, obviamente, à intervenção do Sr. Deputado Renato Moura.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na proposta de Orçamento da Região para 1991 levantam-se, quanto a nós, quatro questões fundamentais:

- I. O aparecimento de um défice corrente;
- II. Um corte substancial nas despesas do Plano não acompanhado de igual corte nas despesas correntes;
- III. A manutenção de algumas práticas orçamentais pouco transparentes;
- IV. A ausência de planos para privatizações.

A identificação das raízes das presentes dificuldades financeiras é indissociável das soluções a propôr e é por isso que convém começar por passar em revista as teses em confronto nesta problemática.

As soluções que apontamos podem contribuir para, no quadro das dificuldades financeiras da Região, reescalonar com critérios de eficiência e equidade a despesa pública e tomar medidas para tornar mais transparente essa política orçamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento da Região apresenta pela

primeira vez receitas correntes inferiores às despesas correntes, o que, de acordo com a legislação em vigor, é uma situação que só é excepcionalmente admissível.

Em rigor, não podemos dizer que se trata de uma nova situação dado que ela só foi evitada no ano transacto pela grosseira sobre-estimação das receitas correntes orçamentadas que, como se reconhece no Orçamento deste ano, não deverão chegar afinal para a cobertura das despesas correntes estimadas.

O défice corrente do Orçamento da Região para 1991 é maior do que se prevê que venha a ser o de 1990 e, com a continuação da actual política económica e financeira do Governo Regional, será certamente maior ainda no próximo orçamento, pelo que é de todo em todo útil uma reflexão aprofundada sobre o problema.

O ponto de vista do Governo Regional é de que a existência e crescimento desse défice se devem às seguintes ordens de factos:

Em 1º lugar o novo sistema remunerativo da função pública decidido pelo Governo da República aumentou substancialmente os salários de algumas categorias do funcionalismo público, nomeadamente os médicos e professores;

Em 2º lugar o sistema fiscal existente permite que empresas com sede no Continente mas que desenvolvem a sua actividade nos Açores paguem os seus impostos no Continente e não aqui retirando receitas fiscais aos Açores.

Esta argumentação é falaciosa pelas seguintes razões.

Em 1º lugar não consta que haja mais médicos ou professores por habitante nos Açores do que no Continente e no Continente o novo sistema remunerativo da função pública não provocou nenhum aumento do défice corrente e, bem pelo contrário, tem sido acompanhado de uma diminuição relativa a esse défice;

Em 2º lugar não há nenhuma indicação de que o actual sistema de impostos tenha alterado nos últimos anos a problemática da sede de pagamentos dos impostos directos e da mesma forma não há notícia de haver hoje mais empresas de construção civil do Continente a trabalhar nos Açores do que há cinco ou dez anos.

Estes argumentos, largamente difundidos pelo Governo Regional, destinam-se apenas a esconder a realidade mais importante na determinação da evolução das receitas fiscais e que é a actividade económica.

Como é do conhecimento público, a informação estatística disponível nos Açores

é de carácter substancialmente mais rudimentar e é disponibilizada com um sensível atraso em relação ao que se passa no Continente. Apenas para citar um dos dados estatísticos mais importantes, o produto, enquanto no Continente existem dados publicados de 1989, previsões do Banco de Portugal para 1990 e diversas projecções para 1991, nos Açores os últimos dados disponíveis são os de 1985.

Tentando ultrapassar estas deficiências estatísticas resolvemos utilizar o indicador composto da actividade económica da responsabilidade do DREPA como estimador aproximado do Produto Interno Bruto a preços de mercado na Região Autónoma dos Açores para os anos de 1986 e seguintes para os quais não há dados sobre o Produto. Os resultados dessa comparação são extremamente interessantes e esclarecedores. Se partirmos do ano de 1983 e igualarmos a 100 o nível do Produto na Região Autónoma dos Açores e do Continente se encontra já no índice 121.55 os Açores se encontram no índice 101.18, ou seja, durante este período de seis anos, enquanto se assistiu a um grande crescimento económico nos Açores, aliás no Continente (antes fosse nos Açores!) não houve praticamente qualquer crescimento nos Açores. O tímido crescimento observado em 1987, 1988 e 1989 chegou apenas para contrabalançar a recessão verificada em 1984, 1985 e 1986.

O nível de actividade económica dos Açores manteve-se quase estagnado nos últimos seis anos, enquanto ela está em plena expansão depois de 1984 no Continente. Nestas condições é facilmente compreensível que tenha sido possível passar, nos Açores, de uma situação financeira desafogada a uma outra que teremos de classificar como financeiramente preocupante enquanto no Continente se passou o inverso.

E indubitável que as transferências do O.E. para a R.A. dos Açores têm apresentado um ritmo de crescimento inferior ao das despesas públicas e elas são claramente inferiores àquilo que pensamos ser necessário para o crescimento económico dos Açores. A acompanhar esta queda relativa das transferências do O.E. têm estado as transferências resultantes do acordo das Lajes cada vez mais desvalorizadas em termos reais.

Se, do ponto de vista daquilo que pensamos serem as razoáveis pretensões dos Açores neste domínio, o PS tem criticado a fragilização das transferências, não é menos verdade que não podemos fazer uma análise objectiva da situação sem ter em conta as transferências provenientes das Comunidades

que segundo o Plano para 1991 atingirão os 15 milhões 540 mil contos, ou seja, quase a mesma verba que as restantes transferências juntas.

Quanto aos anos de 1986 a 1989, caracterizados segundo os números apresentados pelo Governo Regional por transferências de fundos comunitários muito baixas, convém que o Governo Regional esclareça, tão profundamente quanto a importância do problema exige, a que se ficou a dever essa situação.

É lamentável que a Região Autónoma dos Açores, com os seus graves problemas estruturais, não tenha sido contemplada com os fundos comunitários necessários. É necessário que se esclareçam situações e responsabilidades.

De acordo com os números agora apresentados o acréscimo de receitas provenientes das Comunidades mais do que compensará a preços constantes a quebra nas restantes transferências, reconduzindo o valor global das transferências a valores superiores aos obtidos na primeira metade da década de 80.

Neste contexto, as declarações do Presidente do Governo Regional segundo as quais iremos ter mais miséria e desemprego e que os açorianos irão ser forçados a um novo surto migratório tudo por causa das transferências que não vêm, tem de ser classificado como demagogia e vontade de escamotear as responsabilidades próprias.

Se bem que critiquemos frontalmente a tese do Governo da República segundo a qual os fundos comunitários em vez de servirem para complementar a solidariedade nacional devem servir para a substituir, não embarcamos na demagogia do Governo Regional que atribui à quebra das transferências aquilo que é consequência do falhanço da sua política.

Como vimos até aqui as dificuldades financeiras crescentes da Região não se devem a nenhuma das desculpas apresentadas pelo Governo Regional mas têm uma explicação muito mais simples: **a ausência de desenvolvimento económico no arquipélago.**

A forma como o Governo Regional tem enfrentado a situação tem-se caracterizado por um crescente ritmo de endividamento. Tal como já assinalámos anteriormente, a questão da dívida não pode ser vista independentemente da sua relação com o desenvolvimento económico. **O problema do endividamento público nos Açores não é o de pretender relançar a economia açoriana para o que o Governo Regional não dispõe nem de ideias nem de projectos mas é antes a única forma encontrada para tapar os buracos**

resultantes da ausência de crescimento económico na Região.

A proposta do O.E. para 1991 de limitação do endividamento líquido da Região a 4 milhões de contos que foi posteriormente apoiada pela publicação do Decreto-Lei nº 336/90 consubstancia a forma como o Governo da República pretende ver o problema da dívida resolvido: tratamento dos órgãos autonómicos a nível de autarquias locais, completo alheamento pelas prerrogativas autonómicas da região.

Secundando a posição anteriormente tomada pelo Partido Socialista, divulgou ontem o Governo Regional, finalmente, a sua posição contrária ao Decreto-Lei nº 336/90. E pena, no entanto, que o Dr. Mota Amaral tenha decidido lançar a batalha política em terrenos que não é favorável aos Açores.

Secretário Regional das Finanças (Gualter Furtado): Não Senhor! Onde é que isso está escrito?

O Orador: O pedido de impugnação por inconstitucionalidade orgânica dirigido ao procurador Geral da República carece de fundamento. Por outro lado a solução apontada de protocolos com o Governo da República em matérias de endividamento e de avales automáticos ao endividamento dos Açores fragiliza desnecessariamente a posição dos Açores.

A tomada de posição da Assembleia Legislativa Regional pela impugnação do Decreto-Lei nº 336/90 invocando a sua inconstitucionalidade material é a medida acertada a tomar. Entre outras virtualidades poderá esta medida substanciar politicamente a posição defendida pelo PS na Assembleia da República.

No conjunto de críticas elaboradas pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas ao Orçamento e Conta da Região de 1987 destacam-se as que recaem sobre o "Fundo Regional de Abastecimentos". Nomeadamente diz-se aí que:

- a) O desvio existente entre o valor orçamentado e as contas de ordem, bem como entre a Conta da Região e a conta de gerência do Fundo é da ordem dos 600%;
- b) Há receitas do Fundo que são arrecadadas sem passarem pelos cofres públicos regionais;
- c) Não há na Conta da Região qualquer referência às contas de gerência dos fundos e dos serviços autónomos;
- d) Os procedimentos descritos em a) e b) violam a legislação regional em vigor.

No relatório do Tribunal de Contas de

1988, para além de se reafirmarem as críticas anteriores, referencia-se a prática de aplicações financeiras em bilhetes de tesouro e depósito a prazo do Fundo Regional de Abastecimentos que, em 31 de Dezembro atingiam os 630.000 contos. Estas práticas financeiras não só infringem directamente o articulado da legislação regional como foram cometidas ao mesmo tempo que o Governo Regional se endividava para fazer face a dificuldades de tesouraria cometendo, também aí, ilegalidades crassas, e contribuindo para o agravamento da situação regional.

Nada daquilo que se sabe ser a actividade do fundo Regional de Abastecimentos aponta para uma mudança das suas práticas em consequência dessas críticas. O Fundo tem sido utilizado como saco azul de operações financeiras do Governo Regional, à margem dos princípios constitucionais e da legislação regional vigente, sendo um dos últimos exemplos a utilização do Fundo como fonte de saída de 400.000 contos para os cofres do IIPA.

No Orçamento agora submetido à Assembleia Regional fica-se a saber que o Fundo Regional de Abastecimentos irá dispendir 5.561.049 contos dos quais 3.111.869 são receitas próprias, 6.000 são transferidos do O.R. e o restante tem origem desconhecida.

De onde vêm e para onde vão as receitas deste Fundo é uma incógnita sem qualquer resposta neste orçamento.

A única solução que se nos afigura razoável para pôr cobro à utilização sistemática deste Fundo para a realização de operações ilegais ou de carácter desconhecido é a sua extinção com efeitos a partir de Janeiro do próximo ano, o que deverá ser interpretado como primeiro passo para uma reforma geral da Administração Pública Regional que imponha regras de legalidade e transparência ao seu funcionamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O O.R. em discussão apresenta em anexo um relatório sobre a situação das empresas públicas da região. A situação aí descrita caracteriza-se pelo seguinte:

A Lotaçor está tecnicamente falida, com uma situação líquida negativa;

A EDA tem um fundo de maneio negativo de dois milhões e seiscentos mil contos;

A SATA não apresenta qualquer resultado líquido limitando-se de facto o Governo Regional a enviar os fundos necessários para cobrir os défices;

A Companhia de Seguros Açoriana teve em 1989 indicadores de rentabilidade que, em termos reais, são negativos;

A única empresa com uma situação financeira estável e bons resultados financeiros é o BCA.

Desta sinopse fornecida pelo Governo Regional ficamos assim a saber que a situação geral do sector empresarial da Região é desastrosa o que, estando propriamente em contraste com aquilo que se sabe da situação da economia regional não deixa de ser preocupante.

A luz destas informações confirma-se assim que as intenções reprivatizadoras do Governo Regional publicamente repetidas de há mais de um ano a esta parte não passam de publicidade enganosa.

As privatizações nos Açores - à parte algumas empresas participadas - só podem materializar-se no curto prazo em condições aceitáveis no Banco Comercial dos Açores.

A privatização do BCA, curiosamente, é a única privatização que nunca foi proposta pelo Governo Regional. O tempo ideal para se ter procedido a essa privatização era, de acordo com a situação já antes previsível nos mercados financeiros, 1990, não sendo agora claras as condições conjunturais para a privatização.

Independentemente da decisão final a tomar - que terá de ter em conta a situação da conjuntura - devem desde já ser dados os passos necessários neste Orçamento para a privatização do BCA já em 1991.

Perante as dificuldades financeiras causadas pela quebra das receitas fiscais nos Açores, o Governo Regional optou pela manutenção das suas despesas correntes e pelo corte das despesas do Plano.

Na óptica do Governo Regional tudo o que é a manutenção da sua vasta máquina administrativa é intocável, corresponde a despesas rígidas, enquanto tudo o que diga respeito a verbas destinadas à satisfação de aspirações da população, quando não mesmo ao cumprimento de promessas governamentais, corresponde a verbas flexíveis, únicas destinatárias dos cortes a promover.

A máquina administrativa regional foi criada à imagem e semelhança da sua congénere nacional e dela copiou todos os vícios de concepção e de estrutura. Os Açores são uma região pequena e pobre no contexto europeu e atlântico e não se podem permitir desviar recursos necessários ao seu desenvolvimento económico e social para a manutenção de um aparelho de Estado regional mais virado para a pompa e circunstância do que para o fornecimento dos serviços económicos e sociais que lhe compete prestar.

O Governo Regional deve, na nossa opi-

nião, tomar a iniciativa de promover uma revisão da sua lei orgânica que o torne mais flexível e menos vasto.

A nossa proposta de redução de despesas correntes deve ser entendida como um convite a essa reformulação pelo Governo:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi algumas vozes dizerem que já tinham tomado conhecimento da minha intervenção. É verdade que ela foi publicada ontem no essencial, embora não completamente, num jornal de Ponta Delgada, o "Açoriano Oriental". Confesso que eu não esperava que esta Câmara necessitasse de 6 votações e de passar uma parte duma manhã para eleger a sua Mesa e, portanto, enganei-me nos cálculos e pensei que a minha intervenção teria sido feita ontem.

(Apartes inaudíveis das bancadas do Governo e do PSD)

O Orador: Já tinha reparado ontem que o Sr. Secretário Regional das Finanças, idealizou a sua intervenção como resposta, à minha intervenção que eu antes tinha lido.

Eu quero aqui render homenagem ao Sr. Secretário Regional das Finanças, como ele disse "meu colega" ao que eu acrescento "meu amigo", espero seja hoje também no final deste debate, e como dizia, quero render-lhe homenagem porque, de facto, o seu mérito é muito superior ao meu. Não há dúvida que defender este Orçamento e este Plano é uma tarefa muitíssimo mais difícil, do que atacá-lo.

Mais a mais, quando da parte do Grupo Parlamentar do PSD, as pessoas que deveriam apoiar o PSD, e o Governo Regional, em vez de o fazerem, são de facto, a principal hipoteca deste Governo Regional.

De facto, Sr. Secretário, com apoios destes, o Sr. Secretário dispensa oposição, porque este apoio é, de facto, um apoio fatal.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: O Sr. Secretário falou, de facto, de todos os temas que eu aqui apresentei e...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: ... quanto ao défice corrente, eu tenho a certeza que o Sr. Secretário tentou junto do Governo de que faz parte, fazer com que as despesas correntes fossem reduzidas, mapas devo dizer-lhe que não foi bem sucedido. De facto, a opção feita por este Governo foi a de cortar despesas do Plano,

mas não as despesas correntes.

Quanto à questão da transparência, eu tenho também a certeza que o Sr. Secretário é favorável à transparência orçamental, embora deva dizer-lhe que, por exemplo, a publicação dos mapas que na Assembleia da República são anexos ao Orçamento, era uma coisa que já podia ter sido feita e que, de facto não foi.

Mas é verdade também que o Sr. Secretário herdou uma situação onde vários fundos e serviços autónomos, que não dependem directamente da sua tutela, já estavam criados, já tinham uma lógica que já vinha do passado e seria difícil inverter essa lógica. Mas aí também, eu devo dizer ao Sr. Secretário que, as suas eventuais tentativas para transformar essa situação, ainda não foram bem sucedidas.

Quanto ao último problema que foi, também focado pela intervenção do Sr. Secretário, foi o problema das privatizações.

Eu, de facto, fiquei perfeitamente abismado com aquilo que tive oportunidade de ouvir ontem à noite.

O processo das reprivatizações e aquilo que na lei que actualmente está em vigor está consignado contra as Regiões Autónomas, é um processo em que houve um grande empenho, nomeadamente, desta Casa, para que fosse obtida uma solução que contemplasse os direitos da Região Autónoma dos Açores e nomeadamente, que contemplasse o direito da Região Autónoma, de dispor, soberanamente, daquilo que faz parte da sua propriedade.

Essa luta não foi bem sucedida, não foi completamente sucedida, porque a maioria do PSD na Assembleia da República não aceitou as pretensões da Assembleia Regional.

A solução que está contemplada na actual lei, é uma solução que não foi aquela defendida pelo PS e, nomeadamente, pelo PS-Açores, isso é por demais conhecido.

O Sr. Presidente da República pediu a apreciação da inconstitucionalidade deste normativo, ao Tribunal Constitucional. Esta actuação do Sr. Presidente também não foi bem sucedida, porque o Tribunal Constitucional não declarou inconstitucional esta prerrogativa.

Já passou mais de 1 ano, nós exigimos aqui as reprivatizações, aliás nós exigimos aquilo que o Governo Regional tem prometido vezes sem conta e o que é que nós vemos?

Vemos, de repente, o PSD a dizer que não vai haver reprivatizações em 1991, porque vai pedir a inconstitucionalidade desta norma, ou seja, o PSD está, de facto a dar um

tiro no pé do próprio Governo Regional.

De facto, esta actuação é inconcebível...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É mentira, isso que o Sr. está a dizer.

O Orador: ... eu gostava de saber o que é que o Sr. Presidente do Governo Regional que, ao que fomos agora informados, está com uma delegação empresarial, neste momento, o que é que o Sr. Presidente vai dizer quando esta delegação lhe perguntar quais são os seus planos quanto às privatizações?

De acordo com aquilo que é defendido pelo PSD, o Sr. Presidente do Governo Regional vai dizer:

- "Ah, não sei! Nem agora nem nos próximos anos, porque vamos entrar numa batalha, que o Tribunal Constitucional já disse que era duma determinada maneira que não nos era favorável e, portanto, talvez daqui a 10 anos isto seja resolvido.

Isto não tem pés nem cabeça!

Isto é, de facto, uma irresponsabilidade que não há palavras para a exprimir.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. deputado não sabe o que está a dizer!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças)

O Orador: Com um apoio destes, de facto, - eu reafirmo - o Governo Regional não precisa de oposição, porque o Governo Regional tem a oposição dentro de casa. E verdade!

Eu gostaria de reafirmar, quanto ao último problema, ou seja, quanto à questão do endividamento, que lastimo que o silêncio mantido pelo Governo Regional tivesse durado tanto e que não tivesse havido uma troca de impressões, nomeadamente, com o Partido Socialista nos Açores, sobre o problema. Porque, obviamente, nós tratamos também da questão, nós também pedimos os nossos pareceres jurídicos. O Governo Regional pediu os seus pareceres jurídicos a uma pessoa de extrema competência, não há dúvida, mas não fez as perguntas que devia ter feito.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Está no relatório que nos foi fornecido ontem Sr. Secretário.

Porque, de facto, o problema da orgânica que tem a ver com a data do decreto em causa, é um problema que, digamos, foi debatido constitucionalmente, durante muito tempo, porque o problema era saber qual das datas é que é válida: se é a data do Conselho de Ministros, se é a data do decreto.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento).

O Orador: ...mas é sobre a orgânica que nós estamos a falar.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário das Finanças e Planeamento).

O Orador: ...pois com certeza que nós aí - como já dissemos - agradecíamos que o Governo Regional tivesse concordado com a nossa posição já expressa publicamente à Assembleia da República. Não é isso que está em causa.

Agora, pedir ao procurador Geral da República para pôr em movimento os mecanismos para a declaração da inconstitucionalidade, por ter passado o prazo da autorização legislativa, isso é uma batalha perdida...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Onde é que isso está escrito!

O Orador: ...peço imensa desculpa, isso está escrito na carta do Sr. Presidente do Governo que eu tive oportunidade de ver ontem. Está lá escrito! Preto no branco! E isso é uma batalha perdida, porque já há jurisprudência sobre o assunto e, sistematicamente, a decisão de que a data válida é a do Conselho de Ministros. De maneira que nós vamos entrar nesta guerra pelo lado errado. Vamos entrar com uma derrota.

E pena! Isso poderia ter sido evitado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PS e dos Deputados do CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma intervenção muito rápida, até porque há muitas pessoas que também querem falar.

Eu lamento e é com grande estranheza, que vejo que o meu querido colega e Sr. Deputado Paulo Casaca, não segue o lema da nossa escola e embora se saiba que ele não é, propriamente, da linha do Dr. Bento de Jesus Caraça, o certo é que na porta de entrada havia uma frase que dizia: "Não temo o erro, porque estou sempre pronto a corrigi-lo".

Por conseguinte - e sem perder muito tempo - lamento que tenha persistido no mesmo erro e não tenha corrigido, pelo menos, algumas partes. Isso significa uma grande falta de flexibilidade.

Reconheço-lhe o mérito de ser um homem trabalhador e estou até admirado com o que se está a passar consigo! Não sei se é do ambiente, não sei se é de algum outro factor...

(Risos da bancada Socialista)

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu volto novamente a repetir em relação ao seu ponto nº 1, (eu depois vou-me calar) bastaria ter lido a Proposta de Orçamento de 1983 que diz no ponto 5 o seguinte:

"A rubrica de transferências correntes, inclui na sua totalidade as receitas provenientes da comparticipação do Estado, no financiamento das despesas correntes da Região - 3 milhões 285 mil contos.

Repare-se que, à semelhança dos anos anteriores, a referida comparticipação, continua a ser inferior aos encargos que a Região tem de suportar os serviços periféricos do Estado que foram transferidos para a administração regional, no decurso dos últimos seis anos ... blá, blá, blá, blá..."

De facto, este é o défice corrente, não é a primeira vez que existe, mas eu arranjo-lhe o ano de 84, arranjo-lhe o ano de 81, o ano de 83 e depois, eu não sei o que é que andaram a fazer aqui durante esses anos todos.

Segundo ponto, ou seja, em relação à fixação dos limites, passou-se exactamente a mesma coisa. O plafond do endividamento, já vinha do ano de 87, de 86... Eram fixados os "plafonds", isso tudo.

Eu estou de acordo consigo, quanto à questão da inconstitucionalidade, vou aproveitar para intervir sobre isso depois, ao longo deste debate.

Relativamente aos fundos, parece-me que também não estive aqui quando eu apresentei a última Conta. Isso são as críticas do Tribunal de Contas referentes a 88.

Devo dizer-lhe que todas as receitas do fundo passam a entrar agora nos cofres da Região e há uma alteração substancial neste ano, por isso, foi pena não ter perguntado junto da sua bancada, foi uma coisa que eu tinha dito aqui já há imenso tempo.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: Relativamente às privatizações e quanto ao papel central do BCA, devo dizer-lhe que o problema da oportunidade ou não, não se discute.

O BCA, é um banco sólido, é um banco que tem recursos. Neste momento o que interessa nas privatizações, para além do posicionamento estratégico das instituições é, de facto, entre o "handicap" financeiro ou não que eles têm. Neste caso o banco não o tem.

O Banco Comercial dos Açores tem disponibilidades imediatas, mas líquidas de pagamento da ordem dos 30 milhões de contos.

É um banco cobiçado.

Não é por acaso que em Lisboa, na última organização do IIPA, estavam presentes cinco bancos nacionais, dois presidentes de bancos estrangeiros e quatro presidentes de sociedades de desenvolvimento e outras instituições financeiras.

Por conseguinte, o BCA está bem posicionado, tem aquilo que é mais importante que são os recursos financeiros e também humanos.

Mas eu depois falo consigo. No entanto, devo referir que a privatização deste banco, não está fora de questão.

Agora digo-lhe uma coisa: o sector empresarial de estado, neste caso, aqui da Região não está a saldo e tem tido melhorias substanciais nas suas contas e o ano de 1990 vai ser uma prova disso, aliás, com a participação de algumas outras pessoas, que até nem sequer são do PSD e que são também técnicos credenciados...

Deputado Martins Goulart (PS): Não há mais ninguém no PSD!

(Apartes inaudíveis do Governo e do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-me que a direcção do Partido Socialista, começa a ficar nervosa.

Não se enervem Srs. Deputados!

Os Srs. Deputados têm que assumir a responsabilidade dos seus actos e têm de ter responsabilidade de assumir algumas das suas atitudes.

Não há dúvida que o vosso nervosismo, é pelo facto de, como não têm ninguém com capacidade na vossa bancada para discutirem diplomas dessa natureza...

(Risos do PS)

O Orador: ...Sr. Presidente, é evidente!!

Os Srs. Deputados contratam o vosso assessor da Assembleia da República, para vir aqui, durante 4 dias, prestar assistência no debate do Plano e Orçamento.

É evidente que os Srs. Deputados estão nervosos por causa disso!

Porque nós estamos conseguindo demonstrar, aqui em Plenário e certamente lá fora os eleitores se vão aperceber, da incapacidade absoluta do Partido Socialista, neste campo.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Albano Pimentel)

O Orador: ...mas Srs. Deputados, não se enervem!

Os Srs. estão nervosos e penso que sei porquê.

É que ainda por cima, essa vossa atitude, não resulta. E não resulta, porque nós acabámos de assistir aqui, com bastante desgosto, a uma falta de respeito para com esta Assembleia, pelo facto, de um Sr. Deputado vir aqui ler um artigo de opinião que saiu num jornal...

(Aplausos do PSD)

O Orador: É realmente uma falta de respeito para com esta Assembleia, por um lado e, por outro lado, demonstra inclusivamente, a falta de capacidade do vosso técnico de, de um dia para o outro, fazer um novo discurso ou arranjar novos argumentos, para vir debater aqui.

O Sr. Deputado Paulo Casaca só tem aquele discurso que eu já ouvi 2 ou 3 vezes através dos jornais e que foi aqui repetido hoje.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS).

O Orador: Mas mais ainda, Srs. Deputados, é que inclusivamente, esse discurso não tem consistência nenhuma.

(Apartes inaudíveis do Sr. Deputado Martins Goulart).

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Os Srs. Deputados estão nervosos, mas vão ouvir o resto.

Oh Sr. Deputado Martins Goulart, agradeça que tivesse calma.

Mas como eu ia dizendo, a sua irreponsabilidade é de tal ordem que nem conhece aquilo que é referido, relativamente, às privatizações por esta Assembleia, inclusivamente fez afirmações que "é de pôr as mãos à cabeça".

O Sr. Deputado desconhece que o Sr. Presidente da República, o que pediu não foi a inconstitucionalidade.

O que o Sr. Presidente da República pediu, foi a apreciação preventiva da constitucionalidade, que é uma coisa completamente distinta. E se não sabe distinguir isso, não é capaz de distinguir mais nada. Mas isso é um problema seu.

Deputado Martins Goulart (PS): Isso é mau para vocês!

O Orador: Não é mau! O que é mau é a figura que os Srs. estão a fazer. Isso é que é mau!

Mas eu tenho a impressão que havia muito mais para dizer, no entanto não acrescento mais nada.

Eu penso que a "fotografia" já está tirada e por conseguinte, eu vou guardar o resto,

para a intervenção que tenho para fazer e demonstrar a incapacidade do Sr. Deputado Paulo Casaca de, nesta matéria e, nesta Casa...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...eu admito que o Sr. Deputado Paulo Casaca seja um técnico; agora juntar o tecnicismo à política, isso ele não é capaz de fazer, por isso diz essas tolices todas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PS, PSD e Governo).

(Aplausos do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, eu peço a vossa atenção, porque há mais inscrições e os Srs. Deputados que querem intervir, inscrevem-se e terão ocasião de expôr as suas ideias sobre este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho é que ser mais moderado, para não correr o risco do Sr. Deputado Martins Goulart ter alguma fúria e levantar campo e ficarmos sem ninguém.

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção que acabámos de ouvir do Sr. Deputado do Partido Socialista, lembramos a RTP-Açores, ou seja, uma análise crítica do Plano e Orçamento para 1991 a revista de imprensa, Jornal Açoriano Oriental de 28 de Novembro de 1990.

(Risos do PSD)

O Orador: E se já não bastasse a intervenção televisiva de ontem à noite, desastrosa, ao ponto do Sr. Deputado Carlos César, que teve a trabalhar toda a noite, só agora chegar, para poder remendar essa situação, novamente "numa de solidariedade" para defender um dos "meninos" do Gabinete do Sr. Deputado Martins Goulart...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ... vem, sem dúvida, trazer e dar outro ânimo a este debate.

Eu próprio disse, Sr. Deputado.

Nós ontem, (membros do Partido Social Democrata) tivemos dó, porque chegámos ao hotel e encontrámos o vosso Deputado, que foi dar a cara à televisão, numa sala isolado, sem o mínimo de solidariedade da vossa parte.

(Protestos inaudíveis da bancada Socialista)

(Risos do PSD)

O Orador: Esta é que é a verdade, Sr.

Deputado.

Mas a questão que eu queria pôr ao Sr. Deputado Paulo Casaca, é a seguinte:

Com a homenagem e os elogios ao Sr. Secretário das Finanças... bom, é pior a emenda que o soneto. Acho que deve insistir nas críticas ao Presidente do Governo, que é para poder agradecer ao "Chefe" e poder vir para o ano, senão não consegue vir.

Quanto à questão, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte:

O que pensa o Sr. Deputado, da falência da Comunidade Económica Europeia, como foi prevista em 1982 por si, em livro?

E penso que aquilo que afirmou hoje nesta Casa, passados 8 anos sobre aquilo que afirmou em 82, terá o mesmo valor. E veremos daqui a 8 anos se não será assim.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Dionísio de Sousa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para um protesto.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para tentar pôr ordem na Casa.

E como os factores de desordem, pelo menos intelectual, nesta Casa, são sempre originários dos expoentes da inteligência neste domínio, da "bancada laranja", nós temos que, necessariamente, estar frente a frente.

Venho protestar pelo seguinte:

Não é justo, numa instituição parlamentar como esta, num debate tão importante como este, que o Partido Socialista seja obrigado a opor um Deputado seu - como o Sr. Dr. Paulo Casaca - aos Srs. Deputados Carlos Teixeira e Rui Melo. Não é justo!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: É a subversão total do debate.

Não faz sentido que estas coisas se ponham assim.

E, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu estou convencido que o Sr. Deputado Borges de Carvalho não completou ontem, a sua intervenção.

Ele não queria, certamente, só dizer que se deviam introduzir algumas restrições no âmbito de se saber se as pessoas eram separatistas ou não, para incluírem candidatos e para se incluírem nas listas do PSD.

Ele queria, certamente, dizer que não teve oportunidade de dizer que também é preciso poder ser-se deputado. E estes Senhores não o são. Estes Senhores só trazem à Assembleia, marginalidade, e o enredo que tem caracterizado a vida interna do seu partido...

Deputado Martins Goulart (PS): Muito bem!

O Orador: ...como se pudessem, nestas manobras de diversão, dizer que os seus males são os alheios. Não são!

Deputado Martins Goulart (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui nesta Assembleia, nós tivemos a expressão dos "meninos isolados"; tivemos a expressão das concorrências; tivemos a expressão das divergências, durante um dia inteiro e a manhã de outro dia.

E o Sr. Deputado Rui Melo que não sabe nem o que há-de dizer nem o que há-de fazer nem com certeza lhe deram nada para fazer, - o que é de resto justo - vem para aqui para a Assembleia Regional, acusar o Partido Socialista, como quem não tem um espelho dentro de casa.

Francamente, Sr. Deputado!

Aqui, no Partido Socialista não há ninguém isolado, quer tenha sucesso ou insucesso.

Aqui, no Partido Socialista, não há concorrência, porque cada um aqui sabe o que faz e sabe a que é que está destinado até.

Aí, não se sabe. V. Exa. hoje pode estar aqui e, pelo caminho que estas coisas estão a tomar e pela degradação física, moral e intelectual, do seu Partido, V. Exa. até bem pode chegar a Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa, para um contraprotesto.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, obviamente, queria contraprotostar, em relação a esta intervenção do Sr. Deputado Carlos César, que me pareceu extremamente infeliz.

Efectivamente, não é pedido a ninguém, quando se candidata a um cargo na Assembleia Regional, atestado do que quer que seja.

E preciso que as pessoas se apresentem ao eleitorado, apresentem as suas propostas, manifestem aquilo que sabem e aquilo que podem e, se forem eleitos, têm tanta legitimidade para estar aqui dentro, como tem o Sr. Deputado Carlos César ou qualquer um dos Deputados da bancada do Partido Socialista.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não parece, de maneira nenhuma, nem justo nem correcto que se tente, por qualquer forma, apoucar quem quer que seja.

As pessoas têm o seu modo de intervir, são portadoras das capacidades que têm, são possuidoras das virtudes que tenham, também das suas limitações... o que é facto é que isso é o instrumento da sua vida. E é com isso que

as pessoas funcionam.

Ninguém pode, aqui dentro, pedir a quem quer que seja, atestados de capacidade, de inteligência, de virtude e de honra, porque, Sr. Deputado, há muita maneira de haver honra; há muita maneira de a medir.

Não é só pelos problemas, nem dos dinheiros nem do problema do escrúpulo.

Há muita maneira de medir a honra.

Eu, sinceramente, não deixo de me penalizar por vezes, com o tom com que algumas intervenções são feitas. De todas as bancadas.

E, Srs. Deputados, eu só queria relembrar duas intervenções ou dois apartes, nesta Casa, do Sr. Deputado Martins Goulart, dadas as condições acústicas da sala, também referidas pela Sra. Deputada Lisete Silveira.

O Sr. Deputado Martins Goulart, já por duas vezes nesta Sala, durante este debate, disse que "estavam estes mas que vêm outros melhores".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu não percebi.

O Orador: Eu repito: "Agora estão estes, mas vem outros melhores" - o que significa que estes não são bons.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis do Sr. Deputado Martins Goulart).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Madruga da Costa, fez uma interpretação alusiva, de qualquer coisa que tem a ver com a deficiência acústica desta Sala. Eu confirmo que disse isso, mas foi no sentido de dizer que não se preocupem, porque virão melhores, mas melhores Membros do Governo, quando o Partido Socialista for Governo.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Eu julgo que não ofendi ninguém e não posso, de forma alguma, deixar passar este pequeno pormenor.

O Partido Socialista tem-no dito, repetidamente, portanto, estamos sendo coerentes com nós próprios e se eu mando um aparte parlamentar deste género, julgo que não é, de forma alguma, impróprio no contexto dum debate parlamentar.

Muito obrigado.

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

Presidente: Tem então agora a palavra

o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Eu ouvi, com muita atenção, as suas notas.

Em primeiro lugar, quanto à citação que nós tão bem conhecemos, que está gravada na Escola que ambos frequentámos, eu devolvi-lhe dizer que os deuses e os dirigentes do PSD, é que têm tomado a postura de que, nunca se enganam e, raramente, têm dúvidas.

Não tem sido mais ninguém, senão os dirigentes do PSD que têm tomado atitudes dessas.

Eu, obviamente, não a tomo.

Eu, obviamente, posso errar, como qualquer outra pessoa e isso não está aqui em discussão.

Obviamente que, quando se trata de fazer alguns quadros, nomeadamente quando eles são importantes e, nomeadamente quando eles têm grande divulgação, convém que, (até porque é preciso ter consciência que nós nos podemos enganar) - como medida de precaução - perguntar a outras, ver se de facto, as coisas estão todas bem feitas, se os cálculos estão todos bem feitos, o que por vezes não acontece. E isso, exactamente, porque é preciso nós termos em conta que nos podemos enganar e que não temos a verdade absoluta.

Na questão em apreço, Sr. Secretário, peço desculpa, mas eu volto a insistir naquilo que aqui disse ontem.

Eu já encontrei e aliás, faço questão de frisar mais uma vez, que eu encontrei divergências importantes nos números publicados, aqui nos quadros do Tribunal de Contas e nos números do Governo Regional.

E, por exemplo, o caso das transferências de Fundos Comunitários, para os Açores, em 1988.

O Tribunal de Contas aponta um valor que é superior ao dobro, (é uma margem de erro dessa ordem) àquele que tinha sido apontado antes, pelo Governo Regional e continua a ser apontado depois, porque eu continuo à espera de ver quadros corrigidos, com essa menção que foi feita pelo Tribunal de Contas. O Sr. Secretário disse que poderia discordar, mas que aceitava os conselhos do Tribunal de Contas, mas por exemplo, esse não foi aceite.

De facto, tem havido divergências e eu, mais uma vez friso que eu tenho seguido nesta problemática os números do Tribunal de Contas. E o que os números do Tribunal de Contas dizem, é que em 1983, no Orçamento, não foi apresentado um défice. Isso é o que

dizem os números do Tribunal de Contas.

O Sr. Secretário Regional das Finanças diz-nos que o problema é um problema de técnicas de contabilização, porque as transferências são contabilizadas hoje, de uma forma diferente daquelas que eram contabilizadas em 1983. E, portanto faz uma reinterpretação disso.

E evidente que, nós se começarmos a fazer reinterpretações contabilísticas, não iremos sair daqui, porque eu também lhe poderei contrapor que, por exemplo, o Governo da República considera agora como transferências, as verbas que vêm do chamado CIVA, ao abrigo dum despacho de 1986 e que é uma verba quase tão importante como as outras transferências do Orçamento do Estado e, nessa altura se eu lhe disser: "De acordo com a postura do Governo, as transferências devem ser para investimentos", então temos que tirar esse valor daí e então o défice corrente não é este, é muito superior. Se eu, por exemplo, seguisse pelo raciocínio que é, pelo menos, tão válido quanto o seu, bem aqui já estamos a esgrimir mais uma vez, o significado do défice corrente.

Não é essa a minha intenção. Não é minha intenção trazer para aqui, uma discussão fútil de números.

O que eu disse e que repito é que, é a primeira vez que o Governo Regional apresenta um orçamento com défice corrente. E isso.

Portanto, o que eu gostaria de assinalar, quanto a esta problemática é que aliás, já no contexto do problema das privatizações e da audição que teve por empresários da iniciativa do Governo Regional, confirma a opinião que eu tinha à partida, ou seja, a informação que o Sr. Secretário deu. O facto de terem estado vários presidentes de bancos nessa reunião, quer dizer que, de facto a privatização do BCA é algo que teria possibilidade de vir a ser bem sucedido, se não tivesse estes seus representantes deste seu grupo parlamentar a fazerem coisas destas.

Também devo fazer realçar que (como nos foi aqui dito) o Sr. Presidente do Governo Regional esteve ausente do início deste debate, porque esteve a acompanhar uma delegação empresarial que visita neste momento os Açores.

O problema é que já há um empresário que em declarações à rádio, diz que os Açores são muito bonitos, a paisagem é muito bonita, mas investir é que não se pode pensar agora.

Isso é de facto, aquilo que consubstancia a nossa mensagem.

E a ausência de crescimento económico, é a ausência de perspectivas de crescimento

económico que consiste no principal problema posto a esta Região.

Foi ainda aqui dito que o facto de eu divulgar num jornal, a intervenção que aqui faço, é falta de respeito por esta Câmara.

Eu fiquei perfeitamente "banzado" com esta afirmação. Divulgar o que é aqui dito...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: ...se é ao contrário, bem o Sr. Secretário sabe porquê e já foi explicado.

Eu não tenho culpa que o PSD tenha demorado tanto tempo para se entender, na eleição da sua Mesa. De facto, não tenho culpa disso.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: E de facto, dar a conhecer a minha intervenção aos Açorianos ao mesmo tempo que a faço aqui, é, uma prova de respeito pelos Açorianos. Respeito que os Srs. não mostram. Porque estas intervenções que foram aqui feitas pelos dirigentes do PSD, não são publicáveis em lado nenhum.

(Protestos inaudíveis do Sr. Deputado Carlos Teixeira)

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Porque o que é falta de respeito pelos Açorianos, é trazer discursos desta natureza, a esta Câmara.

Isso sim é uma enorme falta de respeito!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, muito rapidamente, tecer algumas considerações em relação a algumas afirmações proferidas nesta Câmara, por parte de Deputados da bancada do PSD.

Em primeiro lugar o Deputado Paulo Casaca, encontra-se aqui e agora, no pleno exercício das suas competências. E eu gostaria de perguntar à direcção da bancada do PSD se nunca operou qualquer substituição temporária na sua própria bancada?

Em segundo lugar, para dizer que o autor do artigo de opinião publicado nesse jornal, é o mesmo que fez a sua intervenção.

Grave teria sido se, por exemplo eu tivesse ido ler esse mesmo texto. Estaria a fazer um plágio. Não foi o caso. E o que não faz sentido é que o autor dum artigo publicado num jornal, não viesse dizer aqui, no exercício das suas competências, precisamente

aquilo que pensa. É aquela a sua própria opinião.

No fundo o que é lamentável, Srs. Deputados, é que, estando a bancada do PS, a tentar introduzir um debate sério sobre uma matéria séria e importante, estejam a haver reacções da parte da bancada do PSD que não dignificam de facto, este debate e este Parlamento.

E será lamentável se o PSD neste momento, somente estiver muito unido na gargalhada e na galhofa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de solicitar um pequeno esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Casaca.

Efectivamente, sobre os aspectos que ele refere, na sua intervenção, nada mais haverá a acrescentar àquilo que foi dito aqui, mas também reconheço, pelo conhecimento que tenho do Sr. Deputado Paulo Casaca, mesmo em termos pessoais, que ele conhece alguns dos erros em termos de previsões e gostaria que ele me esclarecesse o seguinte: sobre o seu artigo, nalguns pontos, do qual destaco a questão das privatizações, ele praticamente diz regionalizar ou ensaiar já amanhã, (é mais ou menos isso no contexto geral) o que de algum modo contraria, inclusivamente, toda a estratégia do Partido Socialista, referido em tempos naquilo que, ainda hoje não sabemos se foi um programa do Governo se foi um programa eleitoral apresentado em 1990.

Quando o Partido Socialista, então dizia "reestruturar o sistema bancário na Região, o que renunciava uma maior intervenção ou uma maior regionalização e agora defende já as privatizações.

"Adequar estrutura e funções do Banco de Portugal" o que parecia o pronunciar da regionalização do Banco de Portugal.

Enfim, questões como estas que estão muito claras, que estão ditas e agora praticamente o discurso do Sr. Deputado Paulo Casaca pronuncia, em termos políticos, uma nova visão, com certeza não teve o cuidado de pôr o seu artigo e a sua intervenção, em consonância sequer com o programa do Partido Socialista e eu gostaria que o Sr. Deputado Paulo Casaca, pudesse dar alguns esclarecimentos a esta Câmara, sobre o porquê dessa contradição entre aquilo que ele diz agora e aquilo que, efectivamente, o Partido Socialista disse, porque de facto, ou não teve disponibilidade para ler as ideias do Partido Socialista ou a sua vinda aqui foi tão precipita-

da que não permitiu aqui uma conjugação de ideias políticas para aquilo que ele acabou de referir aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu reafirmo aquilo que disse ao Sr. Deputado Paulo Casaca.

Eu penso que teria sido fundamental, a revisão de alguns pontos do seu trabalho.

Além disso, o facto de ele já ter sido feito, não lhe ficava nada mal se isso tivesse acontecido.

Reafirmo que, realmente, não tive oportunidade de ler o seu artigo antes de fazer aquela minha pequena "peça".

Não tive porquê? Por uma razão muito simples.

Ainda hoje dizia alguém do meu Gabinete, que me mandaram para aqui um telefax, que estava bem melhor do que o artigo do Dr. Paulo Casaca.

Aquilo parecia ser uma coisa muito nebulosa. E eu não consegui decifrá-lo.

A tarde, a senhora jornalista Isilda Medeiros, de facto, entregou-me o jornal do "Açoriano Oriental" e eu estive a ler. Mas não era preciso, porque um dia antes, já me tinham transmitido um pouco, a sua entrevista à rádio que, basicamente, foi a mesma coisa.

Eu penso que o Dr. Paulo Casaca é bem melhor noutras áreas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados vamos então fazer um pequeno intervalo de 15 minutos.

(Eram 12.00 horas)

(Os trabalhos recomeçaram às 12.15 horas).

Presidente: Srs. Deputados peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A Comunicação Social Açoriana está ganhando os desafios da modernidade.

Deixou envolver-se pela dinâmica de desenvolvimento que percorre as nossas ilhas. Está firmando os alicerces da existência numa sociedade que se vai mediatizando. Respondeu positivamente ao repto lançado pelo Governo dos Açores.

Prometemos criar um quadro de oportuni-

dade que viabilizasse o progresso. Em conjunto, Governo e empresas jornalísticas, estamos a cumprir.

Vislumbram-se já sinais de mudança.

A utilização de serviços avançados de primeira geração tende a generalizar-se, confirmando a validade da iniciativa governamental de compartilhar a custos de informatização das redacções.

Mais de 18 mil contos foram dispendidos para o efeito, contemplando todas as candidaturas apresentadas.

O sucesso desta medida aconselha que se prossigam tais apoios, que só em 1991 poderão, no mínimo, viabilizar um investimento global, nesta área, superior a 24 mil contos.

De resto, a actualização tecnológica dos equipamentos utilizados na produção informativa tem sido preocupação constante do Governo dos Açores, traduzida também nos incentivos financeiros, directos e indirectos, para a modernização dos parques gráficos e equipamentos das estações de radiodifusão sonora. O pioneirismo e propósito destas iniciativas são por de mais evidentes, tendo mesmo servido de inspiração para propostas e diplomas de âmbito nacional.

Também novas exigências se vão deparando no capítulo de formação e valorização profissional.

A dimensão fundamental do desenvolvimento dos media açorianos deve centrar-se na componente recursos humanos. Só eles potenciam novas tecnologias e estratégias comerciais, reformulam produtos informativos e dinamizam mercados.

A valorização profissional é por isso acção prioritária no quadro das tarefas programadas, em ordem a capacitar os agentes da Comunicação Social para os processos de mudança que se desenvolvem e se vão intensificando no seio da imprensa, rádio e televisão açorianas.

Mais de uma centena de agentes de Comunicação Social participaram em acções de formação e valorização profissional nos primeiros 10 meses do corrente ano, em áreas que vão da fotografia ao jornalismo, passando, entre outras, pela diagramação e produção radiofónica.

As acções de iniciativa governamental ou privada vão prosseguir em 1991, secundadas por outras no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE) a desenvolver pelas empresas jornalísticas.

Complementarmente outras medidas estão implementadas visando a expansão da actividade dos meios de comunicação social escrita e de suporte electrónico.

Disso é exemplo a campanha de divulgação de jornais açorianos, o Programa "**O Jornal da Escola**", agora adaptado em algumas zonas do continente português e que entre nós abrangeu mais de 20 mil alunos dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do secundário, e, recentemente, a criação de uma **Bolsa de Estudo Suplementar** para indivíduos que prossigam estudos superiores de jornalismo.

A descontinuidade e a dimensão do mercado regional têm reflexos directos e imediatos nos custos sociais da actividade comunicativa, seja ela escrita ou audiovisual, que ao Estado, no caso à Região, compete suportar. Promovido o saneamento financeiro de diversas empresas jornalísticas, mediante o perdão de dívidas, demos um passo importante na criação de condições propícias à expansão dos media açorianos. Vamos continuar esta tarefa submetendo em breve à apreciação deste Parlamento a instituição de um Regime de Apoio Supletivo à Actividade Radiofónica (RASAR).

Há precisamente um ano afirmei (Diário da Assembleia Legislativa Regional, IV Legislatura, II Sessão legislativa, nº 27, pág. 62) que no plano da cobertura televisiva seriam desenvolvidos trabalhos, financiados pelo Governo, com vista a proporcionar significativas melhorias na recepção do sinal de vídeo para as populações das Ilhas das Flores, Faial e Pico.

Cumprimos. No primeiro caso a instalação dos equipamentos definitivos permitiu concluir a macro-cobertura daquela ilha, com vantagens extensivas ao Corvo. No segundo, a conclusão das montagens do emissor do Cabeço Gordo e do retransmissor do Pico Verde, no Faial, traduziu-se no reforço da estrutura principal da rede de emissão do Arquipélago e no início da recepção de sinal de vídeo com qualidade técnica em diversas localidades da ilha, Capelo e Praia do Norte, para citar apenas duas.

Relativamente à cobertura radiofónica procede-se à montagem de equipamentos para a securização da rede regional de emissão (contemplando as Ilhas Terceira, Faial e Flores), concluindo-se, assim, a macro-cobertura.

No âmbito do serviço público de televisão e rádiodifusão em 1991 mantém-se a preocupação de, em termos complementares à responsabilidade que neste domínio é cometida às empresas públicas RDP e RTP, contribuir para a universalização no espaço regional do acesso àqueles meios de comunicação audiovisual.

Demos, pois, continuidade aos projectos vindos do passado. Estamos inovando, alimentando a certeza de um futuro melhor porque, afinal, **não é o que um homem diz que interessa, ou como o diz, mas o que faz e como o faz.** E nós estamos fazendo muito e bem.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário da Comunicação Social:

Eu gostaria que o Sr. Subsecretário respondesse à pergunta que lhe foi formulada na Comissão dos Assuntos Sociais e à qual respondeu não estar habilitado ainda a dar uma resposta concreta, sobre as despesas correntes do seu Gabinete.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário da Comunicação Social:

A Subsecretaria da Comunicação Social tem tido uma acção nalguns casos até inovadora, uma acção positiva em muitos deles, mas, de facto, o Governo não tem feito muito e bem.

O Governo tem feito nalguns casos, em áreas que, temos consciência, não pertenciam à Administração Regional, sacrificar e envolver recursos, nomeadamente, em relação a algumas das empresas públicas que actuam na Região e que, naturalmente, seria de esperar que o Orçamento do Estado assumisse, totalmente, os seus compromissos para com essas empresas e para com o Povo dos Açores. Infelizmente não o tem feito e aí há que reconhecer que a Região tem tido um papel supletivo, nem sempre bem, obviamente, mas tudo tem feito e é um sacrifício do Orçamento Regional que, julgo deve ser aqui salientado.

Há, porém, uma matéria que julgo que a opinião pública segue muito atentamente. Esta própria Assembleia já reflectiu sobre ela e o Sr. Subsecretário não lhe deu o devido relevo na sua intervenção e que diz respeito ao futuro da televisão dos Açores.

E de todos conhecido, as perspectivas que se abrem nesta influente forma de comunicação social a nível nacional.

Esta Câmara teve no passado, a oportuni-

dade de aqui discutir, iniciativas que levavam a que a RTP introduzisse nos Açores uma segunda alternativa aos açorianos e que, nomeadamente, apontavam para que tivéssemos acesso, pelo menos a um canal nacional e a um segundo canal de produção regional. Essa era uma das teses que estava em discussão.

Foi na altura, perspectiva do Governo e da maioria que não faria sentido a Região avançar para exigências dessa natureza, enquanto não tivesse assegurada a cobertura de toda a Região Autónoma pela emissão da RTP-Açores.

Genericamente, penso que está atingido esse objectivo, pergunto, portanto se não acha o Governo que está chegada a altura de se proporcionar aos açorianos uma segunda alternativa de serviço televisivo e que acções tem desenvolvido o Governo e ao cabo e ao resto o que pensa sobre essa política?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário da Comunicação Social:

Eu suponho que o Orçamento da sua Subsecretaria esteja integrado no Orçamento do Gabinete da Presidência do Governo Regional.

Eu gostaria que o Sr. Subsecretário nos desse alguns dados quanto às despesas correntes que prevê para a sua Subsecretaria e nomeadamente, dentro dessas despesas correntes, qual é a parte a que corresponde salários de pessoal não de confiança política e, portanto, a outra parte corresponde a outros salários e também viagens, ajudas de custo, gasolina, recepções, etc..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

E com muito gosto que respondo às perguntas que os Srs. Deputados me formularam.

Começarei pelas perguntas dos Srs. Deputados do Partido Socialista, para não serem sempre os últimos, obviamente.

Quanto aos custos de funcionamento do gabinete, de resto há imprecisões na vossa linguagem, porque ao falar-se de Subsecretaria, remete-se imediatamente para o desconhecimento da própria orgânica do Governo que foi aprovada aqui nesta Assembleia portanto, é do vosso conhecimento.

A orgânica define que os gabinetes dos

dois Subsecretários, estão integrados na Presidência. E como tal, todos os serviços administrativos que nos apoiam, são aqueles da Presidência do Governo que, obviamente são extensivos aos dois Gabinetes e ao Gabinete do Sr. Presidente do Governo. Como tal, não há uma desagregação como na altura vos foi dito na Comissão.

Parece-me no entanto que a questão, ao ser colocada, pretende de uma forma muito inocente, levar a que eu aqui apresente os custos acrescidos que representam a existência deste gabinete.

Tal insinuação é confirmada pela pergunta do Sr. Deputado Paulo Casaca que faz uma distinção.

Não há pessoal de não confiança política afecto ao gabinete, é pessoal da Presidência que presta esse serviço. Todo ele existia e continuará a existir quer haja ou não, Gabinete do Subsecretário da Comunicação Social.

Quanto aos outros de confiança política posso adiantar-lhe que os custos são os equivalentes à remuneração do subsecretário de dois adjuntos, duma secretária particular e à gratificação do motorista.

Relativamente à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a existência dum segundo canal - como sabem - é matéria que compete à própria RTP, em última instância ao Governo da República.

Como deve saber também, neste momento está em fase de regulamentação a lei da televisão que vai definir, entre outras coisas, (numa fase posterior) o próprio regulamento da RTP, entidade a quem foi consignado o serviço público de televisão.

Só depois de pronto este novo estatuto da RTP, é que teremos a oportunidade de aferir qual a estratégia da expansão que a RTP vai seguir num contexto de concorrência neste domínio.

De qualquer maneira, está garantida a existência do Centro Regional da RTP, como estrutura autónoma, que tem vindo a funcionar ao longo destes 15 anos e as outras matérias, naturalmente, que serão decididas depois de completado este quadro jurídico, em torno da actividade televisiva.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Eu desejava, em primeiro lugar, perguntar ao Sr. Presidente do Governo se vai fazer unicamente uma exposição final, como julgo ser norma nestes casos.

Se, sendo assim e havendo necessidade

de recolher alguns esclarecimentos, se V. Exa. se dispõe a prestá-los nesta altura, aliás são questões simples que têm a ver com o tema que estava a ser abordado?

E para evitar, porventura que, repetidamente deputados desta bancada solicitem a cada Secretaria Regional, a informação sobre as despesas correntes, das mutações orçamentais, devidamente discriminadas, dos diferentes Gabinetes dos Membros do Governo, eu solicitava a V. Exa. que, na medida do possível, fizesse chegar (eventualmente por escrito, não tem que ser verbalmente) aos Partidos da oposição, (suponho que são esses que não têm a informação) a informação detalhada sobre as mutações orçamentais de cada Gabinete de Membro do Governo Regional, incluindo da Presidência, referentes às respectivas despesas correntes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com certeza que no seguimento da solicitação feita pelo Sr. Deputado Martins Goulart, farei chegar os elementos respectivos, ao conhecimento da Assembleia Regional.

Sobre o que diz respeito à presidência, ratifico o que acaba de dizer o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Temos apenas um centro de mutação de despesas - todo ele - abrangido na Secretaria Regional da Presidência. Portanto, não há despesas repartidas pelos Gabinetes dos vários Membros do Governo. É a Secretaria Geral que nos apoia administrativamente e realiza todas as despesas relativas ao funcionamento dos respectivos Gabinetes e da própria Secretaria Geral, e dos serviços integrados na Presidência: os serviços técnicoadministrativos da Secretaria, os que estão afectos, inclusivamente a imprensa e o Gabinete de Apoio à Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

As verbas globais correspondentes a cada um destes serviços, posso também aqui detalhá-las.

Dos Gabinetes de Secretaria Geral e Gabinete de Imprensa, o total geral é de 482 mil contos, dos quais 218 mil correspondem ao pessoal dos quadros; 230 mil às despesas de funcionamento; 23 mil contos para a transferência de divisas e 10.200 contos, previstos para o funcionamento do Conselho de Concertação Social.

O Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades tem um orçamento para 1991, estimado em 198 mil contos, dos quais 52 mil

contos estão afectos às despesas de pessoal dos quadros específicos, quando eu me refiro aos quadros, refiro-me aos quadros que estão providos ou aqueles que temos expectativa legítima de prover, porque uma parte importante dos nossos quadros não se encontram realmente previstos, devido a dificuldades que se prendem com a carência de quadros nos campos técnicos.

As despesas de funcionamento são 39 mil contos; as transferências previstas são no valor de 7.125 contos e para as acções junto das Comunidades Açorianas, incluindo a transmissão televisiva via-satélite, há um montante previsto de 99.750 contos, ou seja, 100 mil contos em números redondos.

A estes montantes, acrescem uma verba estimada em 27 mil contos que prevemos para o financiamento do 3º Congresso das Comunidades Açorianas, a realizar no próximo ano. E é isto que dá o total de 748 mil contos, que se apresenta como despesas correntes, no Orçamento presente à Assembleia Regional para 1991.

Este Orçamento em termos reais, tem um crescimento negativo, já que a variação que nele se verifica, em comparação com o ano anterior, é de 5% relativamente à previsão do orçamento inicial e que se traduz numa redução em termos reais.

Procuramos gerir estas verbas com a maior parcimónia, de acordo com a minha orientação pessoal nesta matéria, que não imponho como exemplo a ninguém, mas que deriva de grande e profundo respeito que tenho, relativamente à utilização dos dinheiros públicos, como dinheiros que não são minimamente, nem meus nem da Administração, mas sim do Povo. Uso-os com a mesma parcimónia ou a mesma cautela ou com mais ainda e com mais escrupulo, do que os que são os meus próprios e que aprendi na casa da minha família onde vivi sempre com muitas dificuldades.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputado Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se nos situarmos no Plano a Médio Prazo 89/92 admitimos que o desejo de concretizar o desenvolvimento na Região através dos diversos sectores, era naturalmente ambicioso, todavia lógico e aceitável, pelo desafio de dotar os Açores do necessário à sua integração europeia!

Porém, os problemas de constrangimento financeiro pela ausência das respectivas transferências conduziram a execução do previsto nos planos de 89 e 90, a um consequente adiamento de certos empreendimentos e a uma taxa de realização inferior à desejada, apesar de reconhecermos que houve um esforço de execução salutar.

Mas o Governo não ignorou essa situação. Assumiu, isso sim, essa responsabilidade ao colocar-nos perante um Plano 91 baseado apenas nos recursos financeiros que possuíamos e noutras opções credíveis. E isso foi muito importante, porque propondo uma realidade de execução na verdade orçamental com que possamos contar, sabemos à partida que vamos realizar, pela mesma verdade, o que nos foi proposto, de facto, no Plano 91.

É inegável que nos Açores se tem vindo a investir mais por habitante que no Continente, devido à citada necessidade urgente e imperativa de dotar a Região das infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento, bem como de aproximar, progressivamente, o rendimento per capita dos Açores ao do Continente.

Por outro lado, a nossa dispersão por 9 ilhas, em especial nos sectores da Saúde e Educação, são uma notória agravante económica, pela nossa insularidade.

Igualmente, sendo a economia açoriana pequena e limitada, muito dependente do Continente e consequentemente dos transportes, origina despesas quase sempre suportadas pelo orçamento regional, devido a essa dispersão geográfica e limitação económica, obrigarem a criação de custos fixos.

Mas nada disto é novo para esta Assembleia! São diversos os condicionalismos de ordem financeira, autenticos factores penalizantes, que implicaram nas reduções significativas do Plano a Médio Prazo levando o Governo a repensar nas opções e critérios, alguns verdadeiramente difíceis e delicados, que traduzissem correctamente as prioridades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na linha política do Governo são apresentados neste Plano 91, os objectivos de desenvolvimento a privilegiar e que, pessoalmente, acho correctos por se completarem.

Destaco a dinamização ao Investimento Privado, cuja dimensão, no aparelho produtivo regional, jamais poderia ser adiada como factor positivo na nossa sociedade. E que os jovens, no seu amanhã, esperam mais do que nunca um posto de trabalho e todos sabemos que o programa do Mercado Interno nos Açores

res, pelas exigências das acções horizontais e por uma uniformização profissional, a que o Governo Regional tem correspondido com preocupação, cria situações novas pois sem pessoal especializado e tecnologia moderna hoje em dia dificilmente se avançará.

É o preço do progresso e da integração actual do mercado de trabalho. A falta de actividades produtivas criadoras de riqueza e capazes de garantir a fixação dos jovens é um problema social real que afecta a Região, em especial as ilhas com menor densidade populacional. A criação de postos de trabalho é, de facto, um objectivo prioritário que poderá, muito bem, surgir da citada dinamização do investimento privado.

Na promoção da qualidade de vida, as políticas sectoriais de habitação, saúde e educação, são apostas de uma contínua dinâmica bem realista, uma vez que são nesses sectores que se poderá preparar a base correcta do futuro do nosso povo. **Porque, meus Senhores é difícil haver educação, saúde e progresso sem Habitação!** Na proposta orçamental é notado um crescimento acentuado nas despesas perante o ano de 90 mas também é evidente uma tendência para o equilíbrio através do investimento no sector económico.

Notou-se evolução nos fundos comunitários, o que é de registar com bastante agrado, mas uma falta de crescimento nas transferências do Orçamento do Estado a preços correntes. Mesmo assim, o diálogo com os detentores do poder nacional terá de continuar para que a solidariedade tenha uma definição cada vez mais correcta.

Relativamente a S. Jorge e ao Plano 91, perante a generalidade das penalizações orçamentais sinto-me satisfeita com a dotação prevista. Porque, note-se, tento ser realista!

Contudo sendo o Plano um trabalho de consensos e de opiniões pela preocupação dos problemas de cada ilha sinto-me no dever, perante o meu eleitorado, de citar, ou melhor, de relembrar aqui os casos que continuam a ser prementes em S. Jorge:

- A fase final da construção das Igrejas afectadas pela crise sísmica, devido à ausência de participação da Diocese, que mereceu já uma promessa de atenção especial deste Governo aquando da sua visita à Ilha de S. Jorge;

- A correcção do Cais do Porto da Calheta que, no nosso entender é o caso mais penalizante de momento, por ser um porto colocado no meio da ilha e com uma certa dimensão de resposta alternativa no contexto económico.

É urgente uma solução técnica que com-

plete essa grande obra, bem como o desassoreamento da respectiva baía.

Igualmente a Escola do Ensino Básico de Velas na situação de ruptura em que foi procurada uma solução adequada pelos transtornos consequentes, preocupação essa já compartilhada e aceite pela respectiva Secretaria.

Teremos ainda o abastecimento de água às explorações agrícolas e a asfaltagem dos caminhos de penetração com mais movimento e maior prioridade - aspectos que vão de encontro à natural vocação Agropecuária da Ilha.

Além do mencionado, também o porto do Topo requer uma alternativa capaz de integrá-lo no roteiro dos cruzeiros com o fim de revitalizar aquela zona, através do Turismo, e mesmo numa panorâmica económica. E, finalmente, o desejado entreposto de frio.

São pois algumas das razões para se rever as reais prioridades e para que a dotação de 92 do PMP seja, também, um pouco superior!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Olhando o Plano e o Orçamento, através das realidades presentes, acho que devemos ter confiança no critério feito na generalidade, uma vez que ele surgiu como **consequência da prudência** pela definição das receitas regionais, mas admito que enquadrar o sucessivo desenvolvimento regional no contexto económico presente, será um sério desafio diário, aliado à coragem de enfrentar o que é prioritário e repensar em certas dotações, num ou noutro sector.

E que, não poderemos parar. A Autonomia e o progresso da Região exigem-no! Votarei, portanto, as propostas presentes, pelo contínuo desenvolvimento dos Açores, através do Partido Social Democrata.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos a debater o Plano e Orçamento para 1991 e alteração ao PMP 1989/92 exactamente a meio do mandato do IV Governo da Região Autónoma dos Açores, da responsabilidade do PSD, e da vigência do Plano de Médio Prazo pelo que julgo útil concretizarmos em simultâneo, um balanço do trabalho efectuado pelo Governo, no cumprimento do planeado, e, perspectivarmos

os projectos a implementar na área da Educação.

Politicamente registe-se que houve necessidade de recorrer à indigitação de um novo Secretário Regional dado que o primeiro era um quadro que não correspondia aos critérios estipulados pelo Dr. Mota Amaral para o seu "Governo de Combate", que nunca se indicaram delegados de ilha da SREC para qualquer ilha nem se procurou descentralizar a sério o poder concentrado na Rua Carreira dos Cavalos de Angra.

Em segundo lugar tenhamos presente que o novo secretário teve uma "entrada de Leão" fazendo frente ao poder instituído dentro da maioria, criticando frontal e abertamente posições assumidas, veja-se a residência de estudantes da Nordela e os projectos megalómanos da construção das ditas "novas escolas regionais", mas, é "obrigado" à filiação no PSD medida indispensável para pôr cobro a tais dislates, acabando-se por lhe retirar o poder de decisão e acompanhamento nos investimentos porquanto a entidade executora dos projectos é a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

Por outro lado começa-se a insinuar que os anteriores responsáveis da Secretaria Regional da Educação e Cultura haviam feito promessas que não poderiam ser entendidas como compromissos dado que não tinham tomado as medidas inerentes, possibilitando a vinda para a Região das verbas que garantiriam aos Açores receber as participações que teriam permitido concretizar muito do anunciado.

Para entendermos melhor o desenrolar temporal destas asserções vejamos o que se diz no Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA):

"No âmbito da educação a subsistência no estrato etário dos maiores de 14 anos de uma elevada taxa de analfabetismo, 22.6% em 1981, constitui indicador claro das dificuldades sentidas no sector, em particular, e na qualidade de mão-de-obra activa existente".

E, continua o PEDRAA na pág. 48:

"Os valores globais que se apresentam como caracterizadores do ensino omitem uma certa dicotomia existente entre situações vividas nos maiores concelhos e nos espaços mais periféricos geralmente das ilhas mais pequenas. Assim, no ensino primário existe uma situação de grande pressão sobre as infraestruturas existentes nos concelhos mais populosos, obrigando nalguns casos ao regime de desdobramento de aulas, ou seja, a um me-

nor tempo de permanência do aluno na escola, como forma de libertar o estabelecimento para outro turno. Tal facto vem dificultar a qualidade do ensino prestado, aumentando a taxa de insucesso escolar que na Região atinge valores elevados.

No ensino secundário regista-se o mesmo fenómeno, embora a solução neste caso tenha sido a de aumentar o número de alunos por turma.

Nos concelhos pertencentes a ilhas mais pequenas e afastadas o problema reside menos na qualidade dos recursos físicos que na qualidade dos recursos humanos, já que a maioria dos docentes não possui habilitações próprias nem mesmo as consideradas como "suficientes". Acabei de citar um documento do Governo Regional.

A situação no ensino oficial no ano de 1987/88 é, de facto, digna de registo já que:

- Frequentavam o ensino primário 26.210 crianças, leccionadas por 1.281 professores em 1.102 salas, contudo o insucesso escolar era de 31.3% e só prosseguiram estudos 91.2% das crianças, dado que 8.8% abandonavam a escola passando, conseqüentemente, a engrassar o número dos analfabetos legais;

- O ensino preparatório era frequentado por 9.174 crianças assistidas por 785 docentes em 502 salas e apenas 76.1% conseguiram obter sucesso matriculando-se no unificado somente 77.8%;

- No 3º Ciclo de ensino básico estavam 8.499 jovens tendo "chumbado" 38.7% contudo, matricularam-se no secundário 93.1%;

- Os 10º, 11º e 12º anos foram frequentados por 5.397 alunos instruídos por 1.018 docentes em 288 salas, mas, pasme-se, apenas metade daqueles discentes conseguiu transitar já que 49% é o valor do insucesso escolar;

- No ensino superior a situação é ainda mais grave posto que o sucesso é de 35.3% mas o número de alunos é de 1.104 para 157 professores, assistentes, leitores e monitores.

Contudo, voltemos ainda ao PEDRAA para citar que "No ensino superior, a ausência de um número suficiente de docentes residentes conduz a um sistema complexo e oneroso de prestação de serviço e a limitação de áreas de formação" e, na pág. 57, "As actuais carências de mão-de-obra qualificada em alguns sectores de actividade tenderão a agravar-se com a previsível entrada no mercado de trabalho de um número importante de jovens", concluindo-se "A extensão da rede de ensino, a luta contra o analfabetismo a par da implementação de um sistema adequado de formação profissional são condições necessárias para uma valorização dos recur-

sos humanos, na perspectiva de uma maior adequação às necessidades do mercado de trabalho". Fim de citação.

Fizemos toda esta discriminação para demonstrarmos que a caracterização da situação educativa na Região Autónoma dos Açores foi efectuada com rigor, todavia o IV Governo Regional não propôs as medidas necessárias e apropriadas enquanto que o Ministério da Educação através do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) fez o diagnóstico correcto, apresentou projectos consequentes embora também não tenha conseguido programar acções que permitissem concretizar a utilização dos previstos 330 milhões de contos.

Enquanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o PRODEP prevê a **Constituição e Apetrechamento de Novas Salas de Aulas** destinadas a assegurar a oferta de instalações através da construção e equipamento da escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos e a elevação da taxa de escolarização no ensino secundário para níveis próximos dos nossos parceiros da Europa Comunitária; o **Ensino Profissional** para melhorar a oferta educativa através da expansão do ensino profissional, visando, nomeadamente, o apetrechamento em áreas prioritárias como a informática, a electricidade, a electrónica, o comércio, a hotelaria e os serviços; a **Educação de Adultos** possibilitando-se a formação de base e formação sócio-profissional a adultos e jovens com mais de 14 anos; e o **Ensino superior** através do desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino superior e da expansão e reforço da formação avançada em áreas relevantes e estratégicas para o desenvolvimento do País, dizia, que o PEDRAA apenas prevê verbas para Infraestruturas de Educação para os Ensinos Primário, Preparatório, Secundário e Superior, não prevendo a vinda de verbas de Bruxelas para os Açores destinadas à fixação de pessoal técnico, ensino profissional, educação de adultos e formação de formadores a nível do ensino superior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após ter demonstrado que a Região Autónoma dos Açores, por incompetência e inépcia do governo do PSD, perdeu alguns milhões de contos, vindo da CEE que nos iriam permitir baixar acentuadamente a taxa do analfabetismo, a desproporção entre o ensino técnico e o geral, entre o politécnico e o universitário, entre a escolarização das zonas urbanas e das zonas rurais, entre a qualidade dos docentes das ilhas mais pequenas e afastadas e das chamadas "ilhas maiores", entre um

parque escolar em expansão e a maioria das escolas com graves problemas de manutenção e conservação, entre o ensino oficial e o ensino particular, vejamos o que nos apontam o Plano e o Orçamento para 1991:

A nível da Educação Pré-Escolar, "tudo como dantes, quartel em Abrantes".

(Aparte inaudível de um dos Deputados da bancada do PSD)

No primeiro ciclo do ensino básico o Plano indica-nos a construção de seis escolas em São Miguel (o anexo apenas 5), na Terceira três, na Graciosa uma, São Jorge duas (o anexo somente uma), no Pico uma, no Faial três, no Corvo uma. Algumas delas vêm desde há muitos anos e estão contempladas com apenas 10.000 contos no Orçamento de 91 o que se depreende, facilmente, que logo se verá se se consegue elaborar o projecto ou adquirir os terrenos. Lembraríamos apenas que muitos concelhos da Região têm escolas em número inaceitável a trabalhar em regime duplo: Concelho da Lagoa 80%, Ribeira Grande 67%, Ponta Delgada 52%, Vila Franca do Campo 44%, Angra do Heroísmo 43%, Velas 38%, Horta 35%. E isto são estatísticas do início do ano lectivo de 1988/89 dado que, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura se recusa a divulgar as Estatísticas do final daquele ano e as de 1989/90 mantendo-as zelosamente fechadas na gaveta da sua secretária com a desculpa de que e cito: "Existem, mas não estão trabalhadas". Divulgue-as, Senhor Secretário, que haverá gente de boa vontade que as trabalhará e demonstrará que, passados dois anos do "Governo de Combate" e da "Autonomia Tranquila", o insucesso escolar se tem mantido, infelizmente, que a fuga à escolaridade é assustadora, que o insucesso escolar do ensino secundário é enorme, que o ensino superior não está a formar os quadros técnicos de que a Região carece em qualidade e quantidade.

Nos ensinos preparatório, unificado e secundário as situações agravam-se:

- Desde 1987 que se não inicia a construção de nenhuma nova escola - apenas há dias foi adjudicada a Secundária da Praia da Vitória;

- Os projectos das Escolas da Maia, Lagoa, Madalena e Horta que já estavam prontos são para pagar e mandar elaborar outros novos; quantos milhares de contos foram deitados pela janela fora da Secretaria Regional da Educação e Cultura?

Quando se fala em superlotação da rede, o Sr. Secretário afirma que vai conseguir, possivelmente, executar 1 milhão e 500 mil

contos este ano. Mas estavam orçamentados 2 milhões e 200 mil, o que significa que, nem vamos atingir a execução de 70% num programa que toda a gente sabe - e o Sr. Secretário ainda aqui ontem dizia - tem carências gravíssimas.

- Como fazer face ao 9º ano de escolaridade em Angra, Horta, Ponta Delgada, Santa Cruz, etc., etc., quando chegarmos a 93/94?

- No ensino superior as instalações, com especial relevância para o CIFOP, são um desastre; alguns Departamentos da Universidade dos Açores estão em pré-fabricados há vários anos!

Formação de professores nem se fala no Plano, diríamos que é caso único no âmbito da formação profissional, da Educação e Ensino Especial até a Direcção Regional de Orientação Pedagógica tem medo de apontar metas e objectivos (estamos a falar do Centro de Educação Especial dos Açores, logicamente), a Reforma do Sistema de Ensino é omitida, a Formação Contínua, um direito e um dever dos professores, é área a ser pensada lá para os finais do século, incentivos à fixação de docentes desde o 1º ciclo do ensino básico ao ensino superior é matéria para ser estudada quando virmos, estupefactos, naturalmente, que no ensino primário já estão a dar aulas rapazes com o 12º ano, medidas inerentes ao complemento e complemento de habilitações dos docentes do preparatório e secundário aparecerão quando passarmos de 50% de professores sem habilitação própria para os 60% ou 70%, e, assim por diante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que termine citando dois grandes homens, um pedagogo e um político - Piaget dizia que "um sistema educacional não pode ser melhor do que os professores que o compõem" enquanto Jean Monnet afirmava "se fosse para voltar a fazer, eu começaria pela educação".

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Recomeçaremos às 15.00 horas.

(Eram 13,05 horas)

Presidente: Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultu-

ra (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa e tendo em atenção que alguns dos assuntos tocados já foram aqui abordados, nomeadamente, Centro de Educação Especial, reforma, formação e fixação de professores, eu acrescentaria só o seguinte:

A taxa de prosseguimento de estudos, tem vindo a aumentar na região, como já aqui o disse, para nossa satisfação. A prova é que os 15% de há 2 anos, por mim invocados, neste momento estão reduzidos a metade. A taxa de retenção do aluno do 2º para o 3º ciclo, portanto indivíduos que abandonaram e não prosseguiram os seus estudos, cifra-se nos 250, número que invoquei na minha exposição. O insucesso tem vindo a diminuir, principalmente no 1º e no 2º ciclo do ensino básico, ainda hoje de manhã, a Comunicação Social, nomeadamente a RDP fazia um eco dessa notícia.

Efectivamente o SREC diz que procura cumprir e não guarda tão ciosamente - como aqui foi dito - os elementos estatísticos que são necessários para a apreciação da situação e a evolução que vai tendo. A prova é que, já este mês, o DREPA pôs cá fora o primeiro documento que tem a situação de 89/90. E com base nele que hoje a Comunicação Social faz referência a essa melhoria que eu já vinha invocando e que ainda outro dia falei na comissão e deve-se ao aumento das prés, a acção dos professores de apoio, ao apoio técnico sistemático, à maior compensação educativa, à redução de alunos por turma.

As estatísticas que estão neste momento a ser elaboradas em relação aos outros elementos, constam de dados que não eram trabalhados nem na Região nem no Continente e que agora constam dos trabalhos que, forçosamente teremos que adoptar, face à normalização, nomeadamente, em relação aos países da Comunidade Económica Europeia. Falo em elementos como taxas de diplomação, taxas de abandono de aprovados, taxas de retenção de aprovados, taxas de retenção de diplomados, taxas de diplomação etc., que não constavam dos trabalhos anteriores e passam a constar agora, tanto do Ministério como da Região. São trabalhos que estamos a fazer em conjunto, é por isso que há alguma demora e foi isso que eu ainda outro dia expliquei à Comissão, de que o Sr. Professor Francisco Sousa faz parte.

Quanto à luta contra o analfabetismo, as metas a que nos propusemos atingir foram:

Os 15.8.16 que nos propusemos para 90,

em oposição aos 22.8 que tínhamos na Região em 1980.

A passagem do PRODEP para o PEDRAA, das construções escolares, não impede a Comunidade Económica de participar no ensino técnico-profissional ou profissional das novas construções, porque, efectivamente, tudo quanto seja componente técnico-profissional ou profissional, é participada na taxa devida, em todas as construções em que esse tipo de ensino se insere.

E o caso da Escola Secundária da Praia que terá a participação devida, precisamente, para toda essa área de intervenção técnico-profissional ou profissional.

Quanto ao problema das verbas para a escola do primeiro ciclo do básico serem de 10 ou 15 mil contos, há um esclarecimento a fazer. E que, efectivamente, neste momento nós não temos problemas de projectos. Temos projecto, ou seja, um projecto que foi, unanimemente, aceite e que será multiplicado nas zonas em que é preciso fazer escolas, na medida das necessidades.

2, 4, 6, 12, 14, 16 salas de aula e, portanto, destina-se sim a terrenos e execução.

Finalmente, quanto às escolas de mais de 1 milhão, eu reafirmo aqui o que disse outro dia na Comissão: nós não temos nada contra essas escolas; são muito boas em qualquer parte do mundo, gostaríamos de continuar a poder fazê-las, mas não as fazemos. Se tivéssemos mais solidariedade nacional, se tivéssemos mais apoios, como tivemos na altura em que as Laranjeiras foram feitas, em que a Fundação Luso-Americana, participou com 50% dos custos, provavelmente, poderíamos continuar a ter esse tipo de construções.

Com as dificuldades presentes, nós não vamos cruzar os braços.

Digamos que, vamos fazer as escolas que precisamos, há medida das nossas actuais possibilidades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

E para fazer duas precisões muito claras daquilo que eu disse.

Primeiro, quando digo que o Sr. Secretário guarda, zelosamente, as estatísticas, é porque há vários meses, através da Assembleia Regional dos Açores, eu requeri esses elementos e, até hoje, apenas recebi respondido requerimento em que dizia aquilo que

eu aqui transcrevi.

Segunda questão, é para dizer que o PRODEP, apenas se aplica e, vou ler o que está cá escrito (não fui eu que escrevi, é o Ministério da Educação, através do chefe) e diz assim: "Objectivo prioritário 1 Localização do Programa Continente Português, o PEDRAA e este só tem verbas para construções escolares. O PRODEP tem para o ensino técnico-profissional".

Então neste caso, peço desculpa mas vou ter que dizer, este Orçamento e este Plano não são nem têm, os adjectivos que V. Exas. lhes deram que era de claro, preciso, honesto, sério ... tudo isto por aí fora, porque o PRODEP não existe na Região; em termos nacionais só contempla quatro programas; na Região é contemplado apenas um. Onde é que vem o dinheiro?

Onde é que está contabilizado?

Como é que ele aparece?

Qual é o programa que permite isso?

Onde é que isso está escrito?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que tudo poderia ser muito melhor, tudo poderia ser muito mais perfeito, mas também toda a gente sabe e é do conhecimento público, as dificuldades financeiras com que a Região se tem deparado.

Toda a gente sabe simultaneamente, o esforço que tem sido feito, para conseguir parâmetros no campo da Educação e do ensino, por vezes incomparáveis com regiões, das mais desenvolvidas da Europa e do Continente Português em geral, e que, para que também não se diga que tudo está mal e que não se continue a denegrir aquilo que de bom e de alcance e significado político a nível educacional, tem sido feito aqui na Região.

Só queria lembrar, por exemplo o seguinte:

No que diz respeito à falta de professores que aqui tem sido muito ventilada, no que diz respeito à falta de instalações, que é verdade nalguns centros de grande densidade populacional, são realidades evidentes, nós lutamos contra elas, mas também é preciso dizer que o Governo tomou, pedagogicamente, opções claras e justas e, talvez por isso mesmo, essa falta de professores, e essa falta de espaço se tenham vindo a reflectir agora. Mas foram opções tomadas e opções justas e o Governo deve continuar a prosseguir com essas mesmas opções.

Estou-me a referir, concretamente, por exemplo, (e é disso que não se fala) do número

ro de alunos por turma que ao nível do ensino unificado, nós temos na Região. Nós batemos recordes europeus. Nós estamos abaixo daquilo que se considera, por exemplo na Suécia, o número razoável ou médio, de alunos por turma. Nós estamos - como disse ontem o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura - com médias de 23.2, salvo erro, em número médio de alunos por turma, porque queremos ressaltar a qualidade pedagógica, manifestada nas nossas escolas. E repare o seguinte: a recente violenta contestação em França, por parte dos alunos do ensino secundário, resulta do facto, deles exigirem 25 alunos por turma.

Nós estamos abaixo dessa média.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco Sousa)

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado não foi só por isso, mas **também** por isso. E deixe-me ilustrar uma passagem.

Eu repito:

"- A violenta contestação dos alunos do ensino secundário em França, na França Socialista, é pelo facto...

Deputado Francisco Sousa (PS): Disse-o muito bem!

O orador: ...de exigirem 25 alunos por turma".

Nós estamos abaixo dessa média.

E o Ministro francês (socialista) da Educação, numa entrevista, recentemente, dada à televisão francesa e transcrita aqui, num semanário português, diz o seguinte:

"Meus Srs., querem turmas de 25 alunos.

Isso representa a contratação de mais 40 mil professores" - como quem diz: "essa gente está doida!"

(Risos do Secretário Regional das Finanças e bancada do PSD).

O Orador: Isto está escrito na revista "SABADO" (não quero fazer propaganda da revista) de 30 de Novembro.

O Ministro Socialista da Educação em França, reforçou o orçamento em cerca de 50 milhões de francos para fazer face a essas reivindicações dos estudantes, em que para atingir os parâmetros de qualidade de ensino só poderá haver 25 alunos por turma e o Ministro francês da Educação não sabe o que é que há-de fazer, porque precisa de mais 40 mil professores.

Ora bem, se nós tivéssemos tomado opções deste tipo, de inferiorizar a qualidade pedagógica, tendo como há bem pouco tempo tínhamos nos Açores, turmas de 40 alunos, (foram as turmas pelas quais eu andei e muitos de nós aqui presente) é evidente que pre-

cisávamos de menos escolas, tínhamos se calhar muito mais elevada percentagem de alunos e professores com habilitação própria e provavelmente se calhar os índices eram todos melhores do que aqueles que nos são apresentados, mas continuamos a luta porque pensamos e apostamos na qualidade pedagógica e mesmo assim e, apesar das deficiências em recursos humanos, em termos de pessoal docente, muito tem sido melhorado e não é por causa de não termos professores, que as escolas não se têm feito. Tem sido um desafio que este Governo tem vindo a colocar aqui nos Açores, ao longo dos tempos e é por isso que, efectivamente, a democratização do ensino no que diz respeito ao acesso igual de todos à educação, é hoje uma realidade inofismável e que os Srs. não podem contestar.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Bastos:

Vou pegar apenas, nas palavras que V. Exa. utilizou para lhe ler os documentos também estes - do Governo Regional.

V. Exa. falou em opções claras e justas.

O documento que há pouco me foi entregue, na pág. 18 diz assim: "instalações para os Ensinos Preparatório e Secundário da Ilha do Pico - foram gastos 14 contos no 1º Semestre deste ano" - está lá escrito não fui eu que o escrevi.

Isto são opções claras e justas para o Pico.

Em relação ainda ao Pico, V. Exa. disse que não queriam turmas, nesta Região, com mais de 25 alunos, porque preservavam a qualidade pedagógica.

Lembra-se de quando nomeou dois "professores" com o 11º ano, para leccionar o 11º anos na Escola de S. Roque do Pico?

Há qualidade pedagógica nesta nomeação?

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada Socialista)

O Orador: Falou de França, Sr. Deputado Luís Bastos.

Eu, felizmente, já tive a sorte e a honra de visitar a França, por duas vezes e durante oito dias, em cada uma delas, visitar escolas.

Tive a honra de estar na cidade de Orleans e ver escolas velhas e novas. E digo-lhe que a 7 quilómetros de Orleans, fui encontrar uma

pequeníssima escola do ensino primário, com 3 professores que estava dotada de computadores.

Também lá, encontrei escolas velhas, mas encontrei escolas novas. E tive a sorte de ver uma escola do unificado, que tinha 90 professores. É verdade, faltava-lhe professores, mas tinha um quadro de apoio técnico de 13 técnicos de educação.

Disse.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou contestar a experiência que o Sr. Deputado Francisco Sousa teve nas suas viagens que fez a França.

É um privilegiado, de facto!

Devo dizer-lhe que, infelizmente, nem uma vez ainda, fui a França, o que não deixo...

(Apartes inaudíveis entre o Sr. Deputado Francisco Sousa e alguns deputados da bancada do PSD)

O orador: ...não deixo de considerar uma lacuna da minha parte, em termos até de conhecimentos de educação, a nível internacional. Mas estou bem informado! E as informações que lhe dei, sobre o Ministro Socialista Francês, estão aqui, pode consultar a revista e pode ver que é uma realidade. E tem que, também saber que com o nosso número de habitantes nesta Região e com os nossos recursos, não pode esquecer, efectivamente, o grande esforço que foi feito pela democratização do ensino.

Há gente aqui que ficará espantada, quando eu vos informar que, diariamente, quase se gastam 2.000 contos, só para garantir que os nossos alunos sejam transportados às suas escolas, para garantirmos a democratização do ensino.

Isto é obra e disto ninguém pode duvidar.

O Sr. Deputado Francisco Sousa refere, professores com o 11º ano a darem aulas. Eis uma das lacunas do nosso sistema de ensino. Há que combater!

Mas se calhar se enveredássemos pelos parâmetros franceses, de turmas de 30 alunos, não precisássemos, em S. Roque do Pico, desses dois professores sem habilitação, porque aumentávamos o número de alunos por turma, logo a necessidade dos professores diminuía.

De qualquer forma, devo dizer-lhe com a máxima das franquezas que o ensino é um

problema que me preocupa muito e nos preocupa a todos, como nos preocupava, há 10 anos atrás, termos cerca de 20% de professores nesta Região, com habilitação própria e hoje termos ultrapassado os 50%. E é isso que não pode ser olvidado.

Quanto ao ensino primário e às instalações que o Sr. Deputado falou, devo lembrar-lhe que (e só lhe lembro verdades, que estão escritas e ao alcance de todos) o Governo neste Plano para 1991, pura e simplesmente, porque achou que, dadas as novas realidades provenientes da aplicação da reforma do sistema educativo, havia muito que fazer ao nível das instalações e dos espaços do nosso ensino primário, porque é aí que se começam a formar os cidadãos desta Região. E então, fez nem mais nem menos, do que consignar a verba de 118 mil contos (e só me estou a referir à ilha de S. Miguel, fora as outras) para a reconversão de espaços e para melhoria de instalações, ao nível das nossas escolas do ensino primário.

Isto é, de facto, notável, isto é, de facto, incombátível.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Bastos:

O Governo faz honra - e acho muito bem - em dizer que gasta 2 mil contos por dia em transportes escolares.

Já agora seria bom também, que dissesse aos Açorianos quantos mil contos gasta por semana, em transportes do Governo Regional.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Quero também dizer-lhe o seguinte: faça a média de 2 mil contos que gasta por dia, pelos 56 mil alunos desta Região e diga-me a média que se gasta por aluno.

Quando fala em reforma do sistema educativo, só lhe queria dar esta última achega:

A Lei de Bases do Sistema Educativo 14/86, é do dia **16 de Outubro de 1986** e agora é que V. Exas. começam a ler a lei de Bases?!

É bom que, de facto, ao menos vamos lendo, porque assim significa que de 5 em 5 anos, talvez agente consiga acompanhar a legislação portuguesa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós conhecemos a reforma do sistema educativo desde essa altura, mas é o próprio

Sr. Deputado Francisco Sousa que já por diversas vezes e publicamente, afirmou que em muitos dos seus aspectos, os Açores e são à frente do Continente Português. E o Sr. Deputado quem o afirma!

Nos subsídios de fixação que o Sr. exportou como presidente ou vice-presidente, ou não sei quê da FENPROF, para o Continente Português e luta lá para que sejam aplicados ao nível do Continente, aquilo que desde há muito se aplica na Região, que são os subsídios de fixação aos professores que é uma dificuldade, como atrás lhe disse, de angariarmos técnicos com habilitação própria para as nossas escolas; lutamos por isso e uma das formas que encontrámos foi a de atribuição destes subsídios de fixação e é isso que o Sr. Deputado propôs a nível nacional, o que nos congratula e do que nós nos orgulhamos e outras mais...

Deputado Francisco Sousa (PS): Quais?!

O Orador: ...como por exemplo seja o alargamento dos transportes escolares a nível de ensino que não existiam a nível nacional, como seja o reforço alimentar das bolsas das escolas existentes em bolsas de pobreza, como seja os escalões da própria acção escolar, como as nossas cantinas escolares do ensino preparatório e do ensino secundário, que são verdadeiros restaurantes de três ou duas estrelas. Os Srs. conhecem e sabem como é que as crianças se alimentam ... enfim, não sei mais o que é que hei-de dizer, tudo o resto é panaceia, tudo o resto é demagogia, tudo o resto é uma forma dúbia de atirar poeira para as pessoas, para dizer que tudo está mal aqui.

Não ressaltamos aquilo que foi feito porque somos os melhores, mas porque tivemos o dever de fazer porque o Povo apostou em nós. E quando os Srs. insultam aquilo que está feito estão, simultaneamente, a insultar quer queiram quer não, a opinião deste Povo dos Açores que sempre nos deu e continuará sempre a dar - verás - a sua confiança.

Obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para concluir aquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Luís Bastos, pediria ao Sr. Deputado Francisco Sousa, para reler as declarações do Sr. Secretário de Estado da Refor-

ma Educativa, quando nos visitou e a sua opinião quanto à aplicação da Lei de Bases e da Reforma na Região.

Pergunte aos nossos professores que vão lá fora às acções de formação, como é que as nossas escolas e como é que os nossos professores que situam no todo nacional.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco Sousa)

Presidente: Suponho que este assunto, por enquanto, está esclarecido, de forma que vou então dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de iniciar a minha intervenção, eu queria apresentar as minhas desculpas à Comissão dos Assuntos Económicos, na pessoa do seu Presidente, pelo facto de não ter podido estar presente na convocatória que me foi feita, uma vez que me encontrava, a serviço da Região, em Bruxelas e era completamente impossível estar presente à reunião para a qual fui convocado.

As minhas desculpas e espero que no decurso deste debate, possa responder às questões que, com certeza no seio da comissão iriam ser colocadas.

Se o ano de 1990 se caracteriza por uma significativa e anormal perturbação do mercado internacional com consequências graves para a nossa economia do sector pecuário, o ano de 1991 será profundamente caracterizado pelo início da II Etapa da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, pelas negociações do GATT e suas consequências, pela abertura política e económica da "Europa de Leste", pelo prolongamento ou não da "crise do Golfo" e, finalmente, pela possível implementação do conjunto das denominadas "medidas específicas", que têm como objectivo minimizar os problemas de produzir e comercializar em regiões insulares da Europa, como o nosso caso.

Estaremos perante profundas alterações da PAC, em consequência do atrás exposto, nomeadamente a abertura a leste e as negociações do GATT, no que isto implica de reforço do comércio livre entre Estados e blocos económicos.

A protecção de regiões como a nossa, encontrarão nas medidas complementares de apoio aos rendimentos motivadas pelas consequências do "Uruguay Round" e nas "medidas específicas", a par dos mecanismos internos de cada Estado membro permitidos pela CEE, os meios indispensáveis ao seu desenvolvimen-

to económico.

Entretanto, terminaram finalmente em Bruxelas as negociações da II Etapa do período de transição. Podemos afirmar que o pacote aprovado constitui um êxito negocial para Portugal, uma vez que conseguimos alargar algumas das medidas anteriormente propostas e decorrentes do tratado de adesão.

A introdução de "Mecanismos Complementares de Troca" para carnes de bovino, para além dos já previstos para os animais vivos, a aprovação da quota leiteira em 1,9 milhões de toneladas (o que havia sido contestado por alguns Estados Membros); e outras questões relativas aos restantes produtos submetidos a Organizações comuns de Mercado, constituem para nós motivo de tranquilidade face ao que se aproxima.

Vamos assistir, nos tempos mais próximos, a uma clara primazia das questões de mercado face às questões estruturais. Embora a "Reforma dos Fundos Estruturais", contenha virtudes e meios financeiros significativos para a resolução dos nossos problemas, eles deverão ser encarados como soluções de médio prazo, enquanto que os mecanismos de mercado desenvolver-se-ão de forma muito acelerada. Há que estar muito atento, e aplicar os mecanismos de protecção de que passamos a dispor, a par da necessidade de sermos mais agressivos no mercado.

Aliás, convinha aqui citar que a apetência por produtos provenientes de zonas despoluídas, a apetência pelo produto de Boutique versus o produto de consumo de grandes espaços, é hoje uma realidade que pode ser muito útil para o espaço açoriano.

Por outro lado, os Programas já aprovados pela CEE e os que a encontram em fase de aprovação, constituem um reforço financeiro importante para o nosso desenvolvimento.

O Programa relacionado com as "actividades de desenvolvimento experimental e de demonstração", cujos objectivos são melhorar a competitividade da agricultura da Região, promovendo o desenvolvimento e execução de acções no âmbito da experimentação nos domínios da produção animal e vegetal, criando várias unidades em diferentes ilhas, constitui um investimento para os próximos 3 anos da ordem dos 600.000 contos.

Por sua vez, o "Programa Agro-Pecuário", envolvendo um vasto conjunto de acções já iniciadas e que surgem agora de forma integrada num Programa a financiar pelo PEDAP, pressupõe um investimento de 4 milhões de contos, com uma componente Comunitária da ordem dos 2,4 milhões de contos.

Também no âmbito do PEDAP, é de men-

cionar o PROAGRI, programa destinado a ajudar a dinamização das Associações Agrícolas. Pretende-se com o programa disponibilizar meios financeiros adequados para o lançamento e reforço de estruturas e infraestruturas, a montante e a jusante das explorações agrícolas, capazes de proporcionar aos agricultores condições da máxima eficácia no exercício da sua actividade.

No fundo, trata-se do reforço da capacidade técnica e de gestão das "Organizações dos Agricultores", a par da melhoria de intervenção das mesmas na prestação de serviços de assistência técnica e vulgarização aos seus associados e agricultores em geral.

Aliás, já hoje temos alguns exemplos, extremamente interessantes como seja a passagem para organizações da produção das áreas da inseminação artificial o que melhorará, substancialmente, a sua eficácia e também a da elaboração de projectos a candidatar aos fundos comunitários.

Estamos a falar dum total de investimento da ordem dos 2 milhões de contos, com uma comparticipação Comunitária da ordem dos 1,3 milhões de contos.

Apesar dos problemas levantados no corrente ano à agricultura da Região, sobretudo na sua componente agro-pecuária, o investimento aumentou de forma significativa nos primeiros 10 meses deste ano, face ao ano de 1989, no âmbito do Regulamento CEE 797/85. Enquanto que no ano de 89 foram aprovados apenas 61 projectos com o valor global de cerca de 320 mil contos, nos primeiros 10 meses do corrente ano, estão já aprovados 170 projectos, para um investimento global na ordem do milhão de contos. Destes, 59 são 1^{as} instalações para um volume de investimento de cerca de meio milhão de contos. Aliás, muitos dos quais são cedências de exploração, de pais para filhos.

Também convém referir, como aliás já havia referido anteriormente, que o mercado começa a recuperar, embora de forma lenta.

Dou como exemplo o caso do leite em pó, pela importância que este produto tem na economia da Região. A procura deste produto cresceu de forma significativa, esperando-se que este caso seja um claro indicador de que a crise começa a ser ultrapassada.

O problema não se coloca em relação aos restantes produtos agrícolas de forma genérica, já que encontram, quer no mercado interno, quer externo, oportunidades excelentes para colocação a preços compensadores para o produtor. Aliás, neste caso convém salientar a importância da organização da produção, um dos exemplos,

recentemente nascido na ilha Terceira, o caso da FRUTER e também o caso pela 1ª vez, organizações da produção terem colocado, directamente, os animais em Lisboa, daí advindo claras vantagens.

O ano de 1991, apresenta-se pois com melhores perspectivas do que o presente ano de 1990. Como referi, a crise conjuntural de mercado poderá ser ultrapassada, e os mecanismos proporcionados pela negociação da II Etapa, a par da implementação das "medidas específicas", contêm virtudes suficientes para que o rendimento dos agricultores seja adequadamente protegido. Questões como o desbloqueamento do funcionamento do Regulamento (CEE) 797/85, a implementação de uma linha de crédito para saneamento financeiro de empresas agropecuárias com problemas decorrentes de investimentos na aquisição de terras, animais e equipamentos, a implementação dos já referidos Programas Comunitários aprovados e a aprovar no início do próximo ano, a compra de terras por rendeiros, o seguro agrícola, a aceleração deste recente fenómeno regional numa organização de produção activa, capaz de prestar serviços de melhor qualidade quer a montante quer a jusante, serão com certeza elementos importantes para a continuação da modernização da nossa agricultura.

Resta apenas referir, duas questões de primordial importância, não controláveis por nós, e cujos reflexos são altamente nefastos: refiro-me à taxa de juro, demasiado penalizante, e sobre a qual não vemos perspectivas de diminuir, e os problemas dos transportes, a necessitarem, por parte do Governo da República, uma solução mais adequada aos nossos "handicaps" específicos, como aliás fazem outros Estados Membros da Comunidade em relação às suas Regiões Insulares.

É neste contexto que a proposta de Plano para 1991, corrigida de acordo com as restrições financeiras que nos são impostas, se apresenta a esta Assembleia Regional.

Ela não é diferente, em termos de enquadramento político e de medidas propostas, do Plano de Médio Prazo em que se encaixa, e do que foi anunciado como objectivos no passado ano de 89, completado e alargado, como é óbvio, com os mecanismos já expostos. Por isso, não me parece necessário discriminar o que os documentos apresentados aos senhores deputados claramente referem.

A única diferença reside em aspectos quantitativos, já que as restrições financeiras obrigam a uma diminuição do que gostaríamos de efectuar, sobretudo nos sectores das infraestruturas.

Contudo, gostaria de acrescentar o seguinte: o desenvolvimento e modernização da economia, para além dos seus aspectos financeiros e técnicos, são obra das pessoas, e a elas se destinam. Sem pessoas empenhadas, ansiosas pela mudança e modernização, não há Plano que se possa aplicar adequadamente. E eu acredito na grande força que possuímos, que são os nossos agricultores. As provas até agora dadas face aos problemas que temos enfrentado, permitem-nos ter a certeza na nossa vitória sobre o pessimismo, a caminho de uma melhor qualidade de vida da nossa população rural. O caminho a percorrer é longo, carregado de algumas inquietações, mas, tal como é aqui, acredito no nosso desenvolvimento, porque acredito nos nossos agricultores. Aliás, podira citar aqui que, das centenas de agricultores que passaram pelos nossos meios de formação profissional, a sua esmagadora maioria são jovens agricultores. E referindo até como exemplo algumas questões técnicas, gostaria de aqui apontar o espectacular aumento da conservação de forragens a que se assistiu no passado ano, o que é uma forma de diminuir substancialmente os custos de produção.

Como afirmei no início da minha intervenção, os problemas de mercado assumem e assumirão um papel de primordial importância. Daí que o sector de transformação, nomeadamente no caso do leite, e a contínua melhoria da sua qualidade, serão uma área a privilegiar. S. Miguel viu aprovados projectos, no sector de transformação do leite, cujo volume de investimento é superior a 1,5 milhões de contos; S. Jorge verá a fábrica da sua União de Cooperativas inaugurada no próximo ano, cujo valor global de investimento é também superior a meio milhão de contos; Flores verá nascer também a sua unidade transformadora, e outras ilhas e unidades de transformação preparam projectos de investimento. A par da nova geração de agricultores, é legítimo esperar uma nova dinâmica no sector de transformação. As infraestruturas aí estão, e os mercados existem no respeitante à procura de produtos de qualidade, que cresce sem cessar. Saibam os nossos industriais perceber o que se está passando à nossa volta e aproveitar de forma dinâmica as oportunidades de mercado que se avizinham.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falarei agora também numa forma sucinta do sector das Pescas.

O sector das Pescas tem mantido um crescimento sustentado nos últimos anos. O aumento das frotas e infraestruturas tem sido

acompanhado pelo aumento de capturas no seu sentido global, sendo importante destacar o crescimento significativo do preço pago ao produtor no caso dos demersais de elevado valor comercial, quer no continente português, quer no estrangeiro.

Durante o corrente ano entraram em funcionamento 14 novas embarcações, e as capturas previstas andarão pelas 18.000 toneladas. Estaremos a falar dum valor bruto da produção, incluindo conservas, da ordem dos 8 milhões de contos.

A pesca não enfrenta problemas de mercado. O nosso "peixe de fundo", altamente valorizado, encontra como único estrangulamento, o circuito de transportes, ainda não suficientemente adaptado à dispersão da oferta por ilha e respectiva sazonalidade.

No contexto, que aliás já referi, das restrições orçamentais, o Plano para 1991 apresenta medidas de soluções para a continuação duma política, por demais testada positivamente de forma adequada.

Assim, no âmbito da investigação e em íntima colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas, entidade responsável pela mesma na Região, vamos intensificar a nossa actividade no estudo dos demersais, já que se torna urgente e indispensável um conhecimento mais profundo dos nossos "stocks". Quanto a novas espécies, será importante saber se a exploração do "espada preto" e "pescada de fundo" tem interesse comercial. Soma-se a estes estudos, a necessidade de saber com maior profundidade o comportamento biológico dos nossos tradicionais bancos de pesca.

No âmbito da formação profissional, pela primeira vez temos os cursos ministrados na "Escola de Pesca de Lisboa" financiados pelo Fundo Social Europeu, assim como a indispensável expansão dos cursos de motoristas que é, neste momento, um dos nossos mais graves estrangulamentos.

Quanto ao crescimento da frota, devem entrar em 1991, 12 novas embarcações, 6 das quais com mais de 30 metros, e as restantes 6, entre os 13 e 15 metros.

Uma novidade surge no entanto no próximo ano, ou seja, o lançamento à água das primeiras embarcações com a possibilidade de congelação a bordo, sobretudo para o espadarte e filetagem a bordo.

Será aqui de referir o êxito obtido por Portugal na recente reunião da ICCAT efectuada em Madride. Face a uma situação de indícios de excessiva exploração de stocks de espadarte no Atlântico Norte, países como o nosso, que pescam quantidades irrelevantes,

foram subtraídos às medidas de conservação solicitadas por americanos e espanhóis e aprovadas pela Comissão. E pois possível crescer dentro dos limites prudentes.

No âmbito das infraestruturas portuárias uma muito especial atenção será dada ao novo plano de lotas, sobretudo na área do fornecimento de gelo e conservação pelo frio como prioridade a defender. Assim se consegue a concentração da oferta com manutenção de boas condições de qualidade.

No sector das conservas o crescimento do mercado deve-se fundamentalmente a duas causas: a alta qualidade da nossa conserva e as campanhas de publicidade levadas a cabo em Itália. Assim cresçam as capturas, pois a procura tem aumentado de forma significativa nos últimos dois anos.

Uma questão se coloca no entanto à qualidade das nossas conservas e que tem de ser acompanhada de facto de forma muito atenta. Refiro-me à exigência dos países compradores quanto aos teores de histamina. Levar-se-á a cabo, em conjunto com o Departamento de Oceanografia e Pescas, uma acção profunda, tentando conhecer o problema em toda a sua extensão por forma a evitar problemas ao nosso mais importante sector exportador.

Por último, uma referência ao "Programa Comunitário" relacionado com os equipamentos portuários, no âmbito do Regulamento (CEE) 4.028, e que prevê um volume de investimentos da ordem dos 3 milhões de contos até 1993, assim como os investimentos previstos no âmbito do Regulamento (CEE) 4.042 (sucessor do Regulamento (CEE) 355 e que prevê um volume de investimentos da ordem dos 2 milhões de contos, para uma participação comunitária da ordem dos 300.000 contos.

Persistem, no entanto, problemas delicados no sector. São problemas do foro social, já que no económico existem excelentes oportunidades de emprego. A dificuldade que apresentam determinadas populações da pesca para se deslocarem geograficamente dentro da mesma ilha ou para outra ilha, cria-lhes situações de difícil e complexa solução económica. Soluções que, na "maioria dos casos", existem "ali ao lado".

Aliás, o peixe existe, é necessário aumentar capturas, a procura de pescado fresco, congelado ou em conserva tem aumentado em quantidade e preço, e portanto as oportunidades de emprego não faltam. O que é preciso, é estar no mar o maior tempo possível, de forma mais adequada. Barcos e formação profissional não têm faltado, e apoios também não.

Não é pois com palavras de esperança que termino esta minha intervenção, mas sim com a certeza que as soluções assumidas são as suficientes para o crescimento e modernização do sector. Acredito nisto, porque acima de tudo também acredito nos nossos pescadores e empresários da pesca.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi com a devida atenção a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, no entanto queria colocar-lhe uma questão de âmbito global que é a seguinte:

Os objectivos de desenvolvimento da agricultura açoriana definidos como consta no PMP, estão longe de ser atingidos, no entanto a SRAP, foi das que sofreram as maiores reduções na actual proposta de plano para 91 e a alteração que se propõe para o PMP 91/92.

Dada a nossa situação de atraso como encara o futuro em termos competitivos da nossa agricultura, uma vez que na região os custos de produção são bastante acrescidos, a situação em termos financeiros dos agricultores é a mais difícil de sempre e em contrapartida o Governo reduz numa forma incompreensível as verbas destinadas ao desenvolvimento da agricultura.

Como o Plano deixa antever claramente as prioridades de desenvolvimento vão ser continuamente adiadas.

Isto no que concerne ao abastecimento de água, energia e caminhos de penetração, etc..

Como é que os nossos agricultores poderão fazer face à próxima entrada num mercado altamente sofisticado, quando fazemos parte da CEE apenas no papel, porque as nossas condições de produção e de trabalho são numa região do terceiro mundo.

Qual a sua resposta para esta situação e como encara o futuro da Agricultura dos Açores, uma vez que são os próprios agricultores que já não acreditam no futuro?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas se quiser responder.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à pergunta feita pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, parte dela aliás, está respondida pela minha própria interven-

ção.

Em primeiro lugar é óbvio que algumas restrições orçamentais trazem como consequência - como eu disse - diminuição da aceleração da construção, sobretudo, de algumas infraestruturas. É óbvio. Não se nega nem está escondido. É assim mesmo.

Por outro lado, fiz também na minha intervenção, uma clara distinção entre questões estruturais, - como é o caso - e as questões de mercado que neste momento vão assumir uma certa primazia. E daí aponte, claramente, os mecanismos que, decorrendo da negociação da 2ª etapa, decorrendo do estabelecimento das medidas específicas e decorrendo dos programas aprovados em Bruxelas, podem minimizar, de facto, o que foi levantado pelo Sr. Deputado.

Mas, já agora, gostaria de completar em contraponto à sua afirmação de "agricultura do terceiro mundo", o seguinte:

A agricultura do terceiro mundo, uma das questões pela qual pode ser caracterizada, significa a sua dificuldade de penetração de mercados, a baixa qualidade do produto, enfim problemas difíceis de produção e estamos a falar, concretamente, no sector do leite e lacticínios, porque nas outras áreas esse problema nem sequer se põe, aliás como é do conhecimento de todos.

Mas vou contrapor à sua afirmação com um exemplo: este ano a Região, em virtude das circunstâncias de mercado, colocou na intervenção, cerca de 4 mil toneladas de leite em pó magro e 800 toneladas de manteiga.

como sabe estes produtos são sujeitos a um rigorosíssimo controle de qualidade.

Queria fazer saber ao Sr. Deputado, que nem 1 kg do produto foi rejeitado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foram deixadas preocupações nesta Câmara, ontem e hoje, pelos Deputados do Círculo Eleitoral da Ilha das Flores e dado que essas questões ainda não foram respondidas, as de hoje, provavelmente, por estar ausente o Presidente do Governo, pretendo de qualquer maneira - na medida em que também sou eleito por aquele círculo - fazer perguntas a algumas das questões que aqui foram mencionadas, visto serem actuais e importantes para o desenvolvimento da minha ilha, que tem sido tão esquecida.

Em resposta a um requerimento meu de Julho de 1989, perguntando quando se previa

a conclusão de uma fábrica de lacticínios na Ilha das Flores, foi-me dada como resposta, a 1 de Agosto do mesmo ano, que a conclusão da referida obra, estava prevista para finais de 1990.

Como estamos a acabar o ano de 1990 e esta obra de vital importância para o Povo da Ilha das Flores, ainda não foi iniciada, queria saber qual a futura data que o Governo nos dá para o seu término?

Outra questão:

Um dos problemas mais gritantes da Ilha das Flores, neste momento, diz respeito à energia. O seu abastecimento é confrangedor com cortes diários.

Como V. Exas. devem saber, esta ilha é da mais ricas em água e no momento em que tanto se fala em energias alternativas e de carências de combustíveis no mundo, julgo que seria a ocasião para incentivar o plano hidroeléctrico das Flores.

Vem sendo habitual nos últimos planos anuais, no sector de energia para a Ilha das Flores, a frase sacramental: "Estudo técnico-económico sobre a utilização dos recursos hídricos das Flores" - a dotação é que varia, por sinal, vai diminuindo de ano para ano.

A pergunta que faço é a seguinte:

- Quando terminam estes estudos e se passam às obras?

A Resolução de 477/87, previa a elaboração de projecto para o Polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada e Fajã Grande; nos Planos de 89/90, havia uma verba para este fim, apesar de nada ter sido feito; no Plano de 91, neste programa, nada consta.

- Como pensa o Governo Regional cumprir aquilo que prometeu?

Na mesma resolução, havia um ponto em que, com a colaboração com as autarquias, construiriam habitações para a fixação de pessoal especializado, essencialmente professores e médicos. Como o Plano de 91 não tem nenhuma dotação para este fim, que solução tem o Governo para este caso?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. presidente e Srs. Membros do Governo:

Desejaria também colocar uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, na medida em que ele aqui se referiu à Fábrica da União de Cooperativas das Flores.

Gostaria que V. Exa. fornecesse a esta Assembleia, elementos que actualizassem as informações que aqui noutras oportuni-

des foram dadas e sobre o andamento desse mesmo projecto, bem como, sobre a altura em que se vai iniciar.

Eu por mim, contentar-me-ia com isto. O Sr. Deputado Rogério Serpa quer saber quando é que acaba, eu por mim já me contentava em saber quando vai começar. Porque uma vez começado já haveria alguma esperança de que ele, efectivamente, se viesse depois a ultimar. De maneira que, parece-me que é importante renovar perante a Assembleia, os compromissos do Governo nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que, em relação à agricultura, se vive no mundo da confusão.

Eu não posso deixar aqui passar estas intervenções que estou a ouvir, sem reflectir um pouco.

Ao longo destes últimos anos, os agricultores tem tentado chamar a si a responsabilidade dos seus actos, tem tentado chamar a si a responsabilidade de tomarem, eles próprios, o caminho que entendem e são uma peça, como outra qualquer do todo regional.

Por isso eu gostaria de pôr uma questão ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que é a seguinte:

- Perante a resistência sistemática dos industriais regionais, em se adaptarem às novas realidades industriais que poderão comprometer, num futuro não muito longo, a agricultura açoriana, continuando a fabricar o leite em pó e a não querer enveredar pela industrialização do queijo, que poria os Açores a ocupar, no todo nacional, a parte que lhe competiria nessa comercialização, sabe-se que perante o que vai acontecer na Europa, outros agentes entrarão em Portugal e farão essa comercialização e depois dessa comercialização estar colocada e ter os agentes que a façam, será muito mais difícil, para os Açores, a sua implementação. Portanto há esse milhão e 400 mil contos que, todos os anos, nesta época, aparece na ribalta, para salvar os agricultores que são sempre os "coitadinhos", - no fundo não é bem assim.

Portanto a questão que eu ponho ao Sr. Secretário é se, eventualmente, não há outro meio de industrialização na região que pudessem finalmente pôr cobro a esta situação?

Mas gostaria de salientar que isso só é possível com a vontade e a colaboração por parte dos agricultores, na construção das suas próprias cooperativas ou numa federação ou no que entenderem. E aqui reina outra confu-

são, ou seja, como é que o Governo é ou poderá ser responsabilizado pela vontade própria dos agricultores, em formarem - eles mesmos - as suas próprias cooperativas?!

Se são eles que querem formar essas cooperativas, o Governo não é responsável.

O Governo não faz fábricas!

Os agricultores é que formam as suas cooperativas e com a sua vontade firme é que hão-de formar essas fábricas, porque eles é que têm que fazer isso.

Há nesta Região quem viva melhor e quem viva pior.

As pessoas terão que entender que houve uma mudança significativa em tudo isto.

Há que estudar qual deve ser o modelo de agricultura a utilizar, em termos de maior ou menor quantidade. Mais ou menos adubação ou maior ou menor aproveitamento das silagens e de ervas em detrimento de mais ou menos rações e importações. É que, em agricultura o que importa não é o número de litros de leite que a gente tem. O que importa é, quando se chega ao fim do ano, ver a diferença entre o "deve" e o "haver".

São estas as questões que eu gostaria que o Sr. Secretário me respondesse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

É natural que os deputados eleitos nesta Câmara pela Ilha das Flores, independentemente, dos quadrantes ideológicos onde se encontram situados, ponham questões em relação a dois sectores que estão em causa neste momento, ou seja, a agricultura e pescas, na medida em que para quem conhece a ilha, eles são fundamentais para o desenvolvimento daquela. E daí, considerarmos que há dois aspectos importantes, que não foram contemplados na intervenção do Sr. Secretário Regional e também não foram solicitadas informações; entendemos que deveríamos pô-las.

A primeira relaciona-se com os portos de Pesca.

Nesta Câmara, há algum tempo, o Sr. Secretário Regional admitiu a necessidade de reparações nos portos. No anexo ao Plano a Médio Prazo, há referências concretas a melhoramentos nos portos de pesca das Flores.

Verificamos que no anexo ao Plano que nos é apresentado, no programa 25, não há qualquer verba desagregada para a Ilha das Flores, naquele sentido.

A nossa questão é se, efectivamente, com

a diminuição de verbas que se verifica no Plano agora proposto, se insiste na não reparação e não melhoramento dos portos de pesca?

Outro aspecto que queria referir, diz respeito à agricultura e é também relacionado com a Ilha das Flores, na medida em que desde há muito é reconhecida a necessidade dum estrutura regional de abate, o que aliás é contemplado, quer nos planos a médio prazo quer nos planos anuais.

Acontece que este ano, o programa 24, no anexo em relação às Flores, apenas estão consignados 20 mil contos para aquela estrutura.

A pergunta que eu faria ao Sr. Secretário é se, efectivamente, se pensa fazer o lançamento das obras de estrutura, no corrente ano e se essa estrutura (o Matadouro das Flores) está projectado de acordo com as normas exigíveis, nos tempos que correm e para uma ilha onde a agro-pecuária é o sector mais importante da sua economia.

Queria fazer uma pergunta também, no sentido mais lato, atendendo o todo regional.

No Plano para este ano, no programa 22, é referido o combate às doenças infecto-contagiosas: brucelose, tuberculose e leucose.

Todos nós sabemos as imposições que a Comunidade Económica Europeia, exige dos estados membros.

A pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é se ele considera que existem neste momento, na nossa Região, Serviços devidamente apetrechados de técnicos em condições de se cumprir, aquilo que, comunitariamente, está regulamentado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles, também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sabido que uma das causas, facilitadoras da boa qualidade dos produtos agrícolas, depende do abastecimento de água usado nas explorações.

É sabido também que este é um problema que se arrasta há longo tempo, nenhuma das ilhas ainda tem um programa nesse sentido em vigor, mas acontece porém, que a Ilha de S. Jorge tem responsabilidades acrescidas no contexto regional, na medida em que é uma zona demarcada do seu queijo.

Acontece que no programa 22, efectivamente, se não vê vislumbrada nenhuma atribuição para o projecto de abastecimento de água dessas explorações.

Eu desejava perguntar ao Sr. Secretário

se, efectivamente, tem alguma razão que justifique este comportamento ou se pensa, a grande trecho, incluir também naquela ilha, uma infraestrutura deste género, porque - na minha perspectiva - é perfeitamente essencial, para que os lavradores possam com alguma garantia, continuar a trabalhar no sentido de bom nome e da boa produção do seu queijo que tem já responsabilidades acrescidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel, também para pedir esclarecimentos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu desejava solicitar alguns esclarecimentos que não houve possibilidade de serem feitos na comissão, devido à sua ausência e julgo que seriam importantes para a Assembleia, de um modo geral, ouvir a sua opinião sobre eles.

A primeira questão prende-se com a significativa baixa do orçamento em termos de montante para indemnizações compensatórias de 1990 para 1991.

Qual a razão deste decréscimo, se não são necessárias indemnizações compensatórias, se são pagas por outra via?

Outra pergunta que diz respeito à parte da agricultura e tem a ver com electrificação rural, para a qual são afectos 10 mil contos e se o Sr. Secretário considera essa verba suficiente e o que é que se pretende fazer com 10 mil contos, em termos de electrificação rural?

Em relação às pescas e citando até uma parte que está consignada no relatório, gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse por que razão enquanto em 1990 havia 430 mil contos previstos para apoio à pesca artesanal, esse montante em 1991, baixou para 100 mil contos, ou seja, uma redução de 76,7%?

Será que a pesca artesanal já não precisa ser apoiada? Ou é uma questão de prioridades nos cortes que foi necessário fazer?

Ainda em relação ao apoio à frota artesanal, em S. Miguel a diminuição é da ordem dos 86,4% e em S. Jorge de 75% enquanto que em relação à frota industrial, há uma transferência visível do esforço do investimento do Pico, para as Ilhas do Faial e Santa Maria.

Desejava que o Sr. Secretário comentasse e explicasse as razões por que há, de facto, essas alterações substanciais, quer nos montantes quer nas probabilidades de cada ilha que parece que são alteradas no caso da pesca industrial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Coloco-lhe uma pergunta que também se prende com o abastecimento de água à lavoura.

Como é do seu conhecimento, também do meu, julgo que também dos outros Srs. Deputados, já se fez na zona do Topo, o aproveitamento duma ribeira permanente que ali existia, isto feito pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário, que permite agora abastecer de uma maneira razoável aquela zona da ilha.

Eu pergunto se essa opção se vai pôr também, em relação à zona do Urzal e em relação a outras zonas da ilha.

Portanto, se os Serviços de Desenvolvimento Agrário, em colaboração com as Juntas de Freguesia e a solicitação da Associação da Lavoura, se vai continuar a fazer nesse campo, aquilo que já se fez na zona do Topo?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Uma pergunta apenas, sobre o Porto de Pesca da Praia da Vitória.

Tem sido referido nos últimos dias, que o Porto arrancaria no próximo ano.

No entanto, pela leitura do Plano e Orçamento para 1991, verifica-se que as verbas inscritas são diminutas.

Pergunto se o Governo irá apresentar nesta Assembleia e durante a discussão destes documentos, qualquer alteração ao próprio projecto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo aos Srs. Deputados Rogério Serpa e Renato Moura, começo por afirmar que as minhas intenções não foram cumpridas.

De facto, era minha intenção que a Fábrica de Lacticínios das Flores ficasse incluída neste Plano, mas não foi possível.

O que posso fazer é comprometer-me perante esta Câmara e não voltar a falhar promessas e vaticínios.

E que nós mudámos de localização, como

sabem. O terreno está comprado; o projecto, com as alterações que foram exigidas, é-me entregue este mês. Será entregue à União de Cooperativas, ela poderá iniciar os contactos com as eventuais empresas construtoras e espero não voltar a repetir isto.

Julgo que no início do ano que vem, a obra pode começar.

E uma obra, totalmente, suportada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Quanto a uma outra pergunta vinda da área da Ilha das Flores em relação aos portos de pesca, devo dizer que, é intenção da Secretaria, aproveitar a empresa que está fazendo o porto de pesca da ilha para fazer algumas pequenas reparações em alguns portos de pesca. Não sei se serão feitas no ano de 1991. Vai depender das disponibilidades financeiras de obras que não absorvam as verbas destinadas a poder fazer isso.

O projecto para o Matadouro para a Ilha das Flores também está avançando, mas não se prevê o seu início de construção em 91.

Quanto às obrigações decorrentes da CEE em matéria de higiene pública veterinária e sanidade pecuária, de facto, nós temos uma carência de técnicos acentuada. Não sei muito bem como é que vou resolver esse assunto, mas de facto, a carência é acentuada e é uma das minhas maiores preocupações.

Em relação ao abastecimento de água às explorações - pergunta do Sr. Deputado Rui Meireles e também, em parte, do Sr. Deputado António Silveira, embora de forma diferente - as verbas disponíveis para o plano do próximo ano, contemplam um projecto a arrancar na Ilha Terceira e o apoio a projectos na Ilha de S. Miguel que foram considerados, para as disponibilidades financeiras existentes, zonas prioritárias.

As pequenas obras que o Sr. Deputado António Silveira refere, podem vir a ser apoiadas por algumas juntas de freguesia conforme a sua dimensão e prioridade.

A pergunta feita pelo Sr. Deputado Francisco José Silva, é um pouco mais complexa. Na realidade, nós temos defrontado na Região, com uma grande dificuldade, pela parte dos industriais privados se adaptarem às novas circunstâncias e também uma grande dificuldade na área do sector cooperativo, numa maior vontade, interligação por parte das cooperativas, para poderem andar para a frente.

Porquanto isso surge inequivocamente, temos dois exemplos inequívocos: um deles é S. Jorge com a sua União de Cooperativas e o outro é (embora os atrasos sejam de assumir) o caso das Flores.

Tenho esperanças que no caso concreto da Ilha do Pico, as questões possam, de facto, avançar de outra maneira.

E óbvio, no entanto, que não podemos comparar a situação de S. Jorge com a situação de Santa Maria ou com a situação das Flores.

A situação das Flores surge, (e já lá existiu uma fábrica de lacticínios) porque a fábrica e o industrial, não cumpriam com as suas obrigações e a única forma de resistência que se pode encontrar, foi "forçar" digamos assim, o surgimento de uma grande cooperativa que assumisse - ela própria - a condução do processo.

No caso do Pico também há uma situação semelhante. Também há um industrial privado e há uma tentativa de fazer nascer uma união de cooperativas, que se ligue ou não ao industrial privado, que tenha "pernas para andar" e por trás, estará o suporte financeiro da Secretaria.

Aguardo apenas que isso seja uma realidade, para que possamos avançar.

Não há dúvida nenhuma no entanto que, tanto para uma ilha como para a outra, será indispensável para a sobrevivência do sector, que surja uma nova unidade transformadora moderna, capaz de absorver o leite que ali produziu que aliás, eu chamo à atenção desta Câmara, o facto de serem espectaculares as percentagens de crescimento de produção de leite na Região nos últimos dois anos. O caso do Pico é cerca de quase 40%, no último ano.

Ao Sr. Deputado Albano Pimentel, eu diria que a significativa baixa das verbas das indemnizações compensatórias não significa nada de especial. Só que estamos a entrar nos anos cruzeiro de aplicação do Regulamento 797 e as receitas Comunitárias que são 50% delas próprias, servem para colmatar os 50% que a própria Região lá coloca. Aliás este ano, como sabe, já estamos a pagar cerca de 850 mil contos de indemnizações compensatórias, das quais 400 mil são verbas da Região.

Electrificação rural, é óbvio que dadas as restrições financeiras, essa foi uma área que ficou adiada na sua implementação e força. Os 10 mil contos apenas se referem a pequenos projectos que recebem pequenos subsídios, projectos individualizados ao nível de exploração, onde a electricidade já passa relativamente perto.

Essa descompensação que surge entre verbas da frota pesqueira que parecem à primeira vista, não se ter uma grande justificação conforme a realidade ilha, são assim por cau-

sa dos projectos privados que lá aparecem. Concretamente, Santa Maria aparece com um projecto de 170 mil contos, para um pescador de Santa Maria que vai adquirir uma embarcação e o volume do subsídio e do empréstimo estar todo concentrado em 1991.

O aparecimento de menos dinheiro naquilo que se chama frota da pesca artesanal que são os chamados barcos de boca aberta, caracteriza-se por uma desaceleração clara neste tipo de investimentos.

Quanto à chamada zona de pesca do Porto da Praia da Vitória, há, de facto, um lapso no caso do plano, porque o que está inscrito nas verbas da Secretaria, onde se lê "Porto da Praia da Vitória", não é o porto de pesca, aquilo é apenas uma unidade de fabrico de gelo, exclusivamente. Porque o problema do porto de pesca e suas verbas, é um projecto da Secretaria Regional da Economia que como já foi anunciado vai arrancar brevemente.

Portanto aqueles 20 mil contos que lá estão a que se chama "Porto de Pesca da Praia da Vitória" não é porto de pesca, é apenas uma fábrica de gelo para instalar na Praia da Vitória, como aliás se tem instalado em muitas outras ilhas.

Julgo que respondi às perguntas que me foram feitas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero agradecer ao Sr. Secretário, mormente a explicação que me deu, em relação à não inclusão do abastecimento de água às explorações na Ilha de S. Jorge, porque não tinha dinheiro em primeiro lugar, o que é óbvio da leitura do Plano, mas referiu um aspecto que eu gostaria duma melhor explicação se o Sr. Secretário tivesse a bondade de ma dar.

E o que se relaciona com o critério de prioridade.

O Sr. Secretário disse que foi considerado prioritário noutras ilhas, mormente na Ilha Terceira e na Ilha de S. Miguel e não considerada prioritária na Ilha de S. Jorge.

Ora, em meu entendimento, a Ilha de S. Jorge tem ónus mais carregado, porque tem uma zona demarcada, porque tem que dar conta dessa mesma zona demarcada. Tem o queijo, cuja qualidade os lavradores têm de assegurar em boas condições no mercado nacional e no mercado internacional mesmo e isto, na minha perspectiva, leva-me a pensar que, se houvesse critérios de prioridade,

esta devia ser dada, exactamente, àquela ilha. E era este pequeno pormenor se o Sr. Secretário fizesse o favor de me responder, isto é, qual foi o critério, pelo qual, não foi considerado prioritário o abastecimento de água daquela ilha, no programa 22?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondo pois, com muito gosto.

Foram, portanto, consideradas como ilhas prioritárias, S. Miguel, S. Jorge e Faial, no contexto das verbas disponíveis do Plano 91/92. Só que com as restrições orçamentais, havia uma "seriação" havia um projecto que, no caso da Ilha Terceira, já estava avançado e que foi elaborado em conjunto conosco, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Porque quando nós falamos de abastecimento de água à lavoura, cuidado! Nós não estamos a falar de pequenas obras, pequenos tanques, não estamos a falar em nada disto. Estamos a falar de água sob pressão, distribuída de uma determinada forma, com uma determinada quadrícula, as redes primárias, as redes secundárias ... é disso que estamos a falar. Isso foi encaixado naquilo que nós determinámos também como chamadas zonas prioritárias de desenvolvimento, nas chamadas bacias leiteiras.

Terminámos a Terceira, terminámos S. Miguel, S. Jorge e Faial.

Seguidamente, iremos às outras ilhas. Só que prioridades são prioridades e hierarquização é hierarquização e ilhas como a ilha Terceira, são ilhas com maior dimensão, com maiores problemas, que tem uma diversificação de produtos completamente diferente a exigir outro tipo de tratamento e por isso fomos por aí.

Quanto a S. Jorge, lá chegará a sua altura.

Presidente: Srs. Deputados voltamos às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia Legislativa Regional a discutir, uma vez mais as propostas de Plano e Orçamento para o ano seguinte.

Poder-se-ia dizer que estamos a cumprir um ritual, pois nos termos legais o Governo propõe, e esta Assembleia discute e vota. Mas não se trata, de facto, de qualquer ritual. Aqui e durante estes dias estão a ser

discutidas basicamente as formas como serão aplicados os recursos regionais.

Tempos houve em que os grossos volumes que enchem as nossas mesas de deputados eram apenas submetidos a um voto de generalidade.

A discordância de muitos, associada à persistência e teimosia de uns poucos levou a que, de há três anos a esta parte, as regras para a aprovação do Orçamento e Plano prevejam a votação na especialidade.

A visão que sempre tivemos deste problema implica que esta Assembleia se disponibilize para usar integralmente as suas competências, introduzindo as alterações que tiver por convenientes.

O tempo da consagração sistemática e aplaudida de pretensas infalibilidades governativas acabou.

O tempo em que a maioria podia transformar a sua força legítima, em arrogância legítima, também já passou.

O tempo de hoje é caracterizado por duas ideias fundamentais:

- Por um lado, o descontentamento político e social é grande e é crescente.

- Por outro lado, os problemas regionais são muitos e de grande importância.

E pois, neste quadro em que não são admissíveis mais perdas de tempo, mais esbanjamentos, mais oportunidades perdidas, que esta Assembleia, os Partidos nela representados e todos os deputados que aqui têm assento, são chamados a participarem nesta discussão e nas votações subsequentes.

Que todos os dados importantes para o debate sejam chamados à discussão e que todas as votações reflitam a necessária correspondência com as ideias postas por cada qual, são os nossos sinceros votos.

Pela nossa parte faremos um sério esforço, não só para debater as propostas em termos gerais mas para, dentro do tempo que dispomos, aprofundar alguns aspectos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes porém de entrarmos, em cheio, no debate das propostas presentes interessará referir alguns aspectos relacionados com o ambiente político antecedente a este debate.

O PSD, há cerca de dois meses lançou a ideia de que o orçamento para o próximo ano seria, em função das incompreensões do Governo da República, também PSD, um orçamento minguado e altamente limitado face às possibilidades de execução. Algumas semanas depois, porém, não deixou de fazer a afirmação de que este era um bom orçamento.

A proposta do Plano suscitou aos parceiros sociais e a muitas autarquias as mais generalizadas e variadas reservas.

Documentos e declarações diversas, mesmo provenientes de sectores afectos ao PSD, apontam às propostas em apreço, desequilíbrios, lacunas e erros de vários tipos.

Os três partidos da oposição aqui representados já apresentaram, nas últimas semanas, muitas das razões que os levam a rejeitar esta proposta.

De todo este ambiente interessa a nosso ver reter uma questão importante. O PSD/Açores, tentou sem o conseguir, lançar a ideia que as más propostas que apresenta, são más, essencialmente por que um poder distante assim o determinou.

Mas a verdade obriga, antes, que se diga que estas propostas são más porque correspondem de facto à má política sistematicamente desenvolvida pelo PSD/Açores.

Vozes do PSD: Não apoiado!

O Orador: Mesmo em relação à questão das receitas orçamentais o PSD/Açores tem feito má política, como adiante procuraremos demonstrar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É nosso hábito procurar sempre fazer um esforço para garantir os problemas de frente. Por isso vamos começar por contribuir com a nossa opinião em relação a um problema que é central na situação regional de hoje e que se reflecte neste debate - estamos a falar no relacionamento financeiro com o Estado.

Sempre assumimos a posição que hoje confirmamos, segundo a qual é necessário que a comparticipação financeira do Estado esteja em correlação com as necessidades de desenvolvimento autonomamente definidas pela Região, através de um clara aplicação do princípio essencial da solidariedade.

Sempre defendemos, desde há já muitos anos, e ao contrário de muitos outros, nomeadamente o PSD por longo tempo, que o relacionamento financeiro entre a Região e o Estado devia ser regido por um quadro de regras a Região e o Estado deviam ser regidos por um quadro de regras e princípios estáveis, embora maleáveis.

Sustentámos no passado e sustentamos no presente ser o diálogo institucional, assumido nos dois sentidos, a única via possível para se estabelecerem as já referidas e necessárias regras estáveis de relacionamento financeiro.

Pode dizer-se que terá havido este ano tentativa de diálogo sobre esta matéria, mas

temos que convir que dialogar num assunto destes, não se pode resumir à apresentação global e à recusa global de uma proposta, como aconteceu.

Dialogar com o Estado em matéria financeira terá que ser, fundamentalmente, um esforço para se encontrarem soluções novas para os problemas novos. Do Estado ter-se-á que exigir procedimento semelhante.

A Região carece de receitas, afirma o Governo Regional dos Açores.

As despesas correntes aumentaram substancialmente em 90, em função da aplicação do Novo Sistema Retributivo (CSR), diz insistentemente o Senhor Secretário Regional das Finanças.

O ritmo de desenvolvimento tem que ser atenuado por carência no financiamento do Plano, diz o Governo Regional e reafirma o PSD/Açores.

Que há carências de receitas, estamos de acordo.

Que o Novo Sistema Retributivo agravou as despesas correntes, estamos de acordo.

Que o alegado ritmo de desenvolvimento tenha que ser abrandado em função das dificuldades financeiras, já nos parece uma afirmação, que sendo carregada de intenção política, é altamente carente de rigor económico.

Em termos de rigor pode dizer-se que a nossa Região carece de facto de mais receitas, mas para fazer uma verdadeira política de desenvolvimento socialmente útil que não tem sido feita.

Não é aceitável que se faça a medição das necessidades financeiras, nomeadamente no que diz respeito ao investimento, tendo apenas como referência as previsões feitas para os quatro anos do PMP, sem as corrigir com os graus de execução e fundamentalmente com os efeitos económicos das execuções realizadas.

O Estado tem que assumir, solidariamente, a comparticipação justa e adequada do orçamento Regional. A Região tem que conceber, com eficácia, com capacidade, com imaginação, sem megalomanias e sem intenções políticas reservadas, as vias que hão-de levar a uma acertada aplicação dos recursos regionais.

Numa palavra e sintetizando as ideias postas sobre esta matéria, há que frisar ser necessário haver preocupação com as receitas, mas é imprescindível que as despesas, ou seja, as políticas que se concebem e executam, sejam muito mais rigorosamente pensadas, fundamentalmente em relação aos efeitos que propiciam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Outra questão também central merece tratamento claro. Qual o real significado da proposta de alteração ao Plano de Médio Prazo?

Trata-se de uma mera contracção de verbas ou trata-se, antes, de uma adequação de orientações e meios a realidades que não se assumem claramente?

Sendo esse o caso, trata-se de mudanças de orientação apenas impostas, de longe, em função do mau relacionamento financeiro existente com o Estado, ou trata-se antes de mudanças também determinadas pela falta de vontade e capacidade de fazer diferente? Ou ainda outra hipótese: em que medida é que as mudanças introduzidas pela proposta de alteração ao PMP correspondem mais à política imediatista que o Governo Regional dos Açores tem apetência em fazer?

Da análise que fazemos a esta proposta de alteração ao PMP registamos as seguintes opiniões:

O Governo não realiza apenas uma contracção geral nas despesas, mas faz um reordenamento das próprias despesas.

A tónica posta novamente na questão das infraestruturas tem a ver com a necessidade de aproveitar financiamentos comunitários, mas **é também demonstrativa de carácter apressado, demagógico e irrealista** com que, contra todas as evidências, se tinha feito a declaração de que agora o que se punha era investimento reprodutivo.

A redução de verbas para o sector Agrícola, Pecuário e Silvícola sabendo-se que se trata de um sector essencial, carente de transformações e em crise potencial só se poderá perceber se significar o reconhecimento da ineficácia das políticas seguidas.

O aumento de investimento nas Empresas Públicas para 91 em relação ao que era previsto no PMP 89/92 passou para mais do dobro, o que só pode ser entendido por uma preparação das anunciadas privatizações, preparação essa, má para a Região e, boa para os futuros usufrutuários desse massivo investimento.

São mantidos e dotados programas cuja eficácia não se vê, nem se sente na nossa sociedade, e cuja execução ou não arranca ou é realizada em níveis baixos.

Para o Partido Comunista Português o Governo Regional pretendeu, num tempo só, adequar o PMP às realidades orçamentais, pô-lo mais perto da sua capacidade de execução real e reforçar a vertente imediatista

do investimento público que promove. Quis fazer tudo isto sem reconhecer que a versão inicial do PMP era triunfalista e muito desfocada em relação às realidades envolventes.

Mas a proposta de alteração do PMP nem vai ao fundo das questões, nem considera devidamente os problemas regionais actuais, caracterizando-se antes, como sendo mais um documento político que pretende salvar a face de um governo e de uma governação inconsistentes.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Casaca pede a palavra para?

Deputado Paulo Casaca (PS): E para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, se chegou à Mesa alguma informação escrita da parte do Governo Regional, sobre as despesas correntes do Gabinete da Presidência do Governo Regional e dos Gabinetes dos vários Secretários?

Muito obrigado.

Presidente: Não Sr. Deputado. Aqui à Mesa não chegou.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente:

De facto, não chegou nada à mesa, porque no que diz respeito à Presidência, essa informação foi processada oralmente.

Eu estive a passá-la a escrito, para que no Diário viesse com a máxima exactidão e fidelidade, aos elementos de que disponho e estou neste mesmo instante a emitir uma orientação para todos os Secretários Regionais, para que recolham esse elementos e eles sejam enviados, oportunamente à Assembleia Regional.

Não deixaremos de fazer, de forma nenhuma essa diligência.

Eu vou entregar, imediatamente, cópia que já tenho aqui em meu poder, das palavras que proferi esta manhã, a todos os Grupos Parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria esclarecer melhor a interpelação que eu introduzi à Mesa.

Eu julgo ter ouvido, claramente, o Sr. Presidente do Governo Regional dizer hoje de manhã que a informação escrita sobre a

verba que o Sr. gasta como despesas correntes, do seu Gabinete, iria ser levada à Mesa por escrito. Portanto, é isso que nós estamos à espera, para além de que - como será natural de entender - nós estamos em debate no orçamento, amanhã vão ser votados o Orçamento e o Plano e nós precisamos da informação, exactamente, agora para podermos formular as nossas propostas da melhor maneira possível.

Presidente: Penso que este assunto está esclarecido.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano é o momento em que o Governo renova perante esta Assembleia, e logo perante o povo dos Açores, os compromissos assumidos quanto às grandes opções do desenvolvimento regional. Ele constitui mesmo ou devia constituir a base fundamental da actividade do Governo. A verdade é que todos os anos cumprimos este ritual, mas logo verificamos que os Planos não passam de um simples rol de boas intenções ano a ano anunciadas e sucessivamente adiadas. E não se julgue que ao afirmar isto, estou a usar mais um "chavão" tão ao gosto do discurso político, ou um "lugar comum" distituído de qualquer conteúdo crítico real. Também não é isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vêm Vossas Excelências dizer que vão construir o Centro de Saúde de Vila do Porto e o Centro de Saúde de São Roque. Já nos andam a dizer isso desde 1985. Estamos fartos de vos ouvir falar nestes Centros de Saúde. Talvez para não nos maçarem muito, deixaram já de falar de outros como o da Praia da Vitória e os da Lagoa e Povoação que foram mandados riscar à pressa do Plano, não fossem alguns Senhores Deputados criar ilusões a esse respeito.

O Governo anuncia-nos que em 1991 vai construir o novo Hospital de Ponta Delgada. Ora bem: a necessidade do novo hospital começou a ser discutida no 2º governo do PPD/PSD parece-se que era assim que se chamava na altura; já se passou o 3º, já vamos a meio do 4º, já se gastou mais de meio milhão de contos, eu repito, meio milhão de contos, mais precisamente 562 mil contos com o novo Hospital de Ponta Delgada e ainda não existe uma única pedra no ar. O Senhor Secretário da Saúde e Segurança Social - espere só um bocadinho Sr. Presidente, eu

também queria falar consigo - num seu discurso feito aqui na Assembleia disse "Esta é a obra mais dispendiosa que o Governo até agora executou". Eu, sem querer plagiar o Senhor Secretário, diria que esta é a obra mais dispendiosa que o Governo até agora não executou.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Senhor Dr. Mota Amaral já começamos a ficar fartos, não de ouvir falar no Hospital de Ponta Delgada porque ele é necessário, mas fartos de ver gastar tanto dinheiro e não se ver nada feito. Basta!

(Aplausos da bancada do PS)

O Governo desde 1985 que nos anda a falar no Plano Director para Informática da Saúde. Desde então até 1989 já se gastaram 122 mil contos, e a Informática da Saúde, salvo algumas situações muito pontuais, está na estaca zero. Nem as aplicações administrativas mais simples conseguem arrancar. Os vencimentos do Hospital de Angra por exemplo, ainda este mês foram processados numa firma particular como vem acontecendo há alguns anos.

Mas, para nosso espanto, o Governo vem-nos pedir autorização para gastar mais 43.000 contos com a Informatização da Saúde! Por favor não abusem da nossa paciência.

O Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social há um ano atrás veio-nos dizer aqui que "iria dar uma particular atenção à racionalização e gestão do sector da Saúde". O mal na altura parecia residir na orgânica dos hospitais. Alteraram a Lei, criaram um novo modelo de gestão hospitalar e os órgãos de gestão, passaram, como convém, a ser designados pela tutela, logo da sua confiança política. Sendo o PSD um partido muito rico em "quadros" (veja-se a confusão que se estabelece quando se muda um Secretário Regional), não se percebe bem porque razão está tecnicamente tão dependente do Continente. A conclusão que somos forçados a tirar é que, ou não existem técnicos capazes na Região, ou a existirem não são do PSD, logo não servem. Por essa razão se vai a Faro contratar um administrador para o Hospital de Angra do Heroísmo. E as pessoas interrogam-se: Será que não existe por estes Açores fora, uma única pessoa capaz de Administrar o Hospital de Angra do Heroísmo?

Será que era preciso gastar, segundo consta, tanto dinheiro com subsídios de deslocação, subsídio de renda de casa, carro fornecido pela Secretaria Regional, gasolina paga pelo Hospital, viagens ao Continente de 15

em dias, etc., etc.?? Um adjunto para esse Senhor também precisava vir de Faro? Para vir "endireitar" os Serviços administrativos também se torna necessário vir funcionários de Faro? A dependência é total! Consta até que a alguns desses senhores já foram abonadas ajudas de custo como se se tratasse de deslocações ao estrangeiro. Por tudo isto, e muito mais, se percebe porque aumentam as despesas correntes da Administração Regional.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Carlos Teixeira)

O Orador: Mas neste Hospital e com esta nova gestão da confiança do PSD, tudo é um "mar de rosas". Um utente que recorra à consulta externa, se pretender marcar uma consulta de oftalmologia, só tem lugar em Maio de 1992. Se se tratar de consultas de estomatologia ou cardiologia é melhor nem pensar nisso, porque as marcações estão canceladas e só abrirão possivelmente para o próximo ano.

Meus Senhores, passou a época das palavras vazias e das promessas aliciantes. Passou a época de invocar o "santo nome do povo em vão".

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Está a meter água!

O Orador: E já que estamos a falar de Saúde Sr. Deputado e está a dizer que vou meter água, espero que essa água não esteja inquinada, como um técnico da Universidade dos Açores nos veio dizer logo a seguir a um estudo do Plano de Saúde para a Região, que afinal nos Açores todos, só dois concelhos é que não tinham água inquinada. Espero que esta também não esteja já!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Se eu não morrer até ao fim, pode ser que isso ainda prometa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível dum Sr. Deputado do PSD)

O Orador: Tenha calma Sr. Deputado eu depois respondo a tudo o que o Sr. Deputado quiser.

A Segurança Social é o parente pobre deste Plano para 1991. Com uma dotação global de 420 mil contos, sofreu uma redução de 50% relativamente ao programado. Podese mesmo afirmar que foi o sector mais penalizado deste plano, sendo também o único que teve "honras" de ver eliminados dois dos seus programas.

O único programa sobrevivente -o de Apoio a Instituições de Solidariedade Social, por pouco também não desaparecia. O Governo durante o ano de 1991 vai, de acordo com este programa, limitar-se a subsidiar a construção do Lar Luís Soares de Sousa em São Miguel, o recolhimento Santa Maria Goretti e as c echas das Santas Casas da Misericórdia de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória na Terceira, o Lar João Inácio de Sousa em São Jorge e o Lar de Idosos nas Flores. E é tudo no sector da Segurança Social.

Mas mesmo assim não temos a garantia se estes empreendimentos vão avançar. Convém recordar a propósito que todas estas obras já constavam no Plano para 1985 e seguintes. Esperemos que não continuem a aparecer nos planos dos próximos seis anos. Por favor não nos deixem esta herança!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

E quanto ao "desaparecido" programa de Apoio à comunidade, que como se sabe visa a construção de edifícios polivalentes onde são instalados Serviços de Saúde e da Segurança Social e em muitos casos as Juntas de Freguesia?

O que havemos de fazer? O que havemos de fazer aos polivalentes de Ginetes, Cabouco, Maia, Quatro Ribeiras, São Brás, Santa Luzia do Pico, Praia do Almoxarife e Ponta Delgada das Flores, que de acordo com a resposta a um requerimento meu, começaram ou iam começar a ser construídos em 1989 e concluiriam as respectivas obras em 1991? E o polivalente da Beira que foi interrompido e tem o ferro dos pilares a apodrecer? O que havemos de fazer? Rezar-lhes pela alma? Este plano diz-nos que sim! O Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social diz-nos que não, mas ... tem algumas dificuldades em explicar porquê. E sabem o que diz a proposta de alteração ao PMP? Recomendamos serenidade. O programa de certeza que não morre, vai aparecer em 1992 e como este é um ano de eleições, naturalmente vem cheio de forças, excede as melhores expectativas e para nossa surpresa atinge os valores previstos na programação inicial do PMP 89/92. Agora digo eu: De boas intenções está o inferno cheio! E de planos do PSD também!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José Carlos Simas).

(Risos e aplausos do PS)

O Orador: Mas voltemos às dificuldades do Senhor Secretário em nos explicar como pensa ultrapassar esta situação.

O Orçamento Geral do Estado contém, num dos seus anexos, o orçamento da Segu-

rança Social. Este por sua vez está subdividido por continente e regiões autónomas. Significa isto que a Segurança Social tem um orçamento próprio que é aprovado conjuntamente com o OGE e que se destina a cobrir as despesas com as prestações dos regimes, as despesas com administração e as despesas com a Acção Social. E, recorrendo precisamente a estas verbas orçamentadas para a Acção Social, que o Senhor Secretário segundo nos informou, pretende ou pretendia continuar as obras em alguns polivalentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estamos de acordo com a solução encontrada nem poderíamos mesmo estar, sob pena de trairmos os princípios que informam o nosso Sistema de Segurança Social.

A Acção Social assume entre nós um papel de relevância como factor de humanização do sistema de Segurança Social, pela adequação das respostas deste às situações concretas nos planos individual, familiar e comunitário. Ela visa a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e destina-se a assegurar uma protecção especial aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens deficientes e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica.

Eu abriria aqui um parentese, para referir que Portugal tem a taxa de pobreza mais elevada da CEE. A Comunidade considera pobre qualquer pessoa que não disponha de metade do rendimento médio por habitante do seu país. Em Portugal, os grupos mais expostos, com taxas de pobreza superiores a 150% da taxa nacional são as pessoas com mais de 64 anos que vivem sozinhas e os casais com mais de três filhos.

É óbvio que na nossa Região este problema se põe com maior acuidade abrangendo significativas faixas da população, para já não falar em cerca de 30 mil pensionistas açorianos que dado o baixo nível das pensões que recebem, se encontram entre os grupos mais expostos.

Não admira portanto, Srs. Deputados, que cada vez mais pessoas procurem os Serviços da Acção Social - a Assistência como ainda é vulgar dizer-se - na busca de solução para as mais variadas e graves situações de desajustamento social. Contudo o nível e qualidade das respostas, em nosso entender, não satisfazem. E, curiosamente, esta é uma das áreas onde o Governo tem plena liberdade de acção e não está preso ao espartilho nacional, podendo definir as políticas, prioridades e directrizes que bem entender, tendo

em vista a satisfação das necessidades básicas das pessoas e famílias mais carenciadas.

Em 1989 as diversas despesas com a Acção Social foram de 1.216 mil contos e destes só 109 mil ou seja 8.9% foram gastos na atribuição de subsídios de precariedade económica. A média destes subsídios foi de 5.790 \$ 00 ano o que é manifestamente pouco.

As disfunções são as mais variadas, vão desde os problemas habitacionais (dificuldade em pagar as rendas de casa) até aos problemas de insuficiência económica, passando por casos de desajustamento psicossocial. Mas vejamos ainda alguns outros exemplos:

- Foram atribuídos 351 subsídios a pessoas desempregadas, com dificuldades económicas e sem direito ao subsídio de desemprego regulamentar. A média destes subsídios foi de, pasmem, 4.180 \$ 00 por ano.

- Foram igualmente pagos 9.416 subsídios a pessoas doentes e incapacitadas que não reuniam as condições de atribuição das correspondentes prestações, sendo a média anual de cada subsídio de 4.800 \$ 00. Ora se considerarmos que estamos a falar do número de subsídios pagos e não do número de casos que deram origem ao pagamento; se considerarmos ainda que muitas destas situações se prolongam por muitos meses, é fácil verificar que os apoios concedidos são de miséria e não garantem um mínimo de dignidade aos homens e mulheres, açorianos como nós, que são protagonistas da infelicidade. Como representantes deste povo não podemos ficar insensíveis, não podemos perder a capacidade de indignação, não devemos ser conformistas face à dor e à carência daqueles que vivem situações de crise.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

E por tudo isto que nos opômos energeticamente ao desvio de verbas da acção social para financiamento do Plano de Investimentos da Região. Se o Senhor Secretário conseguir junto do Governo Central um reforço da verba para a Acção Social, o que sinceramente desejo, mas duvido, se o conseguir, dizia, já tem onde o aplicar. Eleja as prestações de Acção Social, nomeadamente os subsídios de precariedade económica concedidos pelos SASD's, como a prioridade das prioridades e evite que as pessoas estendam a mão à caridade.

Opômo-nos ainda por uma questão de justiça. O Plano de Investimentos da Região é financiado entre outras pelas receitas fiscais provenientes do pagamento de impostos pelos contribuintes do Estado. Acontece que

estes contribuintes para além dos impostos normais, ainda pagam mais um - as contribuições para a Segurança Social. Estes dinheiros devem ser aplicados exclusivamente na Segurança Social onde, como é fácil demonstrar há muito para fazer. Não faz sentido, e a concretizar-se seria uma flagrante infústa, o financiar-se despesas do Plano com o recurso às contribuições que incidem sobre os salários dos trabalhadores. Opômo-nos nós e opômo-se-ão certamente os contribuintes e beneficiários da Segurança Social.

Se o Governo quer construir polivalentes, e pensamos que o deve fazer, faça-o recorrendo ao Orçamento Regional.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fora aqui o discurso miserabilista do Sr. Deputado Fernando Fonte, eu estaria calado. Simplesmente...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Fernando Fonte).

O Orador: ... e não lhe ficava nada mal.

Simplesmente, a miséria é tanta que revolta.

De qualquer maneira, eu gostaria de chamar a atenção para quem nos ouve e para a comunicação social em geral que o Sr. Deputado Fernando Fonte disse que, nada se fez nesta Região com o Governo do Partido Social Democrata.

Olhe, meu amigo, basta só ler o que está neste panfleto que o Sr. Deputado tem.

Diz ainda que este Governo nada tem feito na área da Saúde.

Deputado Fernando Fonte (PS): É mentira, Sr. Deputado!

O Orador: Repare: em 1975 pessoal médico eram apenas 77; pessoal de enfermagem eram 162; pessoal de diagnóstico e terapêutica em 1983...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é o que consta!

O Orador: Não é o que consta sr. Deputado! São dados concretos. Em 1980 a taxa da mortalidade infantil era 29.3; em 1982, 26.9; em 1984, 21.4; em 1986, 18.8 e agora em 1988, 15.5%.

Deputado Albano Pimentel (PS): Papagaio!

O Orador: Olhe! Papagaio, mas elegante, que V. Exa. é um monstro.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha!

O Orador: Tenho vergonha na cara, por isso ando com ela destapada.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Carlos César).

O Orador: Como eu já disse, o Sr. Deputado tem e se não tem eu faculto-lhe, as acções desenvolvidas pelo Governo do Partido Social Democrata, ao longo destes 2 anos. E chamo-lhe a atenção para as diversas acções aqui contempladas, não só na área da construção de centros de saúde, como também na formação profissional da classe médica e paramédica etc., em creches e jardins de infância.

Recordo-lhe, por exemplo em termos de instalações, o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, o Centro de Saúde do Nordeste que é digno de se ver...

E por essas e por outras, por comportamentos desse estilo, (irresponsáveis) que o Povo dos Açores lhes dará o devido tratamento.

V. Exas. não sabem utilizar uma linguagem de responsabilidade e construtiva.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel, para fazer um protesto.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou protestar, calmamente, porque eu aprendi a ser educado em pequenino e se quisesse fazer comentários a respeito do Sr. Deputado José Carlos Simas, fá-lo-ia e teria até, muito sucesso.

Desejava só dizer que pela sua cabeça pode passar um destacamento de cavalaria, a cavalo, que não corre o risco de esbarrar em nenhuma ideia...

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ...e isso é muito mais importante do que, propriamente, aquilo que o Sr. Deputado tem para dizer.

Por outro lado eu desejava protestar pelos modos como o Sr. Deputado José Carlos Simas interferiu em relação a mim, o que não me preocupa nada pessoalmente, porque sempre assumi tudo o que sou. E o Sr. não assume as suas limitações, porque se assumisse estava aí calado!

Queria também perguntar ao Sr. Deputado Madruga da Costa, que já vi fazer aqui quatro ou cinco intervenções apelando à calma e algumas em relação a mim e à capacidade que nós devemos ter ao sermos tolerantes e - como dizia - queria apenas perguntar-lhe se não vai "chamar à pedra" (como fez con-

nosco) o seu colega de bancada que se portou muito mal, na minha opinião.

Era só.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho ouvido nesta Câmara, sistemáticos apelos para que se faça o debate sério das questões.

Eu considero que subi ali à Tribuna e coloquei uma série de questões numa forma bastante séria e não foi de uma forma arruaceira como o Sr. Deputado José Carlos Simas pretendeu vir demonstrar.

O Sr. Deputado mentiu quando afirmou que eu disse que não se fez nada.

O que eu disse e repito Sr. Deputado, é que ao longo de 5 anos, se tem vindo a prometer, sistematicamente, as mesmas obras que nunca chegam ao fim.

O que eu disse Sr. Deputado, é que já se gastou mais de meio milhão de contos para construir o Hospital de Ponta Delgada e ele ainda não está construído.

O que eu disse foi que já se gastou dinheiro em muitas coisas e que não estão feitas.

Eu não disse que o Governo não fez nada. Foi isto que eu disse.

Outra coisa: eu gostaria de ouvir o Sr. Deputado fazer alguns comentários já que é uma pessoa que - eu sei - dedica muita atenção às questões sociais, sobre umas coisas que eu disse aqui que considero muito sérias e que são os subsídios de miséria que se dão àquelas pessoas que andam com a mão estendida na rua.

Gostaria de convidar o Sr. Deputado a ir ali acima, àquela Tribuna, mas com uma intervenção preparada e, fundamentada e dar-nos a sua opinião sobre isto.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero pedir desculpa ao Sr. Deputado Albano Pimentel se acaso o ofendi (talvez fosse devido ao calor do debate).

Eu tenho-me por uma pessoa de bem, tenho-me por uma pessoa bem educada (pelo menos faço o possível) e esta questão do Parlamento, faz parte da dialéctica política, e por isso às vezes há algumas conversas mais azedas.

De qualquer modo, peço desculpa, se aca-

so ficou assim tão ofendido!

Quanto às questões que me põe o Sr. Deputado Fernando Fonte, quero dizer-lhe e assumo que, tenho preocupações sociais, reconheço-o com toda a clareza por isso é que estou nisto, porque se estivesse tudo bem, não estava. Quero o desenvolvimento, quero o desaparecimento das assimetrias possíveis.

Agora o que não posso aceitar, é o tom miserabilista, quase como que os desgraçados que é o Povo dos Açores e isso choca-me! É apenas isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve comentário.

Afirmava-se há pouco que foi preciso vir um técnico de Faro para administrar um hospital, talvez sim.

Foi preciso vir um técnico de Lisboa para debater o Plano e Orçamento, pelo Partido Socialista? Talvez sim.

Para os mesmos pressupostos: dois pesos, duas medidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Constata-se, efectivamente, que, a Casa do Povo da Beira está em acentuado estado de degradação, sobretudo ao nível das peças de estabilidade.

Tendo em vista que esta obra já começou há mais de 5 anos e que estava a ser executada com boa qualidade pergunto ao Sr. Secretário, para quando se prevê o reinício e finalmente, a conclusão da obra?

Outra pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Secretário tem a ver com o atendimento dos doentes na Ilha de S. Jorge.

Constata-se que em S. Jorge os doentes não têm sido reembolsados, atempadamente, das suas despesas com medicamentos.

Tudo leva a crer que é por falta de disponibilidade dos Centros de Saúde, ao nível de fundo de maneo.

A pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é se isso será ultrapassado no próximo ano?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, efectivamente, não domino, comple-

tamente, o Regimento desta Assembleia e não sei até que ponto é que são oportunas as perguntas do Sr. Deputado António Gomes, porque eu não fiz intervenção nenhuma. Ele está a questionar-me um pouco ao etéreo.

De qualquer modo eu posso responder.

Presidente: Sr. Secretário, o Regimento é claro sobre esta matéria.

Nós estamos em discussão, na generalidade e na especialidade, em três documentos que foram presentes pelo Governo Regional a esta Câmara.

Os Srs. Deputados têm feito as apreciações de ordem política e de ordem técnica que entendem.

O Sr. Secretário Regional não está, obviamente, obrigado a responder, uma vez que não lhe foi feita pergunta nenhuma, directamente.

Como se tratam de assuntos que recaem sobre a sua área de acção governativa e como o Sr. Secretário já se increveu para usar da palavra, poderá - na minha opinião responder a estas questões aqui suscitadas quando fizer a sua intervenção, ou se quiser fazer uma intervenção agora, dentro do tempo regimental atribuído ao Governo, sobre estas matérias ou outras, tem a palavra.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente:

Eu então prefiro responder às questões, aquando da minha intervenção.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Eu pedia aos representantes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que façamos uma pequena reunião na Sala de reuniões da Mesa da Assembleia.

(Eram 17,05 horas)

Presidente: Peço a vossa atenção para o reinício dos trabalhos.

(Eram 17,40 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A Região Autónoma dos Açores tem sido um alfobre de manifestações em todas as áreas culturais.

E assim tinha de ser e tem de continuar a ser. É notório que escritores Açorianos desde sempre têm marcado um espaço literário e cultural de âmbito Nacional e até de amplitude universalista.

Citamos o caso de Antero de Quental e de Vitorino Nemésio hoje conhecidos e conti-

nuados a ser estudados dentro e fora da nossa Região e até nos centros estrangeiros de maior expressão cultural.

Na Imprensa Açoriana bem como noutros órgãos de comunicação social tem-se feito eco de outros escritores nados e criados nestas Ilhas que por mérito próprio tem sido destacados como marcos fundamentais da nossa cultura a nível regional e nacional. Citá-los neste momento tornar-se-á até fastidioso. São muitos já os nossos escritores vivos.

Serão porventura ainda mais aqueles que libertaram desta vida mas cujas obras muitos de nós ainda lembramos e temos presente em espírito. O mesmo diríamos em relação a outras áreas da cultura Açoriana, nomeadamente a música, a pintura, a escultura, para só referir estas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

O Povo dos Açores talvez pela sua condição geo-humana, vivendo em Ilhas situadas entre o velho e o novo mundo, no meio do Atlântico, adquiriram uma identidade própria, uma maneira de ser, de sentir e viver muito características que o definem numa forma peculiar mas bastante personalizada.

O Povo Açoriano é e sempre foi um Povo com personalidade própria.

O Povo Açoriano sempre foi e quer continuar a ser o protagonista do seu próprio desenvolvimento cultural.

Desenvolvimento cultural dentro de cada Ilha e de Ilha para Ilha nas suas múltiplas semelhanças e até diversidades.

Desenvolvimento cultural de comunidade para comunidade numa ligação que nos permita defender e promover a nossa personalidade autonómica própria dentro do país e em relação ao exterior.

O Povo Açoriano deve ser um todo cultural nas suas afinidades e nas suas diferenças perante o país e perante o Mundo que ajudaram a descobrir e construir na paragens da emigração ou nas esteiras da suas diáspora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

São já muitas e diversas as instituições ao serviço da cultura nestas Ilhas graças ao regime autonómico em que vivemos e à mudança operada com o 25 de Abril.

Entretanto é regra da vida e do próprio ser humano evoluir, ansear progresso e promoção contínua.

Porque na vida humana assim é, de facto, satisfeitas as necessidades imediatas, surgem de imediato outras.

A vida humana é mais uma caminhada progressiva e constante.

Daí que o desenvolvimento cultural é o vector de todo o progresso humano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Até aqui generalizei alguns conceitos referentes e extensivos a toda a Região Autónoma dos Açores.

Passo agora de seguida a particularizá-los, e a incidí-los na área onde vivo - Ilha de São Miguel.

Quer queiramos quer não e creio que ninguém poderá contestar este facto: é a Ilha de São Miguel que constitui o maior aglomerado social da Região Autónoma dos Açores o que só a enriquece em todo o seu conjunto.

Nesta Ilha já muito se tem feito em infra-estruturas de apoio à cultura em geral.

Muito mais, na verdade ainda falta fazer nos seis Concelhos em que a Ilha está administrativamente dividida.

A Igreja do Colégio continua a degradar-se, entretanto a sua lavoura em basalto continua uma das mais preciosas joias artísticas dos Açores e do País.

Repito:

Jóia artística esmeradamente trabalhada pelas mãos dos artistas, filhos do Povo Micaelense.

Este monumento continua a estar na ordem das prioridades arquitectónicas, a atender por quem de direito nos Açores.

O mesmo direi ainda com referência a Ponta Delgada nomeadamente o Palácio Ernesto do Canto, que serviu de sede a D. Pedro IV e está historicamente ligado ao Liberalismo Nacional e ao enorme esforço e contributo do Povo Açoriano à luta pela Liberdade Portuguesa, quando então a Nação estava subjugada ao absolutismo ditatorial.

Torna-se também prioritário estudar o caso do Castelo de São Braz, erguido a custosas expensas e ao esforço por vezes doloroso do Povo da minha Terra.

Há ainda que atender com urgência à situação arquitectónica de certos conjuntos habitacionais que caracterizam e enriquecem Ponta Delgada, a maior urbe dos Açores.

Há pois que preservar com urgência o património de Ponta Delgada.

A Vila da Lagoa - Vila industrial e que devia pretender continuar a sê-lo cada vez mais mas de uma forma racional e correcta e não de qualquer maneira - também tem património arquitectónico a preservar porque faz parte da História do Concelho.

Refiro-me concretamente à Igreja dos

Frades, dum modo especial à sua talha que é das mais ricas e que corre o risco eminente de perder-se, o que seria deplorável.

Ainda se está a tempo de resolver este problema que é de vital importância para a Lagoa, com as verbas não desagregadas do Plano.

Também não posso deixar de referir aqui o estado degradante em que se encontra a casa dos Capitães Donatários da Freguesia de Água de Pau - Freguesia, Vila de Água de Pau.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Não tive a pretensão de esgotar o assunto no que se refere ao Património Arquitectónico Micaelense.

Citei apenas alguns casos que servem como exemplo e que urgem ser atendidos com urgência.

Entretanto voltemos a outros aspectos que fazem parte da cultura básica do nosso Povo.

A cultura é a matriz que identifica a criatividade própria do ser humano.

Por conseguinte um povo sem cultura é um povo sem história.

No domínio musical - já ouvi dizer que a música é a alma das artes - torna-se necessário continuar a incentivar e preservar as Bandas de Música e as suas respectivas escolas como aliás se tem feito.

E que as Bandas de Música são os Conservatórios musicais do povo.

Do mesmo modo urge que se continue a promover o Folclore Açoriano.

O Folclore tal como a palavra significa - está ligado etnograficamente às nossas raízes culturais.

Nesta área urge manter o que já se conseguiu e se possível melhorar de forma extensiva toda a nossa cultura folclórica.

E que, Sr. Presidente e Srs. Deputados o Povo Açoriano para além de ouvir debates políticos também sabe bailar e cantar ao som das violas da terra, dos bandolins e rebecas.

Um povo que não canta é um povo triste.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Nos últimos tempos temos assistido a certas manifestações culturais vindas de fora da Região para dentro da Região.

Verifica-se ao fim e ao cabo que somos receptores passivos da cultura alheia que quase nos é imposta.

Cultura estranha para o nosso povo que fica alheio à mesma.

Segundo consta até é voz corrente que alguns artistas estranhos à Região nos visitam para se exhibir mas só exibem quando auferem grossos cachets.

Não seria mais pertinente investirmos o nosso dinheiro prioritariamente na promoção dos nossos artistas?

A condição essencial da cultura é não ser estática, passiva, amorfa.

A cultura é vida em desenvolvimento constante, para recebermos cultura diferente da nossa é preciso que também ofereçamos a nossa própria cultura, nomeadamente intercâmbios, que resulta como estímulo para os participantes.

Porque cultura é a permuta de conhecimentos, de manifestações, de arte e até do próprio saber entre comunidade e povos diferentes.

Em suma:

Cultura é receber e dar.

Cultura é comunicação.

Cultura não é um estado apenas passivo e receptivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de terminar direi que cultura, mais do que qualquer discurso, é o mais sólido vector do desenvolvimento integral que o Povo desta Região Autónoma dos Açores pretende e deseja.

As linhas de actuação do Plano apontam para algumas das preocupações aqui expressas e talvez a sua grande maioria foram levadas em conta, dentro dos princípios e objectivos fundamentais do Plano de Médio Prazo vigente.

Salvaguardando que algumas reformulações financeiras na estrutura do Plano tiveram de ser introduzidas, não posso nem devo deixar de pugnar pelo bem social, cultural e económico do Povo que confiou em nós.

Reconhecendo que o Governo foi corajoso, enveredando por uma política realista e de opções, não posso deixar de repetir o que já foi dito: desafio o Governo a pôr à prova perante o eleitorado e a população dos Açores - que justamente aspira por mais progresso a sua capacidade de execução.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu começarei por prestar um esclarecimento à Câmara relativamente ao Orçamento de Despesas Correntes do Gabinete do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Devo dizer que estas despesas, incluem as despesas com pessoal do Gabinete do Secretário Regional propriamente dito, incluem as despesas com o Gabinete de Realização e Gestão Financeira que aglutina todos os Serviços Administrativos da Secretária Regional da Habitação e Obras Públicas e nele também estão integradas, as despesas com o Gabinete de estudos e Planeamento e com o Gabinete Jurídico.

Depois, nestas despesas ainda, estão incluídas todas as despesas correntes com os serviços que a Secretaria tem espalhados por cada ilha.

Eu citarei apenas os valores para o Gabinete do Secretário que são 185 mil contos que estão previstos este ano. Para os serviços em Santa Maria, 78 mil; para os serviços na Terceira, 230 mil; para os serviços na Graciosa, 60 mil; para os serviços em S. Jorge, 50 mil; para os serviços no Pico, 151 mil; para os serviços no Faial 134 mil e para os serviços nas Flores e no Corvo, 62 mil contos;

Esta repartição, devo dizer que, está feita desta forma, devido ao reagrupamento que foi preciso fazer, depois da orgânica deste IV Governo.

A aprovação da orgânica da Secretaria vai permitir que no próximo ano, as despesas correntes do Gabinete do Secretário estejam desagregadas de forma diferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tocaram as campanhas, anunciou-se com pompa o acontecimento da semana.

Ia ser finalmente sentenciado o atribulado Plano, que fez reboliço por tudo quanto é sítio, inquietou tudo e todos, fez mexer os pacatos dos pacatos e pôs a nú as contradições de quantos permanentemente se contradizem.

Já lá vai tempo que em coro, uns quantos cantavam loas à quebra das despesas, ao arrocho da barriga para que os passos fossem frágeis e medrosos em vez dos passos firmes e saudáveis, rijos como a tempra de quem resiste como resistem os salgueiros à maresia.

Quando em voz alta se pedia que por Deus e pela verdade dissessem como quebrar, ou com que corda apertar, todos a encolhiam apontando os miolinhas deixados no trilho trilhado pelo Orçamento.

Sem remédio à vista e pr'a doença prevenir, houve que cortar a raiz para a árvore poder florir.

Tocou a todos o esforço e depois do trabalho feito... ai mau Deus que lá vou eu... porque é sempre doloroso deixar de ter o que se tem...

Mas mesmo com todos os fundamentos pode lá pensar-se que anestesiados pelo corte demos agora em resignados?

Longe da porta tamanho pecado, pois a isso, mais vale transportar o fardo da vontade de ir sempre mais além, na busca incessante de mais e melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É neste quadro de querer mais e melhor, porque nisso reside a vontade firme de vencer, que hoje aqui se trava este debate parlamentar.

A proposta do Plano em análise corre o risco de não agradar nem a gregos nem a troianos, cada qual buscando para a sua causa as razões que em certos casos ultrapassam a própria razão.

Eu próprio não estou satisfeito com o Plano porque as necessidades que o desenvolvimento gera são grandes, o dinheiro tem, mesmo para o Estado, custos muito elevados, e a capacidade de executar é supravisória relativamente aos meios financeiros disponíveis.

Mas, com dificuldade temos de reconhecer que o Plano em presença contém metas suficientemente, mobilizadoras e nas quais vale a pena apostar.

Os fluxos financeiros que o Orçamento vai gerar certamente permitirão garantir, de forma equilibrada, o crescimento da procura, ao mesmo tempo que o Plano será um forte contributo para a actividade empresarial privada nas suas diversas vertentes impulsionada pelo impacto positivo que nela terá, designadamente, o desenvolvimento da construção civil.

Os empresários terão de aproveitar as oportunidades que o Plano vai gerar de modo a que eles beneficiem da sua execução e indirectamente contribuam para que a sociedade em geral também dele beneficie.

O investimento é necessariamente reprodutivo, economicamente e socialmente, cujo efeito depende do comportamento dos agentes sociais encarregues de o absorver e rentabilizar.

O Estado é inegavelmente um agente dinamizador e mobilizador da sociedade nos seus múltiplos factores, mas não se substitui, nem deve aos cidadãos, nas tarefas que estes têm de assumir como principais agentes da modernização e do desenvolvimento.

Modernização e desenvolvimento que se quer equilibrado e solidário contribuindo cada

parcela com o que é capaz de gerar para benefício do todo, mediante uma gestão responsável dos recursos naturais, da protecção do meio ambiente e sobretudo mediante a utilização racional do território.

Esta preocupação traduz-se no objectivo que o IV Governo traçou quanto à política de Ordenamento do Território que será substanciada no Plano Regional e Ordenamento do Território dos Açores em elaboração, como expressão espacial da política de desenvolvimento da Região, assegurando o enquadramento das infraestruturas, dos equipamentos e do desenvolvimento urbano no espaço regional.

O Plano de Ordenamento terá em conta a capacidade e o uso dos solos bem como a sua afectação e construção; as potencialidades e o uso dos recursos hídricos e energéticos e a gestão e áreas classificadas, enquadrando também os planos municipais de ordenamento do território, fornecendo uma base de dados gerais, comum a todos eles.

A qualidade de vida não pode ser algo abstracto; um objectivo vago e despido de conteúdo. Tem de ser e é já uma realidade vivida na preservação do nosso habitat e na promoção e apoio das condições de habitação.

A aposta por nós feita na recuperação do parque habitacional da Região tem sido um êxito e em 1990 o Governo investiu já 500 mil contos distribuídos pelas nove ilhas da Região. Se em média for atribuído a cada agregado familiar 500 contos por habitação significa isto que em 1990 já beneficiaram deste apoio cerca de 1000 famílias.

Mas não tendo menos êxito o Programa de Apoio à construção e aquisição de casa própria.

A política do Governo nesta área permitiu conter a subida dos preços, estabilizando o mercado da habitação e promovendo a recuperação de moradias desabitadas e disponíveis para venda.

Em 1990 já despachei 29 processos para a Lagoa; 13 processos para Nordeste; 253 para Ponta Delgada; 15 para a Povoação; 106 para a Ribeira Grande; 62 para Vila Franca do Campo; 3 para Vila do Porto; 233 para Angra do Heroísmo; 100 para a Praia da Vitória; 23 para Santa Cruz da Graciosa; 32 para a Calheta de S. Jorge; 54 para as Velas; 11 para as Lajes do Pico; 5 para a Madalena; 2 para São Roque, 10 para Santa Cruz e 20 para a Horta, num montante de cerca de 1,1 milhões de contos. A par disto desenvolve-se o Programa de Apoio às Cooperativas de Habitação e o Programa de Construção a custos controlados.

Como se sabe o Governo dispõe, quanto à política de habitação, já de legislação aprovada por esta Assembleia e que será executada a partir de 1991.

A SRHOP prepara neste momento o que se pode chamar o Plano para a habitação, onde constará a previsão de lotes a disponibilizar pela Região e a lançar no mercado, a custos por m² e o preço de venda, bem como o esforço financeiro da Região e o consequente investimento privado que isso originará.

O objectivo da Secretaria é lançar, em 91 e 92, só através do programa de construção a custos controlados cerca de 500 a 550 fogos o que corresponderá a um investimento global, isto é, público e privado, na ordem do 3,8 a 4 milhões de contos.

O esforço que o Governo faz no desenvolvimento da política de habitação é digno de registo.

Outra opção tomada pelo Governo e com resultados políticos, pese embora o muito que ainda há a fazer nesta área, refere-se ao realojamento das famílias, economicamente, incapazes de só por si e mediante o recurso aos programas de apoio em vigor, resolverem o seu problema habitacional.

Geralmente, a tendência era para juntar mal sobre mal, agregando as ditas famílias carenciadas numa única zona urbana criando um gueto com todo o rosário das consequências daí advenientes.

A política neste caso, passa pela inserção destas Famílias na malha urbana existente para que se reproduza bons hábitos de vivência quotidiana através do exemplo alheio e daí se crie um melhor e mais saudável nível cultural.

Podemos considerar que a política de habitação é arrojada e que às medidas de apoio do Governo têm respondido satisfatoriamente os interessados a quem aquele programa se dirige.

O Governo aposta na poupança para a habitação e vai incentivar este objectivo através do apoio supletivo previsto na legislação em vigor.

Estamos fomentando o investimento numa área de grande repercussão social e como corolário do que acabo de explanar direi que os objectivos impostos no início deste mandato cumpriram-se porque:

- Alteraram-se as condições de acesso aos apoios à habitação;
- Aprovou-se o novo quadro legal dos apoios à habitação;
- Simplificou-se a forma processual;
- Os candidatos aproveitaram os meios disponíveis.

Com isto não queremos dizer que estamos satisfeitos e contentes! Não! Eu quero mais e vamos, certamente, conseguir mais...

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ter hoje boas vias de comunicação é uma exigência dos cidadãos e uma necessidade dos agentes económicos. E um factor que constitui positivamente para o nosso desenvolvimento e é uma necessidade tanto dos continentes como das ilhas cujo investimento comporta em si custos elevados.

A Região vai dispôr, no decurso da execução do Plano de 1991/92, de uma boa malha de estradas regionais.

Em Santa Maria vão ser corrigidos e pavimentados 18.7 km de estrada cujas obras ascendem a 644 mil contos.

Os processos respeitantes a Santa Maria estão concluídos e prontos para adjudicação.

Durante 1991 vão ser executadas grandes reparações nas estradas regionais de Flores e Corvo numa extensão de 6 km e 2 km respectivamente num total de 30 mil contos.

As estradas das Flores, depois das obras do porto e do aeroporto, vão necessitar de uma grande intervenção já que o desgaste a que estão sujeitas ultrapassa em muito a sua capacidade.

No Corvo, a estrada de acesso à Caldeira será executada na altura em que decorrerem as obras do porto daquela Ilha, aproveitando o empreiteiro em obra.

Vão prosseguir as obras de grande reparação das Estradas Regionais do Pico, numa extensão de 40 km, cujo investimento a executar por administração directa ascenderia a 115 mil contos, sem contar com os materiais que a própria Secretaria vai atribuir. Além disso serão executados vários muros de suporte com um volume de 1.200 m³.

Na Ilha do Faial vamos efectuar grandes reparações em 10 km de estrada cuja obra, por administração directa, ascenderia a 53 mil contos.

Estão em execução o alargamento, correcção e pavimentação da Estrada Regional 2-2^a e da Rua Consul Dabney cujas obras ascendem respectivamente a 157 mil contos e 57 mil contos.

Vamos iniciar em 1991 os trabalhos preparatórios para a elaboração do projecto da nova estrada do litoral, variante à actual ligação ao aeroporto. E um projecto que vamos iniciar de modo a entrarmos em obra no Plano 93/97.

Na Terceira em 91 vamos concluir a circular de Angra do Heroísmo numa extensão de 4,2 km, obra que ascenderá a cerca de 400 mil contos.

Está em curso a 3^a fase da via rápida Angra/Praia numa extensão de 6 km incluindo o ramal de acesso ao aeroporto.

O valor de adjudicação desta obra foi de 300 mil contos.

Este projecto vai prosseguir com a construção do 4^o e último troço que fará a ligação ao Porto da Praia da Vitória.

O projecto desta fase está em elaboração, e durante 1991 serão efectuadas as expropriações necessárias à obra em questão bem como o concurso para a respectiva adjudicação.

O custo estimado desta última fase é de 200 mil contos.

Foram já adjudicados os projectos de pavimentação de 40 km de estrada compreendendo os troços de ligação Angra do Heroísmo/Praia da Vitória e Angra do Heroísmo/-/Biscoitos num valor que ascende a 511 mil contos.

A Terceira é a Ilha que dispõe do melhor parque de equipamento de obras públicas, mas não tem sido, quanto a mim, dele tirado o melhor proveito.

A reestruturação em curso dos serviços vai permitir desenvolver um conjunto de obras na rede viária da Terceira por administração directa, e utilizando, por isso, os meios disponíveis em equipamento e meios humanos que dispomos na Ilha Terceira.

Na Graciosa foram já adjudicadas obras de pavimentação de 20 km de estrada num valor de 344 mil contos.

Relativamente à Ilha de São Jorge está previsto um conjunto de obras importantes que vão dotar esta Ilha de uma malha viária capaz de a colocar ao nível das demais ilhas da Região.

Está adjudicada por 309 mil contos a variante Urzelina/Manadas numa extensão de 4 km.

Vão ser adjudicadas obras de pavimentação de 56 km de estrada num valor de cerca de 600 mil contos, o que ascenderá a um investimento global de cerca de 1 milhão de contos.

Em São Miguel há também um conjunto de obras a decorrer e outras a iniciar na vigência deste Plano que vão da qualidade ao modus vivendis de uma complicada área urbana como é a área de Ponta Delgada.

Está em fase de conclusão a obra de ampliação da Avenida Marginal de Ponta Delgada. Decorrem as obras de construção da estrada denominada de saída leste e que ligará a Avenida Marginal ao lugar da Manguinha na estrada da Ribeira Grande, cuja obra ascende a 1,3 milhões de contos e numa exten-

são de 5,5 km.

Decorrem as obras de correcção e pavimentação da estrada entre Vila Franca/Furnas com um preço de adjudicação de 297 mil contos.

Está já adjudicada a correcção e pavimentação da estrada entre Vigia das Feteiras e Vista do Rei, numa extensão de 8 km e pelo valor base de 268 mil contos.

Encontra-se para adjudicação a pavimentação do troço da Estrada Regional entre a Ribeira Grande e o Pico da Barrosa, numa extensão de 12 km cuja proposta aponta para um preço base de 298 mil contos.

Decorrem entretanto os trabalhos de projecto referente à 2ª circular de Ponta Delgada que fará as ligações do futuro Hospital e à Aerogare de Ponta Delgada, também em fase de projecto.

Esta obra é para ter execução material no Plano de 93/97.

Além destas empreitadas, decorrem vários trabalhos por administração directa, destacando entre eles, as obras referentes à 1ª circular de Ponta Delgada; o troço entre o Pisão e a freguesia de Agua de Pau, a pavimentação da Avenida Príncipe de Mónaco; a Estrada Regional 1-1ª troço entre Despeite-que-suas e Nordeste.

Iremos ainda iniciar em 1991 as obras de pavimentação de 4 km do troço de estrada entre Rabo de Peixe e Ribeira Seca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apesar das reduções orçamentais de que foi objecto o Programa relativo às Estradas, forçado a uma dotação de 4,4 milhões de contos contra as necessidades previstas de 5,5 milhões de contos, vamo-nos esforçar de modo a gerir criteriosamente os recursos disponíveis, executando o máximo que se puder, de modo a darmos o passo qualitativo desejado e justo na rede de estradas regionais.

Outras obras que constituem objectivo prioritário e opção política do IV Governo estão em curso ou vão ser lançadas no decurso do Plano 91/92, eu destaco algumas delas, por serem obras significativas.

As obras do Porto e da ampliação do Aeroporto das Flores prosseguem dentro dos parâmetros previstos para a sua execução.

Foi posto a concurso o projecto de ordenamento do Porto da Madalena e está em fase de execução o estudo do ordenamento do Porto de São Roque do Pico.

A Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas através do seu Centro Técnico e do projectista da obra vai instalar equipamento de observação do comportamento da cabeça do muro cortina e do muro cais do

Porto de São Roque.

A única coisa que se deve e pode fazer é seguir e avaliar o comportamento daquelas zonas do porto de modo a retirar os conhecimentos que permitam tomar, quando for caso disso, as medidas adequadas.

Vão ser lançadas a concurso em 1991 as obras de consolidação do molhe e substituições do piso do cais e o aumento da rampa de varagem, bem como, o parque de contentores do Porto da Horta.

Decorrem os trabalhos referentes ao ordenamento do Porto da Praia da Vitória e foi já autorizado o lançamento a concurso para execução da zona de Pescas do Porto da Praia da Vitória.

O anúncio seguirá para o jornal das comunidades durante o mês de Dezembro e o concurso durará 90 dias a contar da data da sua publicação o que significa, que a data limite para entrega dos projectos será fim de Março de 1991. A Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas necessita de 45 dias para a sua análise e decisão por parte do Governo apontando-se a sua adjudicação para meados de 1991 entre o mês de Junho/Julho deste ano.

A ampliação do cais-8 e a pavimentação do Porto de Ponta Delgada está adiantada relativamente ao programa inicial.

Quanto à localização do Porto de Pesca de São Miguel, o Governo aguarda a conclusão do estudo e impacto ambiental, cuja conclusão se prevê para o fim de Dezembro. Durante 1991 decorrerá a fase de projecto e lançamento a concurso.

E reconhecido por todos que no programa de Instalações Escolares não se atingiu os objectivos desejáveis mas é justo salientar o esforço feito para dotar a Universidade dos Açores com instalações condignas.

Estão concluídos dois edifícios no campus de Ponta Delgada cujo investimento ascende a 400 mil contos, o que vai permitir abandonar as instalações abarracadas onde estavam instalados os Departamentos de Ciências da Educação, Ciências Sociais, História e Matemática.

O projecto do novo edifício das Ciências Humanas com um valor de aproximadamente 600 mil contos será posto a concurso em 1991. Esperamos igualmente iniciar as obras de recuperação do edifício principal da Universidade destruído pelo fatídico incêndio de 12 de Junho.

Foram entretanto efectuadas obras de manutenção do campus da Terceira e procede-se à negociação dos terrenos para as novas instalações.

Estão decretadas as medidas preventivas para a área das futuras instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas da Horta e acertado que está o Programa base, vai proceder-se às consultas para a execução do Projecto.

Outro projecto de grande alcance e que merece referência, é o novo Hospital de Ponta Delgada. E diria ao Sr. Deputado Fernando Fonte, que não está presente na Sala, que os 500 mil contos gastos já no projecto do Hospital de Ponta Delgada é o sinal de que a obra está em marcha e seria bom que quando se fala destas coisas tivéssemos presente que um projecto começa na altura em que se decide elaborar esse mesmo projecto, em que se decide adquirir os terrenos, em que se decide pô-lo em execução.

Portanto é de admirar que o Sr. Deputado faça a interrogação que fez neste Plenário, dizendo que afinal já estão gastos, como se estes gastos tivessem sido por magia ou então como que se o Hospital de Ponta Delgada tivesse que ser construído por uns cintos ou suspensórios numa área qualquer daquela cidade.

Deputado Carlos César (PS): Vai ser subterrâneo.

O Orador: é, talvez o Sr. Deputado precise de um. Mas ele vai ser instalado bem à vista que é para que o Sr. Deputado veja e todos vejam e o Sr. também o possa utilizar.

A Comissão de Análise tem acompanhado os trabalhos do ante-projecto feito pela empresa eleita 1ª classificada em Dezembro passado e espero poder ter o processo concluído em Dezembro próximo para que o Governo fique habilitado a tomar a decisão final sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois desta exposição bem se pode perguntar se estou satisfeito e se me basta o que estamos executando e o que se prevê executar. É óbvio que eu respondo que não estou satisfeito, mas essa insatisfação é motivo para aprofundar a cooperação entre o Governo e os diversos agentes da nossa sociedade, de modo a melhor aproveitar e rentabilizar os meios que resultarão deste Plano.

Esta Região precisa deretomar a confiança em si própria. É necessário o esforço de todos nós. É necessário que os açorianos olhem para si mais do que para os outros e façam o que ninguém fará por eles. Da minha parte darei o contributo que nesta área me é exigido.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

A minha pergunta era se o Sr. Secretário tem presente qual a taxa de execução para além dos números indicados no Relatório de Execução referente ao 1º semestre, o mais aproximado possível, até ao final do 3º trimestre. E faço essa pergunta, porque ao analisar os elementos constantes do Relatório de Execução referente ao 1º semestre, verifico que o Programa 17 - "Apoio à Habitação" e até mesmo a taxa de execução é de apenas 23.5%.

Em relação ao Programa de Habitação, um programa bastante carenciado e que necessita de grandes apoios, tem apenas uma taxa de execução de 19.5%.

Posso ainda referir (para dar mais alguns elementos) que, as taxas de execução referentes ao ano anterior, só atingiram no sector da habitação, 73.25% e adoptando o mesmo tipo de comparações que têm sido feitas para análise deste Plano e Orçamento e em relação ao PMP, posso referir que a taxa de execução foi apenas de 75.8%.

Se formos ainda ao Programa 18 referente ao Ordenamento Urbanístico", a taxa de execução nesse mesmo 1º semestre é de apenas 3.98%, o que é ainda inferior à taxa de execução desse mesmo programa e em igual período de 1989.

Penso que estes indicadores que aqui apresentei são preocupantes e gostaria de saber se tem presente qual é a taxa de execução no sector de Habitação e Urbanismo?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

Queria colocar-lhe duas questões que têm, directamente, a ver com a rede viária da Ilha de Santa Maria.

Como é do seu conhecimento, a Rede Viária Municipal de Vila do Porto tem uma extensão aproximada de 200 km.

A rede viária do Concelho de Vila do Porto a cargo da Região, anda à volta dos 37 km, mais ou menos.

Foi já, por várias vezes anunciada a pre-

tensão do Município de Vila do Porto, de transferir parte da rede viária, para a alçada da Região, como forma de garantir uma melhoria dessa rede, já que as verbas de que o município dispõe se destinam, segundo o próprio município, a acudir questões mais imediatas, como sejam, o saneamento básico e a rede de distribuição de águas.

A questão que lhe deixava é basicamente esta:

Qual é o entendimento da Secretaria de Habitação e Obras Públicas em relação a esta questão e atendendo aos argumentos que foram aqui aduzidos?

Uma outra questão prende-se com duas informações que eu colhi aqui, do Relatório de Execução do 1º semestre de 1990 e do anexo ao Plano para 1991.

O Relatório de Execução do 1º Semestre de 1990, na página 132, no Programa 32, refere "Santa Maria, estrada regional 2ª, obra concluída".

O Plano para 1991, página 60 do anexo, na desagregação espacial da programação diz no sector de transportes e comunicações, Programa 32: "pavimentação de troços da Estrada Regional 2/2ª e 3/2ª".

A questão que lhe ponho é a seguinte:

A estrada 2/2ª está, de facto, pronta ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejaria fazer uma pergunta para obter mais algum esclarecimento, relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional e que tem a ver com o prolongamento da pista do Aeroporto das Flores.

A sensação que, localmente, existe é que as obras que têm a ver com o prolongamento da pista, mas que não são, propriamente, o prolongamento da pista, ou seja, a estrada que tem que ser construída para garantir o acesso à Vila e as habitações que têm também que ser construídas para permitir o desalojamento daquelas que se encontram no topo da pista e que permitiriam depois a ampliação, se encontram numa fase ainda bastante atrasada.

Enquanto, obviamente, não estiverem feitas essas casas, não haverá portanto, a possibilidade de avançar a pista.

Desejaria portanto, mais algum esclarecimento nessa matéria, da parte do Sr. Secretário, sobre se esse atraso que, aparentemente, existe é efectivamente aparente ou se

na eventualidade de existir atraso, se se crê que ele poderá vir a ser, rapidamente, recuperado e que isso não vem pôr em causa o cumprimento de prazos, relativamente ao andamento normal da obra e à necessidade desse prolongamento da pista que, como é sabido, há muitos anos que é reivindicado e que é considerado duma importância transcendente para a melhoria da operacionalidade dessa pista que será sempre uma pista um tanto complicada. De qualquer maneira virá a ficar, substancialmente melhorada, na sua operação, particularmente, tendo em conta que, no futuro, nela apenas virão a operar, dentro de pouco tempo, os aviões ATP que em pistas pequenas têm alguma limitação, em termos da quantidade de passageiros a transportar e de carga também a transportar.

Era portanto, este esclarecimento que desejava da parte do Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

Eu vi aqui no Relatório de Execução do 1º semestre que me foi entregue hoje, relativamente, ao Programa 19, que a obra do Palacete de Santa'Ana concluída, pertencendo à rubrica "Instalação de Serviços Públicos Regionais".

Ora, as obras de restauro do Palacete de Santa Ana começaram para nele ser instalado um lar de estudantes.

Posteriormente, num Relatório de Execução, veio que o Palacete de Santa'Ana tinha sido entregue à Santa Casa da Misericórdia e agora vem para a instalação de serviços públicos regionais.

Eu gostaria de saber, realmente, a que fim se destina o Palacete de Santa'Ana na Horta?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas:

Aquando da estadia do Governo no Corvo durante o mês de Junho presumo eu, em que o Sr. Secretário não esteve presente, foi perguntado se a construção do Porto do Corvo começava em 1990 ou 91. E 1990 já ia de algum modo adiantado, e devido às condições de tempo daquela zona foi-nos dito que seria em 1991 e que seria feito exactamente isso que disse na sua intervenção, ou seja, a em-

presa que fizesse as obras de ampliação do Porto, faria também outras obras de vulto necessárias na Ilha do Corvo.

A posteriori no Plano e Orçamento para 1991, não aparece nenhuma verba inscrita para o porto. Os 40 mil contos do ano passado desapareceram.

Mas também foi lido aqui nesta Casa, uma resposta a um requerimento do Sr. Deputado Paulo Valadão, em que se diz que as obras do Porto do Corvo começarão com alguns pré-fabricados feitos na Ilha das Flores e que depois começarão a ser colocados no Corvo, ou melhor, vão iniciar-se a partir de Julho de 91.

Quer dizer isto Sr. Secretário, que as obras do Porto do Corvo e os 6 km de acesso ao Caldeirão, na Ilha do Corvo, terão lugar no próximo ano de 1991?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Após a intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, não podemos deixar de pôr aqui alguns aspectos para reflexão, relativamente a algumas questões.

O Sr. Secretário deu ênfase, no que respeita à Ilha Terceira, às fases da célebre via rápida Angra/Praia que estavam em fase ou de adjudicação ou de avanço técnico, para breve implementação.

O que vou referir não quer, directamente, dizer que é da responsabilidade de V. Exa. como titular desta pasta, mas o que a Assembleia Regional dos Açores, não pode deixar de ter presente é que, ao anunciar-se esses eventuais avanços, num projecto tão importante para aquela ilha, se fique com a ideia de que se trata na verdade, de decisões oportunas e, temporalmente, vem inseridas e que possam brigar com outras que o Sr. Secretário aqui referiu.

Esta Assembleia não se pode esquecer que este projecto a que estou a fazer referência faz parte, infelizmente, do rol dos tais projectos esquecidos, dos tais projectos que têm tido uma má execução ao longo dos anos, dos tais projectos que, ao longo desta década definiram a incapacidade do Governo Regional em fazer executar aquilo que, anualmente, fazia aprovar pela sua maioria nesta Assembleia.

Daí que, obviamente, tudo tem o seu dia.

Nós também vamos ter o nosso e é óbvio que projectos dessa natureza acabem (as suas

fases) por ocorrer.

Já se passaram 10 anos e estamos certos que, pelas afirmações do Sr. Secretário, dentro de poucos anos, aquele projecto terá o seu fim, mesmo que nessa altura se tenha que começar a projectar a repavimentação da parte do projecto que já foi inaugurada há 4 anos, para que depois tenhamos a possibilidade de ter uma inauguração definitiva do conjunto da obra.

Isto vem a respeito do facto de ser do conhecimento de todos nós que, se há ilha neste momento, cujas carências (na parte dessas infraestruturas rodoviárias) têm vindo a ser, sistematicamente, levantadas nesta Câmara e, inclusivamente, chegou-se ao pormenor de propor a este Governo que avançasse por um plano de emergência, (eu já não sei bem a designação) um plano especial de ataque aos problemas rodoviários da Ilha Terceira e que decorriam de um fenómeno extraordinário, que foi o fenómeno do sistema de 80, em que todos nós prevíamos que, uma vez resolvida a reconstrução da Ilha, teríamos que resolver a reconstrução da infraestrutura rodoviária que apoiou esse mesmo fenómeno extraordinário que foi o da reconstrução da Ilha Terceira.

Infelizmente, o Governo Regional nunca teve a sensibilidade para, nos momentos oportunos, enfrentar esta carência.

Acontece que, há evidência que neste momento, a Ilha Terceira tem as suas vias, praticamente, em péssima situação e o ritmo a que o Governo se propõe colmatar e investir nessa área é, manifestamente, insuficiente.

Como sabem, não se trata tão pouco, dum opinião pessoal. As forças vivas da ilha são claras na manifestação do desejo de que o Governo tem que olhar com outros olhos para o problema das infraestruturas rodoviárias da Ilha Terceira.

Daí que considero que a verba que está prevista para a Ilha Terceira é, manifestamente, insuficiente.

O Sr. Secretário refere também as limitações financeiras do programa e do sector.

Eu queria também aqui salientar, se me permitem, (realmente os números são tantos, são tantos os planos, são tantas as alterações ao plano que às tantas até corremos o risco de trocar alguns números) que o sector dos transportes, felizmente, é um dos sectores que ainda é dos menos penalizados por todos esses cortes e é de salientar que em relação ao que estava previsto no Plano de 1990, o Programa da Rede Viária Regional que tem um acréscimo da ordem dos 900 mil contos, passa de 3,5 milhões para 4,4 milhões segundo

creio, Sr. Secretário.

Se tivermos em conta um documento muito recente sobre - que vai ser discutido para a semana - a Revisão do Plano 90, esse acréscimo será adicionado com mais 300 mil contos.

Portanto, em relação ao Orçamento corrigido de 1990, a Secretária Regional terá um acréscimo de 1,2 milhões de contos, só para o Plano Rodoviário. Sempre esperávamos que desse acréscimo, houvesse uma incidência específica neste problema estrutural que afecta a economia e o Povo dos Açores, particularmente, da Ilha Terceira. Infelizmente não assistimos a esse tratamento.

Uma outra questão de pormenor que gostaria de deixar também aqui à reflexão e digo um pouco envergonhadamente; com isso quero aqui registar o empenhamento pessoal do Sr. Secretário Regional em conversas ao longo dos nossos trabalhos que revelam alguma preocupação relativamente a esse célebre projecto que é o da recuperação da zona degradada do Bairro da Serra de Santiago, mas todos compreendemos que não é fácil estar aqui a repetir isso. Já ando aqui há 14 anos e isto também cansa mesmo até a quem tem que repetir e deve cansar imenso a quem tem que ouvir, também admito isso. Mas o facto é que, mais uma vez, este projecto continua no estado em que nós sabemos, repito: apesar de hoje da parte dos responsáveis haver a noção de que o assunto tem que ter outra abordagem que não aquela que há 1 ano ou 2 foi decidida pelo Governo.

O Governo insistiu numa solução que, admito de boa fé acreditava nela, agora tem que reconhecer - como tinha sido na altura advertido - que a solução não é de fácil implementação no local.

Posso aqui deixar apenas o voto de que se consiga de uma vez por todas, resolver o problema daquela gente, porque acho que todos nós ficamos penalizados. Não há problema de oposição e maioria; há o problema dos Açores não serem capazes de resolver o problema do "Bairro da Lata" com características internacionais que tinha e que pelo vistos ainda vai desaparecer por si próprio, sem que o Governo seja capaz de lhe pôr mão. Esta é uma questão que não foi referida na intervenção do Sr. Secretário, mais que não fosse por respeito àquela gente, teria sido bom se dissesse uma palavra para ficar registada em Diário sobre aquela matéria.

Há, finalmente, um outro problema que, sinceramente, não sei como abordá-lo, mas com a ajuda de todos, agente talvez consiga conversar sobre ele.

E o problema do Porto de Pescas, do Porto Oceânico, Atlântico da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores.

O Sr. Secretário deu algumas informações sobre "timings" e calendário que são - na minha perspectiva - satisfatórias como informações. Mas parece-me que nós temos que conhecer um pouco melhor o que se passa à volta disto. E eu digo isto, porque eu e outros colegas deputados pelo meu círculo eleitoral, numa recente visita do Sr. ex-Secretário Regional da Economia, na presença de todos nós, do nosso ilustre Presidente da Assembleia Regional e de todos os deputados da ilha, o Sr. Secretário assumiu um compromisso que não foi solene, mas julgo que foi muito empenhado de que o Porto de Pescas da Ilha Terceira iria ser solucionado durante todo o 2º Semestre do ano em curso.

Depois, o Governo Regional apresenta o Plano que, nesta matéria não foi nada transparente. Isto já não tem nada a ver com números, tem a ver com a forma como se trata um projecto da dimensão e da importância do Porto de Pescas.

E realmente, tanto não foi transparente, que todos nós nos convencemos que o assunto não estava bem abordado. Houve a reacção natural de quem entende que isso era uma injustiça (se o Governo não fizesse aquilo que tinha obrigação de fazer) e outros que também já tem forçosas razões para muitas vezes também não acreditar naquilo que alguns Membros do Governo, às vezes se comprometem.

E a confusão foi de tal forma, que eu não posso deixar de salientar que fiquei com a ideia (talvez incorrecta, porque também li a imprensa) de que os próprios Membros do Governo não tinham percebido o que é que se estava a passar e portanto os Membros do Governo estavam convencidos de que o Porto de Pescas da Praia da Vitória tinha sido, de facto, esquecido pelo Governo Regional.

Houve 1ª s. páginas de jornais que, inclusivamente, trouxeram um dado novo, que é o chamado "lobby" dos Membros do Governo da Terceira...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...que não foi desmentido e tudo o que é dito e não é agradável ao Governo Regional é, imediatamente, desmentido e bem (bem quando é certo) e no caso concreto, o chamado "lobby" dos Membros do Governo da Terceira, no Governo, parecem tomar uma posição muito firme, que foi no seio do Governo e portanto, o porta-voz deste Governo

não nos deu conta do grau de empenhamento dos meus ilustres conterrâneos junto do Governo, mas ao cabo e ao resto, essa actuação desses três ilustres terceirenses que está no Executivo não tinha razão de ser, porque eles fazem...

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

O Orador: Mas o outro é dos Biscoitos.

(Risos da Câmara)

O Orador: ...porque na verdade o Plano na era transparente e eles próprios não acreditavam nas intenções do Governo de que fazem parte, pelos vistos.

Felizmente, que o próprio Governo mostrava tranquilidade a todos, teve o cuidado de o fazer, especialmente, numa conferência de imprensa para o efeito. O Sr. Secretário aqui o referiu, por isso é que eu digo que para mim é muito difícil abordar essa matéria, mas acho que não o podia deixar de fazer e queria congratular-me, pois no fundo eu acho que não tenho razões algumas para duvidar que o Governo actuou de boa intenção, nessa matéria e portanto, queria aplaudir - como sugere o Sr. Deputado Fernando Faria - o Governo. Não sei é no seguimento da promessa do ex-Secretário Mário Furtuna, se é promessa dos nossos responsáveis. Seja como for, o que garante é que vamos estar muito atentos e se o Governo pudesse passar a escrito esse seu compromisso, também nos ajudaria. Mas acho que somos todos idóneos para aceitar que isso vai por diante.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento).

O Orador: Eu quando digo na escrita, quero dizer no documento do Plano, é disso que estamos a falar.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças)

O Orador: E nos papéis pois.

A questão não é clara, como eu descrevi e portanto, se o Governo puder aclarar, julgo que era preferível, porque esses documentos ficam para a História.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João de Sousa Braga.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Obras Públicas:

O Sr. Secretário referiu na sua intervenção que em 1991 e 1992 em Santa Maria serão repavimentadas 18,7 km de estradas regionais.

No corrente ano de 1990 foi aberto con-

curso para quatro troços de Estradas Regionais, nomeadamente, Quatro Canadas/Feteiras, Ribeira do Engenho/Praia Formosa, Loural/Salto, Santo Espírito/Praia.

O que eu queria perguntar é se esses quatro troços que foram a concurso público, no corrente ano, fazem parte desses 18,7 km de 1991/1992 ou se alguns destes troços serão adjudicados no corrente ano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Obras Públicas:

A situação da Rede Viária da Ilha Terceira já foi objecto de análise, quer pelas forças vivas da ilha quer agora pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro).

No entanto, há algo que não se compreende que é o seguinte: do Plano para 1990, constava a pavimentação de troços entre as Lajes e a Ribeira da Agualva, o que não consta do Plano para 1991.

Por outro lado o troço entre a Ribeira da Agualva e a Serreta e o Pico da Bagacinha e os Altares, continuam a não constar do Plano e o seu estado é de tal forma degradado, que deveria merecer uma maior atenção da parte do Governo.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem então a palavra o Sr. Secretário Regional das Obras Públicas para responder.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou procurar responder, rapidamente, às questões que me foram postas.

Relativamente à pergunta que me faz o Sr. Deputado Victor Ramos, devo dizer-lhe que, de acordo com o mapa da Execução Financeira distribuído e referente a 30 de Setembro de 1990, a execução, relativamente à Habitação e Urbanismo, é de cerca de 50%, isto é, relativamente a 30 de Novembro.

Nós só podemos comparar valores, no final do ano, porque como sabe há um conjunto de despesas efectuadas que nessa altura ainda não estão processadas. Devo dizer que nessa área, nós temos capacidade para executar os recursos financeiros que estiverem disponíveis, sem qualquer problema. Portanto, a taxa de execução aqui prevista só poderá ser - como lhe digo - comparada no final do ano.

Relativamente à questão posta pelo Sr. Deputado Paulo Araújo, os troços que são referidos aqui, são troços que derivam da própria estrada em causa e que, no nosso entender, são pequenos troços que com certeza

carecem de ser pavimentados.

Não vos posso precisar. Se o Sr. Deputado me perguntar quais são, concretamente, dir-lhe-ei que não sei.

Em relação à questão que me põe o Sr. Deputado Renato Moura há, de facto, um ligeiro atraso na urbanização e na estrada de Santa Cruz das Flores, relativamente ao Aeroporto, que derivam, por um lado da necessidade que houve de acelerar as obras de realojamento nas Lajes, para que se desse seguimento à obra do Porto e isso porque no fundo, a entidade que vai executar as duas obras é a mesma. Mas o atraso que existe não é, de modo nenhum, preocupante e espero que a empresa recupere dentro dos prazos que estavam, inicialmente, previstos.

Mas como digo, estas obras todas têm uma certa margem de erro. Quando se fala, por exemplo, que uma obra é adjudicada em 16 meses ou que em 24 meses, nós temos que lhe dar uma taxa para imprevistos. E muitas vezes acabamos por não crescer essa taxa para imprevistos e ficamos todos amargurados quando eles aparecem.

Eu penso que é indispensável que olhemos com maior realismo ao cronograma da execução das obras e devemos ter em conta que algumas dessas obras, sobretudo obras de portos e obras de aeroportos que são obras complicadas, bem como as obras das estradas que muitas vezes têm trabalhos a mais ou até de substituição, devido à composição dos solos.

Por exemplo, isto acontece neste momento, no 3º troço que estamos a executar na via rápida Angra/Praia.

Já aconteceu a mesma coisa na Circular de Angra, devido à diversidade dos solos que estão mesmo ao pé um do outro. Isso traz-nos problemas complicadíssimos.

Por isso mesmo, é indispensável que não se assuma uma posição dramática relativamente a estes atrasos, porque eles são justificados.

Eu penso que é preciso que nós tenhamos uma nova postura perante a execução destes projectos.

O que posso adiantar ao Sr. Deputado Renato Moura é que, do nosso ponto de vista e as entidades envolvidas nesta obra, tem até agora dado provas de uma idoneidade bastante grande e que, certamente, farão tudo, para cumprir dentro dos limites possíveis, os compromissos que assumiram perante a Região.

No que respeita à Sra. Deputada Lisete Silveira, quando pergunta qual o destino a dar ao Palacete de Santa'Ana, eu devo dizer-

-lhe que o dito Palacete está "enriçado" como se costuma dizer, porque há ali um problema complicadíssimo de escritura de doação e enquanto não se resolver este problema, não se pode de maneira nenhuma atingir um fim que é desejável, que no fundo seria passá-lo para asilo, mas há herdeiros que não estão nesta disposição e portanto, enquanto não se resolver este diferendo, é muito complicado. Vamos ver se a vias jurídicas conseguem de facto ultrapassar, rapidamente, o diferendo que se coloca nesta matéria.

O Sr. Deputado Hélio Pombo pergunta para quando as obras do Porto do Corvo e da estrada.

Bem Sr. Deputado, eu não lhe vou dizer que será em 91. Eu vou dizer-lhe que quando acabar a obra das Flores vai iniciar-se a obra do Corvo.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Hélio Pombo)

O Orador: Eu não lhe posso dizer!

Eu ficaria aqui numa posição complicada se lhe dissesse que vamos arrancar em 91.

Não vamos! Quer dizer, podemos arrancar e o que com toda a certeza lhe garanto é que vamos arrancar logo que terminem as obras das Flores, na medida em que a empreitada foi adjudicada em conjunto com outra.

O Sr. Deputado João de Sousa Braga fala-me nos troços e nos 18,7 km de estrada que foram construídos.

Tem razão, são de facto os projectos que constam do Plano e que vão ser ainda adjudicados este ano. Mas atenção: eles vão ser adjudicados.

A empresa que melhor posicionada está para adjudicação destes trabalhos, é uma empresa que não tem estaleiro na Região e isso quer dizer que, entre a adjudicação e a consignação dos trabalhos e a instalação, há sempre um espaço de tempo que anda à volta dos 90 dias.

Portanto **logo que seja adjudicado** não quer dizer que a obra vai arrancar.

É uma posição com certeza compreensível.

Relativamente a uma outra pergunta que me foi posta pelo Sr. Deputado Paulo Araújo, de facto, a Ilha de Santa Maria é um problema, no que respeita à quantidade de estradas que estão sob a alçada da Câmara Municipal.

No entanto, eu não vou tomar posição nenhuma sobre isto antes de ser constituída a nível da Região, uma Comissão que vai elaborar um regulamento, ou seja, a classificação das estradas da Região e só depois disso é que nós vamos tomar uma posição. E isto,

porque há caminhos que não pertencem a ninguém. Não pertencem às Juntas de Freguesia, não pertencem às Câmaras Municipais, não pertencem à Administração Regional, estão como caminhos de ninguém, mas que são indispensáveis para os cidadãos passem.

Há Câmaras que se queixam que tem um conjunto grande de estradas municipais que era preciso rever.

Há também um conjunto de estradas regionais que já não são estradas regionais, mas sim municipais e que também importa rever.

Por isso mesmo, nós vamos constituir uma Comissão, na qual vai participar uma comissão consultiva composta por representantes das Câmaras Municipais porque isto não se pode fazer com um grupo reduzido. Nesta acção têm que estar presentes, mas de forma consultiva, todos os interessados e estes são todas as Câmaras da Região.

Quanto ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, agradeço-lhe a sua intervenção. De facto o Sr. Deputado fez uma data de constatações que devo dizer-lhe que a preocupação que o Sr. tem relativamente à rede viária de Angra do Heroísmo, é comungada e talvez reforçada também pela minha preocupação.

E se se verificar no Plano a Médio Prazo, o 4º troço era um dos troços que não figurava e o Governo entendeu que é preciso rever esta situação, na medida em que não fazia sentido que a estrada terminasse na zona do aeroporto. Era preciso levá-la ao Porto da Praia da Vitória e portanto fechar o circuito. E vamos executar.

Evidentemente que o projecto está em fase de conclusão. Vamos proceder às expropriações e vamos lançar o concurso, para que a obra siga, eu direi, em termos "corridos", ou seja, não haja qualquer interrupção.

Eu gostaria de aprofundar este assunto, mas o Sr. Presidente está a chamar-me a atenção para o tempo.

Devo dizer-lhe só mais uma coisa para que fique registado.

Já falámos sobre o problema da Serra de Santiago e eu devo acrescentar que vamos iniciar (já está a orientação dada) uma análise diferente daquela que tem sido feita até agora, relativamente à modificação das condições de habitabilidade das pessoas que vivem no Bairro da Serra de Santiago.

Esta análise que vamos fazer implica o comprometimento de todos os agentes que estão empenhados na resolução deste problema, no Concelho da Praia da Vitória.

Sr. Deputado José Gabriel Lopes: houve projectos que caíram e caíram em todas as ilhas e este troço de estrada que o Sr. Depu-

tado referiu foi um deles, infelizmente. Não vale a pena estarmos aqui a escamotear. Portanto, este foi um dos projectos que caiu, assim como caiu uma série de outros projectos na Região.

Devo dizer ao Sr. Deputado que cresceram as verbas para as estradas, mas aquilo que nós necessitávamos a preços de 88 era de 5,5 milhões de contos, para dar cumprimento aos objectivos que tínhamos traçado no Plano a Médio Prazo. Infelizmente sofremos uma redução para 4,4 milhões de contos e isso implicou o "deixar cair" de alguns projectos, a contragosto, mas vamos com certeza incluí-los no próximo Plano de Médio Prazo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

Eu quando lhe coloquei as questões que tinha, passou-me por lapso uma que se prende com o Porto de Vila do Porto.

A questão é, basicamente, esta:

Na sequência dum requerimento que fiz e que foi respondido pela sua Secretaria, fiquei a conhecer um parecer dum técnico competente, que se refere à cortina de protecção do molhe/cais de Vila do Porto.

Porque é uma questão que preocupa bastante nesta altura e porque até pelas indicações que vêm dadas no próprio parecer, existe uma premência de actuar no imediato. Daí que a questão que lhe ponho é a seguinte:

No plano para este ano está inscrita uma verba de 100 mil contos e foi dispendida uma verba reduzida, ou seja, 5% desta verba. No Plano para o próximo ano, está prevista uma verba de 150 mil contos.

A verba do Plano para este ano vai ser, efectivamente gasta?

E a verba do próximo ano de mais 150 mil contos, vai dar para fazer a reparação do porto?

Quando é que ela se inicia?

E só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

É um protesto muito rápido, mas que tem que ser feito.

Quero começar por agradecer a sua sinceridade em dizer que não pode prever a data do início das obras do Porto do Corvo e da

asfaltagem do caminho de acesso ao Caldeirão.

Quanto ao caminho de acesso ao Caldeirão, os corvinos não têm um caminho em condições, mas serve de algum modo e, se calhar estão já preparados para esperar mais uns anos pela asfaltagem do dito caminho, porque os Srs. em 1986/1990, conseguiram asfaltar 4 km dessa estrada (uma estrada estreita e ridícula). Se calhar agora vão esperar mais 4 anos. Tudo bem.

A questão do porto é muito mais grave.

Eu não sou técnico, mas penso que aquilo que vai ser feito no Porto do Corvo e que o Sr. Secretário sabe perfeitamente, é a ampliação do porto e o arranjo do varadouro. Não são obras de fundo, não são obras complicadas.

Será que essas obras não podem ser feitas ao mesmo tempo que são feitas as obras do Porto da Ilha das Flores?!

O Sr. Secretário não se esqueça que, no andamento em que vai o Porto das Flores, isto é, faz e o mar desmancha, também o porto talvez seja arranjado daqui a 5 anos.

Oxalá que não! Para bem dos corvinos e para bem dos florentinos.

Isto é muito mau. Porque o Sr. Secretário também sabe que o problema mais grave da Ilha do Corvo, é o porto que lá tem.

A entrada e a saída de mercadorias (mas essencialmente a entrada de mercadorias) para a Ilha do Corvo, é feita num porto que não tem o mínimo de condições e que nos meses de Junho, Julho e Agosto, que são meses de Verão, o navio pode chegar lá e não fazer serviço no Corvo.

Portanto os corvinos necessitam e não podem esperar nem mais 3 nem 4 nem 5 anos por um porto.

E uma injustiça e não é o tratamento harmónico de todas as ilhas da Região, como os Srs. Deputados dizem.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Araújo eu devo dizer que nós temos já em marcha o projecto para as acções imediatas que é preciso tomar no que respeita ao Porto de Santa Maria e as acções que se podem tomar a médio prazo.

Eu direi que as verbas que estão inscritas são suficientes para tomar as medidas adequadas ao Porto de Santa Maria.

Depois, se quiser, podemos falar com mais detalhe. Eu neste momento não tenho tempo disponível para o fazer.

Em relação ao Sr. Deputado Hélio Pombo, devo referir que não vai esperar tanto tempo, porque há trabalhos que estão a ser feitos no Porto das Flores e quando acabarem de ser feitos, já há disponibilidade de equipamento para fazer os trabalhos do Porto do Corvo.

Portanto, o Porto das Flores vai continuar com outro tipo de trabalhos, enquanto que serão iniciados os outros do Porto do Corvo.

Não vão ser mais 5 anos - como o Sr. Deputado disse - eu é que não vou dizer de maneira nenhuma que será em 1991.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos em tempo de debate sobre as virtualidades da descentralização. Em sentido restrito, é mesmo sobre isso que se questiona quando uma região autónoma indaga dos seus recursos disponíveis e planeia a sua utilização. É sobre isso que se especula quando se procura a destrição das competências e atribuições da administração central e regional. E, aliás, sobre este vector, que mais se tem distinguido a abordagem dessa temática nos Açores.

O que, hoje, procuro trazer aqui, para variar, é o que tem faltado à conclusão e à sequência do movimento de opinião que tem sustentado a descentralização enquanto virtualidade democrática da forma de governação dos Açores. Ou seja, é a exposição do conjunto de preocupações que, a um nível adjacente da administração regional, se geram no exercício do poder democrático açoriano. Falo, como se calcula, da administração local da Região. Falo de um nível da administração, à qual, talvez por virtude de uma mais acentuada tradição autonomista face à municipalista, tem faltado uma atenção valorizadora e um aprofundamento institucional do seu enquadramento e contribuição, para a qualidade, para o desenvolvimento e para a coesão do espaço regional.

Porém, parece ter surgido a oportunidade para que esse debate e movimento de opinião intenso que se tem gerado nos últimos anos à volta da arquitectura autonómica, ganhe esse alcance suplementar. Para isso, contribuiu decisivamente a vitória eleitoral dos socialistas nas últimas eleições autárquicas, que correspondeu a um virar de página para um poder inconformado com a sua subordina-

ção.

Como já tive ocasião de referir noutras circunstâncias, pela primeira vez, o poder regional começa a ser confrontado com a existência de um poder local revivificado, que aspira a constituir-se como um parceiro institucional firmado no seio da concertação política regional. Pela primeira vez, com a alteração dos pressupostos partidários que caracterizaram a sua relação com a administração regional, a maioria das autarquias olhou mais atentamente o seu compromisso de fidelidade com o eleitor e menos a sua sujeição aos desígnios do Governo que as condiciona. Deste Governo de maioria parlamentar instável e precária.

Parece assim relançada a descoberta do mundo de problemas que trespassam o poder local nos Açores, cuja origem e agravamento não se dissociam do velho centralismo que se condensa na postura nefasta e conjunta do poder central e do poder regional nos Açores.

E assim que faz sentido falar, aqui e agora, de um e de outro, neste espaço parlamentar nobre de planificação do futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não bastavam aos municípios açorianos as sobredificuldades próprias da sua gestão em ilhas caracterizadas ainda por uma significativa inacessibilidade de meios, e, já se somam, as penalizações que, a nível nacional, vão sofrendo, por acção ou por omissão dos centros de decisão da administração central.

A Proposta de Orçamento do Estado para 1991 agrava de um modo geral a vida dos municípios e acentua concretamente as dificuldades das Autarquias da Região. Nesse pressuposto, cuja prova renovaremos nesta intervenção, chegamos a afirmar a nossa estranheza pelo silêncio do Governo Regional. Fizemos mal. O Governo acabou por falar, mas para defender as propostas do Orçamento do Estado contra a administração local açoriana.

O que nos traz este Orçamento de Estado, que tem merecido o silêncio e o elogio do PSD dos Açores? Para o Poder Local:

- Continuam os benefícios fiscais na Contribuição Autárquica, na Sisa, IRC, Derramas, a não merecer a competente a compensação aos municípios;

- Não se vislumbra a publicação do Código de Avaliações, essencial para uma correcta e justa aplicação da Contribuição Autárquica;

- Não se prevê qualquer alteração ao regime de crédito das autarquias locais;

- Passa a chamar-se Imposto sobre Veícu-

los, Imposto Municipal sobre Veículos, ao Imposto da Sisa, Imposto Municipal da Sisa, mantendose há anos um valor inalterável para o primeiro, e, aumentando-se as isenções para o segundo.

Os municípios açorianos são ainda claramente penalizados pelos novos critérios do Fundo de Equilíbrio Financeiro. São ainda claramente penalizados no Plano e Orçamento da Região para 1991. Lá, como cá, São Bento e Sant'Ana, sabem o que fazem. Cavaco trata os Açores como trata o Poder Local. Mota Amaral faz do Poder Local o que não quer que Cavaco lhe faça. Ninguém se entende com esta gente!

O Orçamento de Estado para 1991 avança com duas alternativas para a distribuição do F.E.F: uma, com base no actual artigo 10º da lei n 1/87 (Lei das Finanças Locais), outro com base em novos critérios que avança no relatório do orçamento.

Com os actuais critérios, o F.E.F./Açores acabava por ter uma dotação de 5 milhões 634 mil e 517 contos. Com os novos critérios, que o Ministro do Planeamento e Administração do Território já anunciou na Assembleia da República como aqueles que vão vigorar, os municípios dos Açores, no seu conjunto, vão receber menos 75 mil 181 contos. O Director Regional da Administração Local acha bem.

O Governo da República apresenta uma visão tripartida do F.E.F., acompanhando e bem a natureza económica e socialmente regional do Estado, que assenta na existência de duas sub-realidades político-administrativas - para além do Continente, os Açores e a Madeira.

O PS acha bem. O Director Regional da Administração Local não acha bem, nem mal. Mas, quando se esperava que tal preceito se traduziria num reforço para os Açores, atendendo aos critérios da distância, da insularidade, da dispersão territorial, do grau de desenvolvimento, do número dos municípios, etc., afinal, o F.E.F./Açores, cresce menos que o F.E.F./Madeira. O PS acha mal e já propôs mesmo um novo critério para beneficiar a nossa Região. O PSD lá não quer. O Director Regional da Administração Local não sabe o que quer.

O PS, já propôs que incumba à Assembleia Legislativa Regional definir os sub-critérios de distribuição do F.E.F./Açores pelas Autarquias Açorianas. Nem o PSD, nem o infável Director se pronunciaram favoravelmente a este exercício mínimo de autonomia político-administrativa da Região,

E tempo para lembrar ao Governo Re-

gional que ele também tem responsabilidades nestes domínios de influência e neste combate nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como dissemos, não é só o Orçamento de Estado, o elemento preocupante do enquadramento financeiro da actividade autárquica nos Açores.

Este Plano e este Orçamento também o são.

Não obstante se poder pensar que o Governo procedeu ao cálculo de dotação de uma verba para a "cooperação técnica e financeira" com os municípios com base na informação sobre os projectos existentes, e, mesmo se se pensar que todos serão atendidos em todos os seus pedidos, não se pode deixar de estranhar a fortíssima redução operada no programa 42 do Plano.

A não ser que a informação sobre a execução financeira deste programa que já está disponível da Assembleia Legislativa Regional, mantenha a tendência que tem vindo a revelar nestes 3 primeiros trimestres.

Mas como eu tenho conhecimento que V. Exa. transferiu verbas avultadíssimas, bem como da Secretaria Regional das Finanças nestes últimos dias, para as autarquias locais, nomeadamente sobre a polémica sobre o atraso de transferências de verbas comunitárias...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário das Finanças e Planeamento)

O Orador: ...creio que, de qualquer modo, a execução do programa não deve aconselhar que se faça uma dotação inferior para o próximo ano.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: 5 dias e 10 dias...

V. Exa. conta os dias como os meses, o que é mau num Secretário das Finanças.

(Risos do PS)

O Orador: Bom, vamos a isto então!

E que, no âmbito da alteração ao PMP 89/92 para o seu último biénio, há uma redução de mais de dois milhões e meio de contos, que, em termos percentuais, está acima de 52 pontos. A Proposta de Plano para 1991, face ao previsto para esse mesmo ano no PMP original, representa outra redução de 49,4%.

Não há mesmo nenhuma operação contabilística que não confirme esta inversão da tendência positiva da cooperação financeira da administração regional com a administração local que se manteve até à data de elaboração do Plano de 90, creio que foi elaborado nos finais de 1989, antes das eleições autárquicas. Em relação à dotação inicial deste

programa naquele Plano, a verba para 1991 é mesmo inferior em 7,26%, e, enquanto a cooperação com a administração regional representava em 1990 3,25% da despesa do Plano, em 1991 desce para 3,15%, não obstante as Câmaras, inclusivé as geridas pelo PSD, alertarem para a absoluta necessidade de se fazer o contrário.

Estranha medida, quando se anuncia a revisão de prioridade do planeamento regional, já que não se poderá deixar de concluir que este sector, entre outros, fica tipificado como não prioritário, com repercussões evidentes e em cadeia nos planos das autarquias, e em obras, cuja natureza infraestrutural e co-financiada, originam um apertado calendário de execução no cada vez mais curto período de transição para a integração plena europeia.

Mas, não fiquemos, apenas, pelas verbas. Falemos também dos métodos.

Este Governo não se livra da tentação de considerar a cooperação financeira com as autarquias como um negócio intra-institucional, a que não tem faltado sequer um verdadeiro elemento de pirataria nessa cooperação, que são as Comissões de Melhoramentos.

Essas Comissões, autênticos corpos estranhos do poder local e muitas vezes autênticos centros de contra-poder local ao serviço clientelar do Governo, sobrevivem inexplicavelmente após a publicação de diversa legislação, que configura uma maior vastidão de áreas potencialmente objectos de cooperação. É o caso, por exemplo, dos contratos ARAAL - cuja regulamentação injustificadamente circula nos gabinetes e não é publicada, decorrido quase um ano após a publicação do...

(Aparte inaudível de um Membro do Governo)

O Orador: ...Decreto Legislativo Regional nº 2/90/A, que previa 90 dias para a sua regulamentação. É só uma resolução e eu sei qual é. Agente já vê!

Essas Comissões, aliás, subsidiadas pelo Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, ou seja, por receitas dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, arrecadadas pela Segurança Social, acabam por se repercutir em acções dissonantes e inteiramente concorrenciais face às atribuições e competências das autarquias, constituindo, ainda, organismos de duvidoso enquadramento jurídico, que não são alvo de controle democrático, que não exercem uma acção integrada no planeamento local ou regional, que são virtuais slots azuis da promoção ou da

influência partidária. Conhecemos até casos em que foram concedidos subsídios a Câmaras Municipais para trabalhos a mais em obras que não tinham sido realizadas.

A única relação aceitável entre a administração regional e local, é a relação baseada na transparência dos critérios do exercício da cooperação, o que elimina, entre outros casos, a continuação de práticas marginais de apoio, ou o apoio a entidades marginais.

O Governo deve reconhecer que tem de rever esse seu relacionamento, que às vezes assume aspectos discriminatórios, mas sempre discricionários, desde a concessão de subsídios a Juntas que sem justificação conhecida são mais volumosos para as geridas pelo partido do Governo, até à prática que se tornou corrente, de membros do Governo e Directores Regionais reunirem com umas e não reunirem com outras, ou seja, reunirem quase sempre com as do PSD e reunirem quase nunca com as que não são do PSD.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário da Administração Interna)

O Orador: Veremos. Não tenho conhecimento de nada. Agradeço-lhe essa sua boa vontade.

Por outro lado, e a outro nível, não são poucas as distorções que a relação entre os recursos e as atribuições e competências das autarquias têm provocado, agravadas, muitas vezes, quer por uma imprecisa delimitação de competências da administração regional, quer mesmo pelas sequelas de modelos de cooperação que a acabam por penalizar. São circunstâncias tipificadoras desta situação geral, casos conhecidos dos Açores como a conservação dos caminhos de penetração agrícolas, a actual classificação da rede viária regional e municipal, as obrigações das Juntas decorrentes das atribuições que se lhe são feitas de habitações para agregados sub-alojados ou sem alojamento, os ainda excessivos encargos com a conservação e manutenção dos estabelecimentos de ensino primário, ou a necessidade de uma súbita resposta técnica para a elaboração de projectos susceptíveis de co-financiamento europeu cuja malha de tecnicidade e oportunidade são irrevogáveis.

E o caso, ainda, dos Planos Directores Municipais em relação aos quais a configuração da desagregação espacial da verba do Plano ajustada à cooperação com as Câmaras Municipais neste domínio conduz-nos à conclusão de que o Governo não tem intenção de participar de forma significativa nestas acções que são obrigatórias para os Muni-

cípios. Sabendo-se que um P.D.M, orça, no caso açoriano, no mínimo, entre os 15 e os 20 mil contos, a comparticipação que o Governo Regional se propõe dar, pelo que se percebe do Plano para 1991, oscila entre os 10 e os 13%.

O PS regista a entrega, embora já com um grande atraso, da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 21/90, que define e articula os três tipos de planos municipais de ordenamento do território regional, os quais, como se sabe, têm de estar concluídos em 1992.

Porém, até agora, o Governo Regional não definiu os critérios e o enquadramento jurídico regional desses apoios, o que torna evidente que, quando o fizer, limitado pelas dotações que agora vai fazer aprovar, não atingirá comparticipações como as previstas para os municípios do Continente e já consignadas no Despacho 22/90 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território. Esse diploma menciona, nomeadamente, que o apoio financeiro será dado, nos municípios em que o valor do F.E.F. é inferior a 500 mil contos que é a maioria dos nossos, no montante de 25% do custo do PDM, sem prejuízo da obtenção de outros financiamentos pela autarquia, incluindo os comunitários, apenas se tendo como indispensável que os recursos financeiros aplicados pelo município não sejam inferiores a 10%.

E este outro aspecto que merece o nosso reparo, tanto mais que se insere num objectivo geral auto-proclamado pelo planeamento regional, de se concentrar na execução de acções sucedaneas da decisão de integração na Comunidade Europeia.

E neste campo, ainda, que incumbe ao Governo assegurar o conhecimento pelas Autarquias do quadro dos apoios comunitários, difundindo a informação atempada e necessária, fazendo-as participar nas chamadas Unidades de Gestão dos programas que lhes dizem respeito e promovendo a transferência mais rápida dos apoios comunitários que chegam à Região destinados às Autarquias, o que não tem sido feito, conforme se tornou do domínio público.

Esta batalha da celeridade deve ser empreendida, superando-se a ineficácia e a lentidão dos processos na administração regional, onde se chega a levar um mês para comunicar simplesmente a uma Câmara que altere o número de um mapa que tem de ser enviado para a CEE, ou que já devia ter sido. Mas, ao contrário, curiosoamente, observa-se para que as Câmaras Municipais se pronunciem sobre, por exemplo, o PEDRAA, que

se lhes dá 5 dias para comunicarem a sua programação até 1993, ou para que Juntas de Freguesia apresentem as suas necessidades para o apoio à habitação degradada, dá-se-lhes 24 horas que expiram hoje.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, urge rever também estes processos.

A um nível mais geral, como já temos afirmado, trata-se, fundamentalmente, de "inverter a mentalidade do exercício do Governo Regional que não pode continuar a excluir o poder autárquico da informação e da execução das acções do Governo em cada uma das áreas em que aquele exerce jurisdição". Já alertámos para o que se passou quanto à sua participação na elaboração deste Plano para 1991, alerta esse que vimos gostosamente corroborado por outras entidades, nomeadamente pelo Conselho de Ilha da Terceira, mas urge convencer o Governo que essa participação para todos os efeitos necessita de uma prática institucional mais vasta.

Não ignora o Governo que existe uma Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, cuja finalidade inicial foi o da exploração do Jogo Instantâneo, e que, desde 23 de Abril de 1990, com a adesão de todas as Câmaras dos Açores (excepto a da Calheta por falta da documentação necessária) aprovou um novo Estatuto, que é o do conhecimento do Governo, e que perfila aquela Associação, como um autêntico parceiro institucional representativo.

Até hoje, a Associação de Municípios só foi convidada para participar em actos públicos uma vez, nunca foi ouvida sobre qualquer problema relacionado com as autarquias, tão pouco é chamada a participar na gestão dos fundos comunitários, como acontece a nível nacional, e, até, se vê privada de receitas pelo Governo Regional, ao contrário do que acontece na Região Autónoma da Madeira. Urge também modificar este comportamento do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, uma breve referência à actualidade de outro aspecto já aflorado no período de antes da ordem do dia de terça-feira passada.

Há quem reflecta o seu temor pela vaga que se instalou na Região, inquiridora da legitimidade e regularidade dos actos da administração e dos seus agentes mais responsáveis. A assunção, pelo PS, em 1990, de acrescidas responsabilidades de gestão no poder local, a percepção por parte deste de alguns legados catastróficos das gestões anteriores, a necessidade de achar um novo ponto de partida

para essas gestões, a urgência de identificar os cidadãos e de recuperar a sua confiança na administração, a impreteribilidade de nos dissociarmos de práticas persistentes que temos vindo a contrariar onde somos minoria, justificam que a presença socialista nas autarquias não se mostre desatenta perante uma tendência de degradação do comportamento de muitos agentes políticos.

A prática última da indagação de indícios de irregularidades, tem demonstrado que há um sub-mundo na política, que a corroi e a desprestigia, onde, em nome da facilidade e da gula da influência, se subvertem inteiramente procedimentos e critérios, deixando tendencialmente o cidadão indefeso e o agente político onipotente. É a trajectória da subversão da administração democrática.

Alguns responsáveis políticos do partido do Governo têm-nos sugerido uma trégua nessa batalha. Não há tréguas que resultem em prejuízo da isenção e verticalidade dos agentes políticos.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Uns, nada terão a temer.

Outros, merecerão apenas chamadas de atenção inevitáveis correcções de processos. Outros, merecem muito mais do que isso. Tudo isso, sempre, sejam de que partido forem.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Não há limites para os esforços a emprender de moralização dos actos da administração pública. Está em causa, como sempre estará, uma relação de confiança entre a administração regional e local e o cidadão. Está em causa a capacidade de autodisciplina dos agentes públicos, que se devem subordinar à transparência e à fiscalização permanente que a democracia exige. Tem que ser apertado este controlo, ser penosa a vida de prevaricador, ser público o que se faz dolosamente em privado, sempre que o interesse público esteja na origem da posição do agente ou na consequência dos actos por ele praticados.

Fica aqui a resposta aos temores que o PSD nos faz chegar. Se o não fizéssemos era o "ZOFRRAR vilanagem".

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos César:

A propósito da figura de retórica que apresentou ontem aquando da aprovação do

Voto de Saudação aos Autarcas, eu gostaria de dizer que o PSD não tem a vocação de cangalheiro. E isto, porque nós fomos, somos e seremos maioritários no Poder Local e com certeza lhe deve estar a passar por lapso de memória, a si e ao seu Grupo Parlamentar que o PSD tem 12 presidências de Assembleias Municipais, enquanto que o PS tem 7.

Em termos de Câmaras o PSD tem 9, o PS 7 e uma coligação que acolheu o CDS, tem outras 3.

Quanto a Juntas de Freguesia, o PSD tem 94, o PS 43, incluindo algumas coligações, o CDS 2, o PCP 1 e 9 independentes.

Relativamente às questões do FEF, eu não queria entrar nessas questões de sub-mundo, porque elas aplicam-se às várias autarquias e nessa parte o PS também tem Câmaras que estão a ser, neste momento, objecto de inquérito.

Quanto à questão propriamente dita do FEF, há que referir que existe a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, onde este assunto foi, exaustivamente, debatido com o Governo Central; existe a Associação Regional dos Municípios dos Açores, que até é presidida por membros das Câmaras do Partido Socialista e que eu saiba, nenhuma delas tomou posição, quer a favor quer contra o FEF.

Parece-me que em primeira instância pertence à Assembleia Regional dos Municípios Açorianos, uma tomada de posição sobre o FEF que, quanto a mim até é bastante favorável à maioria das Câmaras dos Açores que à Direcção Regional do Poder Local ou à Secretaria Regional da Administração Interna e portanto seria bom que o Departamento de Autarquias Locais do Partido Socialista sensibilizasse os seus Autarcas para que apareçam a reivindicar mais dinheiro, porque o que interessa é que nós tenhamos quanto mais verbas melhor cá para a Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar gostaria de começar por me congratular por ouvir uma intervenção nesta Câmara do Partido Socialista sobre Poder Local.

Por razões várias estou ligado a esta Assembleia Legislativa há muito anos, inclusivamente como Deputado, como Membro do Governo há quase 10 anos e a primeira vez que vejo, minimamente, estruturar uma posição sobre Poder Local, é hoje. Passaram 14

anos mas mais vale tarde do que nunca.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: De qualquer forma, talvez dada a inexperiência e pelo facto de ser esta a primeira vez que é feita uma abordagem deste género, há aqui uma série de contradições, há pouca informação, há manipulação de dados e de factos.

Tudo isso, eu tentarei comprovar na minha intervenção que, ao contrário do costume até está escrita e portanto, quando eu a ler amanhã, Sr. Deputado Carlos César, (não é que tenha ido para casa a correr fazer uma intervenção para ser resposta à sua), verá que abordo quase todas as questões que o Sr. Deputado abordou, embora noutra perspectiva e penso que bem mais informada.

Por outro lado, gostaria de referir dois aspectos.

Amanhã vou abordar, por exemplo, essa questão da distribuição do FEF.

O Sr. Deputado abordou-a hoje.

Efectivamente, até agora (a não ser que me tenha passado) ainda não vi essa questão abordada pela Assembleia Regional dos Municípios, como dizia e muito bem, o Sr. Deputado Artur Martins.

Isto é importante, porque a nossa posição de base sobre esta matéria, é que o Poder Local tem o seu espaço; o Poder Local tem as suas competências; o Poder Local tem as suas verbas. Nós não somos Poder Local, nós somos Poder Regional, temos abrigação de nos relacionarmos, como responsáveis pela Administração Regional, com o Poder Local, mas por aí pára a nossa referência. Nem sequer temos tutela sobre o Poder Local, a não ser a nível inspectivo. E portanto, não nos põmos na posição doentia, que às vezes vejo por aí ressaltar de "donos" do Poder Local.

Gostaria também de referir nestas palavras que vêm antes da minha intervenção de amanhã, o seguinte aspecto:

E curiosa a disputa de alguns Autarcas nesta Região.

Quando nós todos estávamos convencidos que, por exemplo, o Presidente da Câmara da Praia da Vitória estava mais ligado ao CDS, porque tinha sido vereador do CDS no anterior mandato, eis que ele adere ao Partido Socialista e baralhou um pouco essas questões dos "frentismos".

Quando nós estávamos convencidos que a ligação do Presidente da Câmara das Velas era mais forte ao Partido Socialista, que de alguma forma tentou mostrar aqui o seu título de propriedade, na intervenção do Sr. Deputado Carlos César, eis que aparece o dito

Presidente da Câmara a falar através do líder do CDS, que emitiu um comunicado curioso há dois dias em que abordava esta questão que o Sr. Deputado Carlos César traz aqui e diz, nomeadamente, o seguinte: " os projectos propostos para financiamentos comunitários foram devidamente, apresentados no ano de 1989 à S.R.A.I..

Os justificativos das despesas desses projectos, foram apresentados à S.R.A.I. em 15/16 de Setembro próximo passado.

A S.R.A.I. teve esses documentos para análise (cá está a coincidência) até meados de Outubro (13) e Foi por solicitação e iniciativa da Câmara Municipal que a referida Secretaria informou a necessidade de algumas rectificações de pormenor".

Se a Câmara Municipal não tivesse a iniciativa da pergunta, é provável que a Secretaria é que tivesse esse valor por mais tempo.

Nós não retemos verbas das Câmaras Municipais. Amanhã voltarei a esta questão com mais pormenor, mas queria dizer o que é que se passou acerca dessa questão. E o que se passou acerca dessa questão foi o seguinte:

No dia 19 de Setembro, sexta-feira, a Direcção Regional de Administração Local, recebeu o primeiro comprovativo da Câmara Municipal das Velas, relativamente aos projectos aprovados no âmbito do PEDRAA.

No dia 29, segunda-feira, (3 dias depois) metendo-se o fim-de-semana no meio, estavam todos aqueles documentos verificados, grande parte deles não oferecia o mínimo de credibilidade, não cumprindo, aliás, o regulamento aplicável.

Embora as obras desta Câmara Municipal sejam todas executadas por administração directa, tal situação não dispensa a prestação de informação discriminada.

No dia 23, o técnico da Direcção Regional de Administração Local que tinha o assunto ao seu cuidado, telefonou à Câmara Municipal, procurando dar celeridade ao tratamento do assunto, portanto 4 dias depois.

Perante a ausência do Sr. Presidente da Câmara, solicitou como interlocutora, a pessoa que o substituiu e explicou-lhe, exaustivamente, o que se passava. Recebeu como resposta, que esse assunto estava na posse do Sr. Presidente e que só ele e mais ninguém, poderia e saberia resolvê-lo, embora isto seja um órgão colectivo.

Mesmo assim o técnico da Direcção Regional de Administração Local insistiu no dia 25 de Setembro e continuou a não ouvir resposta. Até que no dia 13 de Outubro, o Sr. presidente da Câmara das Velas liga para a Secretaria Regional da Administração Inter-

na, para falar de outro assunto e é-lhe chamada a atenção para esse aspecto e então nesta altura vieram a ser preparadas as devidas rectificações.

Mas se estamos a falar em prazos e em datas e não fui eu que puxei esta questões para o debate público, e elas não podem ter vindo senão da parte do Sr. Presidente da Câmara, então já direi mais qualquer coisa. E direi que, por exemplo, a obra de abastecimento de água à Zona Norte das Velas, que foi aprovada pela CEE em 1987 e que já foi comparticipada em cerca de 30 mil contos, só justificou até ao momento, pela Câmara Municipal das Velas, um montante de 13.200 contos, estando o Governo a aguardar a comprovação dos restantes 16 mil contos, desde Julho de 1989. Há aqui, de facto, uma grande discrepância entre a vontade de exigir e o dever de cumprir. E é por tudo isto que nós, escrupulosamente, cumprimos todos os pressupostos que nos são impostos pela Comunidade Económica Europeia, no acompanhamento destes processos da Comunidade.

Amanhã voltaremos ao assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Administração Pública...

(Aparte de um Deputado da bancada do PSD): É Administração Interna, o Sr. Deputado está atrasado.

O Orador: Aliás da Administração Interna, é verdade. É nessas coisas que eu me atraso.

O Sr. Secretário Regional da Administração Interna procurou aqui demonstrar uma coisa e acabou por não demonstrar nada.

(Protesto da bancada do PSD)

O Orador: Pretendeu demonstrar, que eu seria uma pessoa mal informada, que eu seria uma pessoa que não sabia o que é que estava a dizer, mas vai-se provar se o Sr. Secretário dirá coisas ao contrário daquilo que eu disse e só na sequência disso é que eu poderei deduzir algumas dessas coisas.

O que o Sr. Secretário falou, foi doutra coisa: foi daquilo que anda a "esgravatar" em cada autarquia, como se fosse sua e esse hábito não é o meu.

Tudo aquilo que o Sr. Secretário está a dizer e todo o processo relativo à Câmara Municipal de Velas, eu tenho aqui.

Como vê, é uma folha e para utilizar as novas técnicas de apresentação em debates televisivos eu posso fazer assim e mostrar-lhe que este é o símbolo da Câmara Municipal das Velas e este é o processo. Ou seja, eu tenho a minha acta também. Mas quer saber de uma coisa?!

Não coincide nada, nem nos dias nem nas horas com a sua!

Portanto, até melhor prova, peço-lhe imensa desculpa, mas eu acredito mais no Presidente da Câmara Municipal das Velas do que em V. Exa!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia dos Municípios...

(Aparte inaudível de um deputado da bancada do PSD)

O Orador: ... (não sabe aquele senhor, mas também não admira), já se pronunciou sobre a questão do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Vários autarcas e Presidentes da Câmara se têm pronunciado desfavoravelmente à proposta do Orçamento de Estado e Fundo de Equilíbrio Financeiro, - o Sr. é que não ouviu. Mas não me admira também que não saiba, porque em boa verdade, o Sr. que tem maioria em todas as autarquias da Região e que "puxou dos cordões à bolsa" sobre a sua presença maioritária nas autarquias açorianas, V. Exa. não detém, nem a presidência nem a direcção nem a maioria da Assembleia de Municípios dos Açores, certamente, porque tem uma ampla maioria pelas Câmaras Municipais que fizeram eleger aquela direcção.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois como ninguém disse nada sobre nada e apenas procurou esgrimir, seguindo a escola do Sr. Deputado Rui Melo, que já tem outros discípulos no Sr. Deputado Artur Martins e no Sr. Secretário da Administração Interna, a escola está a ... progredir dentro da bancada do Governo, apenas as pessoas aqui em abstracto, procuraram provar que o PS tinha ou não um sentimento de gula, perante a Administração Local, tinha ou não um anseio de poder de titularidade etc...

Nós não temos nenhuma necessidade de nos afigurarmos como titulares da propriedade de Câmaras Municipais.

Eu não tenho nenhuma necessidade de tentar adquirir a titularidade para o Partido Socialista, da presidência da Câmara Municipal de Velas, mas tinha mais facilidade em fazê-lo do que V. Exa. hoje em dia tem, para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

V. Exa. acha que tem tantas Câmaras, tantas Assembleias Municipais, tantas Juntas de Freguesia, que são do PSD. Mas diga-me uma coisa:

Qual é a percentagem dos autonomistas, dos integracionistas e dos separatistas do seu Partido, em cada uma dessas Câmaras Municipais?

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As vossas listas não são listas do Partido Social Democrata! São listas de frentismo e de coligação entre essas coisas tão abstrusas! V. Exa. não tem contabilidade possível comigo. Nós somos socialistas, democratas, autonomistas!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: Essa é uma coligação saudável. A de V. Exas. é a destruição que encerram nas próprias autarquias e na vossa própria postura parlamentar, ontem e anteontem no Governo, todos os dias há um novo mar do Governo, todos os dias há uma nova traineira "Mar da Fortuna" que se afunda.

(Risos do PS)

O Orador: Portanto, sobre estas matérias, nós não temos muito a falar. V. Exa. meteu o pé na poça, eu perdô-lhe. Não intervenho mais sobre esta matéria, ficamos com o assunto resolvido e muito obrigado pela sua atenção.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

Eu gostaria de dizer a V. Exa., que nós estamos e continuaremos a estar "orgulhosamente sós",

Deputado Carlos César (PS): E estão bem!

Deputado Hélio Pombo (PS): Salazarista!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para lamentar a atitude do Sr. Deputado Carlos César, porque eu não posso aceitar que, tendo aqui feito uma afirmação para a qual aliás, tenho bastas provas,

nomeadamente, em relação àquela sequência de datas que o apanhou desprevenido. Mas como dizia, eu não posso aceitar que o Sr. Deputado ponha em causa aquilo que afirmei, tanto mais que lhe estou a afirmar de viva voz e o Sr. Deputado vem para aqui trazer elementos que lhe chegam, não sei em 2ª, 3ª ou 4ª mão, porque não sei como é que isso se passou até chegar à sua mão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para uma intervenção.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quer os Planos e Orçamentos de Médio Prazo, quer os anuais catalizam sempre a atenção dos Açorianos e significam para a vida pública regional, momentos de redobrada expectativa e debate sobre as acções e os projectos que cada qual "per si" contêm, como horizonte a esperança de serem os motores capazes de acelerar o crescimento económico, cultural e social da Região.

O Plano e Orçamento para 1991 "não é a excepção a confirmar a regra" e motiva, pelas circunstâncias que rodearam a sua elaboração, uma expectante atenção política, tendo como base analisar se o mesmo contêm acções suficientes para prosseguir a um ritmo certo e coerente a obra gigantesca mas gratificante, de se fazer mais Açores "e menos ilhas e outras ilhas".

Só a Autonomia Política-Administrativa tem possibilitado que os Açorianos se conheçam melhor, e logo se sintam mais solidários uns com os outros.

Este é um Plano, feito com o intuito de se continuar esse desiderato, e portanto tendo à partida algumas limitações orçamentais logo requer um cuidadoso grau de execução financeira, ou melhor, carece de um considerável esforço para melhorar a operacionalidade dos meios existentes, potenciando-os ao máximo.

Concluindo, há que executar as obras e acções inscritas no Plano, para que o progresso se continue.

Caberá pois aos Srs. Deputados exercer, com objectividade e coerência, as suas funções de fiscalizadores atentos e conscientes, da execução prática do Plano e Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Partindo do princípio de que, nem tudo o que estava inicialmente previsto no PMP, e logo na sua divisão anual, foi possível enquadrar por razões óvias, neste Plano para 1991, e portanto em todas as ilhas muitas

realizações tiveram de ser adiadas, (mas não esquecidas), aceito como razoavelmente positivo o Plano do próximo ano em relação à ilha de S. Jorge, e penso, que se todas as acções planeadas tiveram uma cabal execução, mais um passo em frente se fará sentir a nível local quando se encerrar o segundo ano da década de noventa.

O mesmo não poderei afirmar no tocante à proposta de alteração do PMP 89/92 e concretamente ao ajuste introduzido para 92, entendendo que os valores orçamentados para aquela ilha teriam de ser reforçados substancialmente.

Em relação ao Plano agora em análise, é evidente também que há áreas programadas para 1991, e para diversos sectores da actividade económica que merecem nesta discussão, um realce positivo.

Dentro desse conjunto de acções permitam-me salientar as obras anunciadas para a área da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, no que concerne essencialmente ao programa 32 - Rede Viária Regional e Programa 34.5 - Portos de S. Jorge.

Se efectivamente o trabalho programado, for executado com qualidade essencialmente no que respeita às estradas regionais, as mesmas passarão a permitir mais comodidade e segurança, aos seus utentes e menos custos de conservação ao erário público regional.

Também o Programa - 17 - Habitação e Urbanismo - foi realizado muito satisfatoriamente durante o ano em curso, prevendo-se que a um ritmo mais acelerado, se possa continuar no Plano de 1991.

- Há outras áreas de acção governativa, que pretendo também referenciar:

- O empenhamento que os responsáveis da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, tem demonstrado ao longo de todo o processo, contemplado este ano com a verba de 50.000 contos o apoio à indústria de transformação do leite e cura nas Cooperativas de Leite de S. Jorge (Programa 24).

- Na área da Segurança Social, registo com agrado a inclusão de uma verba de 100.000 contos, suficiente para se arrancar em força no próximo ano, na obra de acrescentamento do Lar João Inácio de Sousa um unidade de apoio à 3ª idade nesta altura, sem capacidade de resposta, para albergar mais idosos, com condições de vivência e dignidade humana.

- No tocante ao programa 31 - Apoio Financeiro à EDA/EP e electrificação diversas, congratulo-me com as acções enunciadas principalmente no que se prende com os pro-

jectos de electrificação da Fajã do Ouvidor, Lourais, Portal e Fajã dos Vimes, e bem como a ideia da construção de um parque eólico com uma potência de cerca de 400 kw.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E certo que naquela parcela açoriana, ficam adiadas realizações importantes para o seu progresso, das quais me permitam salientar pelo reflexo positivo que poderiam ter na economia da ilha, como seja a problemática relacionada com a construção em S. Jorge de um Entrepósito Frigorífico para as Pescas, mas aqui também teremos de motivar a iniciativa privada responsável pela fábrica de conservas existente na ilha, para uma resolução definitiva do problema, ou seja, que efectivamente se possa ter essa unidade a laborar com assiduidade e a dinâmica que se lhe exige.

Sobre este problema, noutra altura me pronunciarei, porque não aceito que S. Jorge fique fora da rota do progresso na área das pescas. Não me refiro ao sector agrícola, dado que a minha colega Regina Cunha, já teve neste debate oportunidade de o fazer.

No sector da Educação, julgo que o trabalho mais importante a fazer-se se situa na área do relacionamento Governo/Autarquias de forma a encontrar soluções conjuntas capazes de ser possível introduzir na ilha com a brevidade desejada e aconselhável o 10º e 11º anos do Ensino Secundário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desafio do futuro ganha-se hoje - no dia a dia - no encontrar as saídas possíveis quando o tempo se potencia de crise, mas crise para nós não significará jamais esmorecer um pouco sequer a nossa teimosa pertinência, com a persistência necessária para avançar no progresso.

A nossa opção de sempre e agora é comprometer cada vez mais a sociedade açoriana com o seu projecto de desenvolvimento, e fazer dos Açores, uma região onde o progresso tenha uma marca de qualidade.

Há mais de uma década que nos batemos por esse ideal, e sempre iremos continuar esse trabalho que é feito em espírito de missão - a missão de servir com dignidade o povo dos Açores.

E que para nós, Partido Social Democrata, política significa acção e logo trabalhar é ir até conseguir.

Por tudo isso, continuamos firmes e com teimosia democrática certos de que, quando chegar o julgamento da história, ele terá do nosso esforço, uma leitura altamente positi-

va.

E mais positiva, porque feita na liberdade e na diversidade de opiniões de gente livre e pensante - solidária no essencial - crítica no que necessário (sem traumas, nem complexos) aliás uma maneira de estar na política que sempre caracterizou e caracteriza o PSD, partido que tem a responsabilidade de gerir esta Região dentro da solidariedade e no respeito pelo Povo Açoriano.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado António Silveira, terminamos os nossos trabalhos.

Recomeçaremos amanhã às 10.00 horas.

Eu gostaria só de anunciar os tempos gastos e disponíveis: o PSD gastou 1.37 h, tem ainda portanto 3.08 h; o PS gastou 3.07 h e por isso tem ainda 1.38 h; o CDS gastou 39 m, tem ainda 1.11 h; o PCP gastou 29 m, dispõe ainda de 26 m; o Governo Regional utilizou 2.56 h, dispõe ainda de 1.49 h.

Lembro ainda aos Srs. Membros do Governo, aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão de que as intervenções finais estão incluídas nestes tempos.

Boa noite.

(Eram 20.10 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Jorge Cabral, Luís Bastos; **PS** - Luís Filipe Cabral).

A Redactora de 2ª Classe: Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré.